



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — N.º 115

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 16 DE JULHO DE 1968

PARECER

N.º 37, de 1968 (C.N.)

Da Comissão Mista sobre o Projeto de Lei n.º 19, de 1968 (CN), que autoriza o Poder Executivo a desapropriar em favor da Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL — o imóvel que especifica, de propriedade da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Relator: Sr. Israel Pinheiro Filho

RELATÓRIO

O Projeto de Lei n.º 19-68 (CN) autoriza o Poder Executivo a desapropriar, por utilidade pública, em favor da Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL — uma área de propriedade da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, medindo 4.395 metros quadrados, a fim de ali

CONGRESSO NACIONAL

construir uma estação de trânsito interurbano pela EMBRATEL.

Esta estação visa atender, não somente a todo o tráfego interurbano que ali se apresentará com a entrada em serviço do Tronco Nordeste, que, partindo de Belo Horizonte, atingirá as cidades de Governador Valadares, Salvador, Aracaju, Maceió, Recife, João Pessoa, Natal e Fortaleza, bem como a expansão do Tronco Rio-Brasília, que passará obrigatoriamente por Belo Horizonte.

PARECER

Nenhuma emenda foi apresentada ao projeto. Cumpre salientar que o prazo de apresentação de emendas, com a convocação extraordinária do

Congresso Nacional para o presente mês, estendeu-se até os dias 5 e 6 do corrente mês, completando-se assim o quarto e quinto dia, já que o prazo iniciou-se a partir do dia 26 de junho.

Nada temos a opor ao texto do projeto em tela. Pelo contrário, surge-nos a oportunidade de louvar a atividade do Governo Federal no setor de telecomunicações.

A importância deste setor cresce ainda mais com a época dos computadores e satélites, já que o aproveitamento total dos primeiros só se consegue com a existência de telecomunicações com todos os centros de informações e os altos investimentos em satélites de comunicações só se

justificam se atingir mercados os mais amplos possíveis.

Desnecessário se faz citar as inúmeras outras vantagens advindas com a instalação do Tronco Nordeste, integrando os Estados do Nordeste com o Centro e o Sul do País.

Este é o nosso parecer.

Sala das Comissões, 15 de julho de 1968. — Senador Milton Menezes, Presidente em exercício. — Deputado Israel Pinheiro Filho, Relator. — Senador Alvaro Mala. — Senador Milton Trindade. — Senador Ney Braga. — Senador José Ermirio. — Senador Edmundo Levi. — Senador Pedro Carneiro. — Deputado Monsenhor Vieira. — Senador Arthur Virgílio. — Deputado Raul Bruntini, com as ressalvas anotadas na ata dos trabalhos da Comissão. — Senador Antônio Carlos.

ATA DA 10ª SESSÃO, EM 15 DE JULHO DE 1968

2ª Sessão Legislativa, da 6ª Legislatura (Convocação Extraordinária)

PRESIDENCIA DOS SRS.: AARÃO STEINBRUCH, GUIDO MONDIN E VICTORINO FREIRE.

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Alvaro Mala
Edmundo Levi
Pedro Carneiro
Achilles Cruz
Menezes Pimentel
Manoel Villaga
Aloysio de Carvalho
Aarão Steinbruch
Aurélio Vianna
Ney Braga
Milton Menezes
Antônio Carlos
Guido Mondin

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — A lista de presença acusa o comparecimento de 14 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Val ser lida a ata.

O Sr. 2.º Secretário procede a leitura da ata da sessão anterior que é aprovada sem debate.

O Sr. 1.º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituição de autógrafos do Projeto de Lei sancionado:

N.º 244-68 (n.º de origem 436-68) — autógrafos do Projeto de Lei núme-

SENADO FEDERAL

ro 3.232-65, na Câmara e n.º 81-68, no Senado, que regula o provimento de cargos e dá outras providências. Projeto que se transformou na Lei n.º 5.473, de 10-7-68.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — A Presidência recebeu resposta ao Requerimento de Informações n.º 686-68, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, enviada pelo Ministério do Interior (Aviso n.º SER-296, de 11-7-68).

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Há oradores inscritos.

O primeiro deles é o nobre Senador Aurélio Vianna, a quem dou a palavra.

O SR. AURELIO VIANNA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, pode ser que esta convocação extraordinária não venha satisfazendo aos anseios da Nação brasileira. Mas, que não vem dando prejuízos financeiros ao nosso povo, é uma verdade que teimo em ratificar. Os Senadores não receberam e não recebem, por esta convocação extraordinária, um centil da Nação, no caso da ajuda de custo. E nenhum dos faltosos, segundo comunicação da Mesa — que nada mais faz do que cumprir a lei interna que rege os nossos trabalhos — recebe ou receberá a parte correspondente ao jeton, ao seu comparecimento.

Sr. Presidente, II, hoje, surpresa, uma notícia publicada no grande vespertino carioca "O Globo", que foi transmitida — segundo colegas meus informaram — por estações de rádio,

sendo do conhecimento de quantos a ouviram.

(Lê:)

"Retorna hoje a Brasília o Presidente do Senado, Sr. Gilberto Marinho. Pretende estar em seu posto quando o MDB, pelo seu líder, Aurélio Vianna, formular amanhã a "grave denúncia" que está anunciando. O Sr. Aurélio Vianna mandou reunir todos os senadores da Oposição, e anuncia que o Governo está em marcha batida para a exceção, devendo — segundo informou — apresentar provas e indícios de sua afirmação."

Repetiria, prazerosamente, a frase latina: "O tempora, o mores". Que tempos, que costumes!

O Senador Aurélio Vianna nenhuma declaração fez, neste sentido.

Não tem nenhuma grave denúncia a fazer, porque tudo quanto tem dito é através desta tribuna. Não anunciou através de jornais, desta tribuna, de estações de rádio, de televisões, qualquer grave denúncia de que tivesse conhecimento, e tão grave, que merecesse a convocação dos seus liderados.

Quem o autor dessa farsa? Quem o informante inescrupuloso? Com que objetivo? Para quê? (Lê)

"O Sr. Aurélio Vianna mandou reunir todos os Senadores da Oposição, e anuncia que o Governo está em marcha batida para a exceção, devendo — segundo informou — apresentar provas e indícios de sua afirmação."

"Segundo informou", a quem?

"O Governo está em marcha batida para a exceção" — O autor da

nota é quem tem essas informações ou, então, essa certeza de que o Governo está em marcha batida para a exceção? Que exceção? O estado de sítio? O fechamento das Universidades *sine die*? A aplicação de medidas excepcionais que a Lei de Segurança Nacional lhes faculta? Que exceção?

Sr. Presidente, é verdade, transmiti um telegrama aos meus companheiros de partido. É verdade. Convoquei-os para a sessão de hoje, no máximo para a sessão de amanhã. E vou ler o texto do telegrama que, na semana próxima passada, passei para os meus companheiros de bancada.

(Lê)

"Encareço ao amigo o urgente comparecimento no dia 15 do corrente, ou no máximo 16, a fim de votar importante matéria de interesse do partido, evitando a aprovação do projeto original, por decurso de prazo. — Aurélio Vianna."

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Tradução do telegrama: (Lê)

"Retorna hoje, a Brasília o Presidente do Senado, Senador Gilberto Marinho. Pretende estar em seu posto quando o MDB, pelo seu líder, Aurélio Vianna, formulará, amanhã a grave denúncia que está anunciando."

Todos ouviram o texto do telegrama. E continua: (Lê)

"O Senhor Aurélio Vianna mandou reunir todos os Senadores da Oposição e anunciou que o Governo está em marcha batida para a exceção, devendo, segundo in-

EXEMPLAR ÚNICO

formou, apresentar provas e indícios de sua autoria.

Texto da "denúncia": (Lê)

"Encarego ao amigo o urgente comparecimento no dia 15 do corrente, ou mesmo 16, a fim de votar importante matéria de interesse do partido, evitando aprovação do projeto original por recurso de prazo. a) *Aurelio Vianna*.

Ouçô Vossa Excelência com muito prazer.

O Sr. *Aloysio de Carvalho* — Apenas observe a Vossa Excelência que pela primeira vez, aparece alguma coisa de concreto que justifique, a convocação extraordinária. São passados 15 dias de sessões de discursos. O País está voltado para uma convocação que teve como justificativa gravíssimas perspectivas, como explicação a afirmativa de que não haveria nenhum ônus para a Nação. Vossa Excelência acaba de dizer que os Senadores não receberão ajuda de custo. Acho que Vossa Excelência avançou um pouco. Embora a lei interna da Casa proíba, não sei se amanhã, não possam Deputados e Senadores requerer ajuda de custo. Mas, em todo caso, o telegrama de Vossa Excelência podia ser mais explícito, porque os Senadores da ARENA foram chamados a votar um projeto que me parece não é do interesse do partido, da ARENA, como não será do interesse do MDB. A votação desse projeto será de interesse público, ou de interesse de uma classe de trabalhadores do Brasil.

O SR. AURELIO VIANNA — Fale V. Ex^a em nome do seu partido e eu falo em nome do meu. Declarou-se que a Mesa não mandará pagar ajuda de custo aos Senadores por esta convocação. V. Ex^a sabe, tanto quanto eu, que neste período de convocação não é possível o pagamento de ajuda de custo, ou depois desse período não era possível, conforme a Constituição e conforme o Decreto Legislativo número 70, que está em pleno vigor. Nunca soube, e tenho cerca de vinte anos de mandato, que um Senador ou um Deputado Federal tivesse recebido ajuda de custo por convocações feitas durante aquele período em que a lei não obriga o pagamento de ajuda de custo.

Só houve uma exceção, desde que este Congresso é convocado extraordinariamente, em que não se mandou pagar ajuda de custo a parlamentares que, convocados, compareceram naquele período em que a Constituição ou a lei em vigor estabeleceu o pagamento de ajuda de custo.

O Sr. *Aloysio de Carvalho* — Há dois anos passados fez-se uma convocação extraordinária por cinco dias de julho...

O SR. AURELIO VIANNA — Poderia ter havido de um dia, dois dias, mas combinamos que assim seria esta convocação extraordinária.

O Sr. *Aloysio de Carvalho* — ... e V. Ex^a sabe que, naquela convocação, em que os Deputados e Senadores afirmaram que não receberiam ajuda de custo, no entanto, receberam, depois, essa mesma ajuda de custo.

O SR. AURELIO VIANNA — Condenamos a convocação extraordinária mas se ela foi realizada dentro do prazo que a lei determina e aquele prazo obriga o pagamento, é uma coisa; se ela foi realizada dentro do prazo em que a lei não obriga o pagamento da ajuda de custo e os Senadores e Deputados receberam, então são culpados os Senadores e Deputados, como culpada é a Mesa quer da Câmara, quer do Senado em ter mandado pagar. Isto é outra coisa completamente diferente.

O Sr. *Aloysio de Carvalho* — A razão está comigo e não com V. Ex^a.

O SR. AURELIO VIANNA — Passei um telegrama porque o que é do interesse do povo brasileiro é de interesse do meu partido.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

E se uma classe inteira, a classe dos estivadores, a classe dos marítimos, a classe dos armadores, a classe dos portuários, vem a Brasília e apela para o meu partido no sentido de que compareça a uma sessão a fim de que o projeto, que é de interesse dessa classe enorme que tanto vem servindo ao nosso país, seja aprovado, e aprovado não seja o enviado pelo Governo, que prejudica a classe, a minha obrigação e telegrafar aos componentes da bancada que eu lidero, convocando-os para que, em determinado dia, estejam em Brasília, a fim de que se atenda ao interesse de uma classe que seria profunda e desumanamente sacrificada se o projeto que está em pauta não viesse a ser aprovado.

Não aceito a crítica, repelindo-a, porque, se fosse para aprovar projetos de multimilionários estrangeiros, talvez não recebesse crítica.

O Sr. *Arthur Virgílio* (Com assentimento do orador) — Considero um pouco irrelevante a discussão do problema da recepção ou não de ajuda de custo nesta hora, porque houve uma convocação extraordinária do Congresso, pela qual eu, pelo menos, não recebi, e tenho impressão de que nenhum Senador também recebeu ajuda de custo por esta convocação extraordinária.

O Sr. *Aloysio de Carvalho* — Requerimento foi feito à Mesa do Senado, por vários Senadores, para que fosse paga a ajuda de custo por essa convocação extraordinária há dois anos passados; os Deputados que fizeram a convocação afirmaram que não receberiam ajuda de custo, mas, depois, esta lhes foi paga.

O SR. AURELIO VIANNA — É com ele...

O Sr. *Aloysio de Carvalho* — É com o Congresso!

O SR. AURELIO VIANNA — A lei é lei. Constituição é Constituição e me admiro de V. Ex^a, professor de Direito Constitucional, estar baseando-se em coisa irrelevante, em declarações de Deputados e de Senadores, quando, porventura, ferindo a lei, fazem certas e determinadas afirmativas que não teriam condições de fazer.

O Sr. *Arthur Virgílio* — Permite-me V. Ex^a prosseguir?

O SR. AURELIO VIANNA — Concedo a V. Ex^a.

O Sr. *Arthur Virgílio* — O fato é que eu não assinei requerimento nenhum, não recebi e nem pretendo receber ajuda de custo por aquela sessão extraordinária, e não a receberei, inclusive, se o Senado mandar pagar-me.

O Sr. *Aloysio de Carvalho* — Não recebi, também, nem receberei.

O Sr. *Arthur Virgílio* — Eu também não a recebi nem receberei, porque não apoiarei aquela convocação visando receber ajuda de custo; também como esta convocação extraordinária, que eu apoiarei, que apoio, considero necessária, e não estou pensando, nem pensarei, em receber por ela ajuda de custo. Estou pensando, e vou continuar a pensar que se faça sentir a voz do Congresso, num momento de suma gravidade para a democracia e liberdades públicas, e que não é dito

por nós, não — é dito por um Ministro de Estado, o Ministro do Trabalho, Sr. Jarbas Passariello, que não deixa de criticar o próprio Governo que ele integra; é dito pelo Senador Dinarte Mariz, ainda há alguns dias, que ele declarou que a Nação está em crise; é dito por um oficial general das Forças Armadas, da ativa, que publicou um artigo no jornal "O Globo", censurando a oficialidade jovem a rebelar-se contra o Governo. Numa hora grave como essa, não era possível que o Congresso estivesse silencioso. Mais valia, Sr. Senador *Aurelio Vianna*, — e agora, com todo o respeito que merece o Senador *Aloysio de Carvalho* e S. Ex^a sabe disso — mais valia uma despesa que a Nação estivesse realizando com seu Congresso funcionando, do que as duas Casas fechadas, a assistirem a essa cena deprimente de o próprio Governo a criar crises, os próprios elementos do Governo a fabricarem dificuldades para o progresso normal da Nação. Dou meu apoio a V. Ex^a. Sei os motivos, por que V. Ex^a convocou os seus liderados a comparecerem a Brasília e eu estou aqui, hoje, para votar esse projeto que vai resolver uma situação de crise, também, e crise legítima, crise que merece a nossa atenção, de classes das mais respeitáveis de trabalhadores brasileiros que foram prejudicadas por dois decretos, nessa nova fase de decretos-leis e decretos implantados no País pelos renovadores da nossa Democracia, prejudicando estivadores, portuários e outras classes, naquela encurrada que não via medidas, em que um decreto era lançado num dia, reformado no outro, revogado no terceiro dia e substituído no quarto dia, na fase famosa do Senhor Roberto Campos, quando dirigia esta Nação. E esse decreto que prejudicou essas classes, que criou privilégio, que criou privilégio, está

agora para ser revogado por esta Casa. Aqui compareço para votá-lo, também, inclusive porque fui autor do projeto que provocou a Mensagem Governamental, fui autor da revogação desse decreto-lei de inspiração do Senhor Roberto Campos para servir interesses de seus sócios empresariais de atividades que exerce, atualmente, e exercia quando era da CONSULTEC. Por isto estou aqui, atendendo ao chamado de V. Ex^a, que não convocou seus companheiros apenas para uma medida de interesse partidário, mas para votar uma medida de interesse de duas classes de trabalhadores, respeitáveis, que merecem o nosso apoio.

O SR. AURELIO VIANNA — Que culpa temos nós, Sr. Presidente...

O Sr. *Aloysio de Carvalho* — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Que culpa temos nós, Sr. Presidente, de o Presidente Cassio Branco, que infelizmente morreu tragicamente, ter decretado contra uma classe, ferindo-lhe os seus interesses fundamentais, obrigando-a a passar dias atípicos, que culpa temos nós?

E quando o Senhor Ministro Jarbas Passariello, aliás componente do atual Governo, denuncia o que foi feito con-

tra a classe a que me referi anteriormente:

"As consequências danosas que o citado diploma legal vem provocando e que está a causar grande celeuma nos meios portuários e da navegação brasileira, estão consubstanciadas em Parecer emitido pelo ilustre Presidente da Comissão de Marinha Mercante", etc.

As consequências danosas que o citado diploma legal vem provocando — que diploma? O Decreto-lei nº 127, de 31 de janeiro de 1937,

E, noutra parte:

(Lendo):

"Entre outras, convém atentar para as inovações que abaixo enumero e para as dúvidas e problemas que a execução do Decreto-lei nº 127, por haver desprezado a cautela e a precaução com que se armou o art. 21, em seu parágrafo 2º, virá certamente suscitar, acarretando uma situação imaginável, mas na verdade imprevisível em profundidade";

Sigue-se a denúncia em termos concretos.

Então, convoquei os meus companheiros de Bancada e senti uma alegria profunda: um deles, prestes a embarcar para a Europa, com a passagem tirada, deveria estar seguindo hoje ou amanhã atendeu ao nosso chamado: o Senador *Adalberto Sena* veio a Brasília, adiou a sua viagem para dar número e votar, atendendo ao apelo da classe, através do nosso telegrama.

O Sr. *Aloysio de Carvalho* — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Com todo prazer.

O Sr. *Aloysio de Carvalho* — Quero começar chamando a atenção de V. Ex^a para a circunstância de o nobre Senador *Arthur Virgílio* concordar comigo. Portanto, a única divergência é quanto ao fato de V. Ex^a considerar a votação do projeto como de interesse partidário. O Senador *Arthur Virgílio* reconhece, realmente, que o projeto não é de interesse partidário: é de interesse tanto do MDB como da ARENA.

O SR. AURELIO VIANNA — É partidário, sim.

O Sr. *Aloysio de Carvalho* — Não estou com passagem para viagem à Europa. Interrompi o descanso, a que me julgava com direito, para vir votar o substitutivo, tal como V. Ex^a Excelência vai votar.

O SR. AURELIO VIANNA — E não merece crítica por isto.

O Sr. *Aloysio de Carvalho* — De modo que não estou fazendo aqui um sacrifício tão grande como o do nobre Senador *Adalberto Sena*.

O SR. AURELIO VIANNA — Não o firo por isto.

O Sr. *Aloysio de Carvalho* — Fui convocado por meu Partido e solicitei pelo Sindicato dos Portuários do meu Estado para vir. Não faço demagogia, mas atendo aos apelos e reclamos que considero justos. Estou aqui, portanto na mesma posição de V. Ex^a, para votar...

O SR. AURELIO VIANNA — Por que toda a indignação de V. Ex^a?

O Sr. *Aloysio de Carvalho* — Não houve indignação alguma.

O SR. AURELIO VIANNA — Parece coisa sagrada caído dos céus sobre nossas cabeças.

O Sr. *Aloysio de Carvalho* — Vossa Ex^a não prestou atenção. Comecei a dizer que na votação deste projeto, encontro o primeiro caso concreto para justificar, de futuro, a convocação extraordinária.

O SR. AURELIO VIANNA — Então reconhece; havia necessidade da votação.

O Sr. *Aloysio de Carvalho* — Em razão da convocação extraordinária, não. Não vi motivos para a convocação.

ção extraordinária. Também nunca me manifestei a este respeito. O que aqui estou dizendo, exatamente, é que está aí um motivo que justifica a convocação extraordinária: podermos votar, com antecedência de 15 dias, este substitutivo.

O SR. AURELIO VIANNA — Cofo foi bom V. Exa. ter tido oportunidade de esclarecer seu pensamento, que estava muito nebuloso, com permissão de V. Exa.

O Sr. Aloysio de Carvalho — O meu pensamento só é nebuloso para V. Exa.

O SR. AURELIO VIANNA — V. Exa. é muito difícil de ser compreendido. V. Exa. não foi atacado, não foi atacado o seu Partido, não foi atacado o Governo, ninguém, foi atacado. Apenas, um Líder de um Partido, considera de interesse do seu Partido a votação de um projeto que envolve uma classe inteira que lhe fez um apelo. Por quê, então, esses coriscos? Parecia Odín, o deus da guerra o velho germânico, se jogando contra um Líder de Partido por ter cometido o grande pecado, a grande falta, a grande transgressão de considerar, como interesse de seu Partido a votação de um projeto que interessa a uma coletividade.

Ora, por misericórdia, onde estamos nós? Estamos já numa ditadura? Já estamos numa ditadura em que os interesses de um Partido são só interesses do Partido quando o são também da ditadura?

Sr. Presidente, nem todo mundo, nem todos os líderes têm o poder que V. Exa. tem de consubstanciar, em frases singelas, as questões mais difíceis; nem todo mundo tem a clareza de V. Exa. de, numa simples palavra, esclarecer. Este caso deveria ser esclarecido em telegrama: interesse partidário, isto é o interesse dos portuários do Brasil. Então, aí V. Exa. a estaria feliz, satisfeito, eufórico; não haveria as críticas que foram feitas como foram feitas.

Ora, por favor!

O Sr. Aloysio de Carvalho — Quem está confessando...

O SR. AURELIO VIANNA — Não estou confessando coisa alguma, inclusive, aqui, não há padres e mesmo não sou nem católico, para me confessar diante deles...

O Sr. Aloysio de Carvalho — Os padres, hoje, já não têm mais importância para a confissão...

O SR. AURELIO VIANNA — Isto é com V. Exa., que não sei se é católico. Mas os padres têm a sua importância, principalmente, agora, importância que muitos não lhe dão porque eles estão passando a se interessar pelos problemas do povo, pelos problemas sociais, pelos problemas dos pequeninos pelos problemas dos estudantes, pelos problemas das grandes reformas. Eles não tinham grande importância, quando não se preocupavam com isto. Mas há, agora, uma inversão na ordem dos valores. Também houve uma época no Brasil em que eles foram condenados, em que recebiam até o seu castigo, na célebre questão religiosa que os leitores da nossa história conhecem. Mas é outra questão muito diferente. É outra questão, que não compete a mim, neste instante, abordar. Apenas, para esclarecer ao O Globo, agrande questão a importante questão, aquela a que me referi no meu telegrama destinado aos meus companheiros de partido, direi: se o Líder da ARENA achou que a questão também era de interesse do seu partido fez muito bem, agiu acertadamente, a meu ver. Tomou uma posição positiva. E meu adversário de partido. E' nosso adversário? E'. Acertou? Se acertou, acertou e deve ser proclamado o seu acerto, porque, no dia em que as forças partidárias deste País entenderem que os grandes problemas são os problemas do povo, principalmente daquela porção explorada irreconhecida, muita col-

sa há de mudar neste País. E quem está reconhecendo a gravidade da situação, disse, muito bem, o nobre Senador Arthur Virgílio, é o próprio Governo, através de seus porta-vozes mais autênticos, através da palavra de um Ministro do Estado, Coronel do Exército, Senador da República, que declarou estarmos em marcha para uma crise, e que a crise pode dar numa ditadura, porque, interessadas na ditadura — segundo S. Exa. estão forças da extrema-esquerda e forças da extrema-direita, neste País. E só esta declaração de um Ministro de Estado justificaria a convocação do Congresso Nacional.

Não entendo também que o Senador Arthur Virgílio tenha declarado, não entendo que se possa deduzir, de suas declarações, que os interesses dos trabalhadores não são os interesses do nosso partido.

O Sr. Arthur Virgílio — Permite V. Exa. um parte?

O SR. AURELIO VIANNA — Perfeitamente, nobre Senador.

O Sr. Arthur Virgílio — Nestes últimos dias, todos os jornais, sem exceção, trazem profundas interrogações a respeito do destino das liberdades neste País. Mas, sem exceção, aqueles que apolam o Governo e aqueles que seguem uma linha oposicionista, e os jornalistas que considero analistas políticos, como são esses cronistas destacados para acompanhar a vida pública nacional, os passos, as tendências, os pronunciamentos dos homens públicos — dois dos quais eu citei ainda há pouco, — jornalistas Castelo Branco e Otacilio Lopes, do Jornal do Brasil e do Diário de Notícias — que assinam crônicas diárias, vêm denunciando, nos seus comentários, o estado de inquietação, de perplexidade em que vive a Nação, neste momento. Isto, em verdade, é irrecusável. Não é criação oposicionista; não somos nós que criamos. São declarações dos próprios membros do Governo, constam de pronunciamentos feitos no Congresso por vice-Líderes da ARENA, um dos quais, na Câmara, há muito vem preconizando medidas de força contra o próprio Congresso, e sem qualquer reação, sem qualquer desmentido, sem qualquer desautorização do próprio Governo. Ainda há pouco, o Senador Dinarte Mariz, declarava, no Senado, que a Nação vive uma crise. E por que isso? Pelo movimento dos estudantes? Não se coloca a culpa nos jovens, mas na política educacional adotada pelo Governo passado, no Sr. Suplicy de Lacerda, esse queimador de livros, esse queimador de provas de excedentes. Coloque-se a culpa na falta de diálogo, de compreensão e de entendimento dos anseios dos jovens. Culpa nos trabalhadores, que aí estão vivendo o arrocho — salarial, que estão enfrentando uma situação verdadeiramente insuportável, intolerável, verdadeira situação de fome? Culpa nos funcionários, — que também vivem sob a pressão do arrocho de vencimentos e que já não ganham o suficiente para uma subsistência digna? Culpa, enfim, nos militares, que também já não ganham o necessário para uma vida decente, digna? Não! Sr. Presidente, coloque-se a culpa da crise na própria incapacidade do Governo para solucionar os problemas nacionais. Coloque-se a culpa também naquelas que não reagem satisfatoriamente, ou decisivamente, contra essa incapacidade do Governo para solucionar os problemas brasileiros.

O SR. AURELIO VIANNA — Nobre Senador Arthur Virgílio, muito lhe agradeço pelo seu aparte.

E para justificar, perante a Nação brasileira, telegrama que foi emitido, o projeto que de ver votado se houver número — e, praça aos céus, haja, amanhã — não é apenas de interesse dos portuários do Brasil, é de interesse nacional. E quem o reconhece é o próprio Ministro do Trabalho e Previdência Social.

nehece é o próprio Ministro do Trabalho e Previdência Social.

“Os Conselhos Regionais do Trabalho Marítimo deverão, em 180 dias, ter a respectiva infraestrutura reorganizada. Se a mudança do sistema deveria se dar em 45 dias, como poderá o CRIM atender às exigências da Lei, que são muitas, como as de cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente aos serviços de carga e descarga, fiscalizar, disciplinar o trabalho, inscrever os operadores, conferentes e consertadores, emitir as cadernetas de inscrição e esclarecer as dúvidas que fatalmente surgirão, sem uma estrutura, que se houver demandará 180 dias, conforme o Decreto-Lei?”

Destacamos alguns dos efeitos, já que é absolutamente impossível prevermos tudo o que ocorrerá.

Impossibilidade de direção adequada na execução de serviço:

“reflexos imediatos na economia nacional, em virtude da elevação fatal de custos operacionais e, conseqüentemente, de aumento de fretes ou, no caso de longo curso, estabelecimento de sobretaxas para cobertura de tais ônus, acrescidos dos decorrentes de possíveis sobrestadias;

ainda como reflexo na economia nacional, é perfeitamente possível prever o aumento do custo de vida, em virtude da elevação dos fretes de importação, assim como, pela mesma razão, grande impacto no programa de exportação, que se pretende e precisa dinamizar.

De todos os itens acima resultaria, ainda, uma gama de conseqüências desastrosas, especialmente no campo econômico, as quais são tão visíveis e manifestas, que nos dispensamos de enumerar”.

E assim por diante.

Logo, não é apenas do interesse de um grupo, de uma classe. Este projeto é de interesse nacional, interessa o Brasil inteiro. Por conseqüência, interessa a esses dois partidos que aqui existem e que têm de se manifestar, naquilo que lhe sobra de poder, a favor de quantos desejem o engrandecimento e o desenvolvimento da Pátria que nos é comum.

O Sr. Petrólio Portela — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. Petrólio Portela — V. Exa. bem afirma que é do interesse de todos, inclusive dos dois partidos, o que demonstra, em verdade, que pelo menos nesta parte não há omissão do Governo. Mas, quero nesta oportunidade, embora com certa tardança, em razão de não perturbar o raciocínio ilustre de V. Exa. e também sua leitura, responder ao aparte do Senador Arthur Virgílio. Admira-me muito nobre Senador que inteligência tão brilhante como a do Senador Arthur Virgílio queira fazer crer à Nação que as crises que se verificaram em vários setores da vida brasileira sejam exatamente, oriundas da incompetência desse Governo, quando verificamos crises em todas as partes do mundo. Agora mesmo, há explosões violentas novamente, na França, não obstante o gênio de estadista de De Gaulle. A verdade seja proclamada. Essas crises, muitas delas ou quase todas, são crônicas, vêm de vários Governos e constituem desafio a todos nós, inclusive aos homens da Oposição que têm o dever, antes de fazer críticas em termos gerais, de localizá-las e dar sua contribuição, a contribuição fecunda que dela espera o País.

O SR. AURELIO VIANNA — Não preciso comentar o aparte de V. Exa.,

porque tenho feito análises, desta tribuna, sobre a nossa crise, que não surgiu agora. Reportei-me, no discurso anterior, à crise que vem desde a era colonial, passando pela Regência Trina Provisória, a Regência Trina Permanente, a Regência Una, pelo Primeiro Império, que deu na abdicação, o Segundo Império, que deu na proclamação da República, crise da Primeira República, crise da Segunda República, crise que deu no Estado Novo, crise que deu na redemocratização, crise que deu no movimento armado de abril, e crise que continua.

Há uma crise de subdesenvolvimento e, até mesmo, uma crise nos países subdesenvolvidos. Não sou culpado, nem culpo ninguém, e sei que caem no arquivo as nossas palavras. E mesmo não sou criança para pensar que todas as palavras aqui pronunciadas ou ali pronunciadas pudessem irromper nos jornais que se publicam neste País. Mas, muitas e muitas vezes, somos acusados pelo que não dizemos e até são publicadas, entre aspas, frases que nunca pronunciamos. E o que podemos fazer? Quais as medidas que poderíamos tomar?

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite V. Exa. outro aparte? (Assentimento do orador.) A vivacidade com que V. Exa. iniciou o seu discurso de hoje não causou surpresa a nenhum dos seus pares, porque todos conhecemos que V. Exa. não é dos que se mantém calados e omissos em face das grandes e das mínimas crises. Agora, no particular da nota de “O Globo”, V. Exa. realmente tem toda razão, porque quem leu esta nota teria vindo para aqui na expectativa de um pronunciamento sensacional de V. Exa., quando não estava nas suas intenções fazê-lo, pelo menos hoje. Pode ser que venha a fazê-lo daqui a alguns dias, não hoje.

O SR. AURELIO VIANNA — Pelo menos se a ARENA não quiser fazê-lo.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Agora, quero me associar a V. Exa. subscrivendo o que acaba de dizer. E V. Exa. pode até mandar que a transcrição se faça com aspas, que realmente é um péssimo costume que a imprensa brasileira tem, inclusive os cronistas a que se referi nominalmente o Senador Senador Arthur Virgílio, de formular declarações nossas entre aspas. Há pouco mesmo, num modesto parecer que tive ocasião de dar aqui sobre o problema da anistia e a cuja leitura V. Exa. assistiu, a Comissão de Constituição e Justiça, vários jornais publicaram frases inteiras entre aspas, como se tivesse sido escritas por mim, ou fossem minha opinião.

O SR. AURELIO VIANNA — Sr. Presidente, e nobres Senadores, uma vez, declarei que nós, os que vivemos esta época, somos transformados em monstros ou em anjos, conforme os interesses daqueles que detêm o poder da propaganda.

Os grandes estudiosos, incluindo-se entre eles o grande sociólogo e psicanalista Erich Fromm, revelam esse fato. A nossa imagem não reflete, muitas vezes, aquilo que somos mas aquilo que os olhos de propaganda desejam que fôssemos.

Quando declarei, uma vez, que quem contar, principalmente nos grandes centros populosos, com o apoio da imprensa falada, escrita e televisada, tem amplas possibilidades de vitória, infinita, possibilidades de vitória sobre qualquer político que não conte com tal apoio. Porque o povo nos vê através daquilo, daquela imagem que é formada pela imprensa falada, escrita e televisada. Por isso mesmo, e em virtude disso, é que nós temos visto parlamentares democráticos que, muitas vezes, não representam o sentimento popular, e temos visto parlamentares democráticos que, muitas vezes, não representam o sentimento popular, e temos visto as grandes decepções do povo: “Como?

Eu votei em Fulano, e em Beltrano, ou em Sicrano. Eu sei que ele fosse diferente do que é hoje como Deputado ou Senador! Mas por que votou assim naquele momento? Foi influenciado diretamente pela propaganda. É o poder tremendo que surgiu no mundo moderno e que é quase onipotente.

Eu li, há poucos dias, que os estudantes se haviam rebelado, também na Suécia. Mas, na Suécia socialista democrática, na Suécia Cooperativista, na Suécia onde há plena liberdade partidária e de imprensa? Na Suécia que hoje é considerada, por alguns, como o país do amor franco e aberto, da liberdade sexual? Mas a imprensa revela, a imprensa no outro mundo revela que aconteceu na Suécia o seguinte: Nenhum órgão de imprensa revelou o que estava acontecendo nos estabelecimentos de ensino. Houve um silêncio total, completo, absoluto, de tal forma que dentro — se não me falha a memória — de dois, três ou quatro dias, o movimento estudantil fracassou: porque não encontrou eco. E não encontro eco porque o povo não tem conhecimento dele principalmente por isso.

Estou acusando? Por que razão muitos Governos temem que o Congresso tenha a sua estação de rádio, tenha a sua televisão? Muitas e muitas vezes temem que isto aconteça porque o parlamentar estaria falando diretamente ao povo, e não somente para uma casa muitas vezes vazia.

Na Austrália, quando foi criada a Rádio do Congresso, verificou-se fato impressionante: Deputados e Senadores que elegiam sempre e sempre, foram afastados pelo povo, e outros surgiram, porque o povo passou a entender que muito político, o que revela às vésperas das eleições, não é para ser executado quando eleito...

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite V. Exª um aparte?

O Sr. AURELIO VIANNA — ...lá fora ele é um, dentro do Parlamento ele é outro.

Concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. Aloysio de Carvalho — É para dizer que V. Exª não tem que se queixar desse poder da Imprensa...

O Sr. AURELIO VIANNA — Não estou me queixando. Não queira V. Exª insinuar, com sua inteligência marcante, que me estou queixando.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Hoje estou compreendendo muito pouco V. Exª.

O Sr. AURELIO VIANNA — Nunca nos compreendemos. Eu entendo V. Exª, compreendê-lo, não.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Os jornais da Bahia, nas últimas semanas, diariamente, têm noticiado os discursos de V. Exª. Acompanhei as sessões do Senado, em que estive ausente, através do noticiário da Imprensa, muito favorável a V. Exª. Ouvi de amigos comentários sobre o quanto é incansável o Senador Aurélio Vianna.

O Sr. AURELIO VIANNA — Não estou reclamando, estou analisando um fato. V. Exª com a sua inteligência que alguns dos seus inimigos acham magistral...

O Sr. Aloysio de Carvalho — Os meus inimigos, não os meus amigos disfarçados.

O Sr. AURELIO VIANNA — ...não deve insinuar, nem de longe, porque à sua grande inteligência baiana, opoio a nossa pequenina inteligência alagoana. V. Exª está diante de um velhíssimo parlamentar, tenho 300 anos de experiência parlamentar e 500 de sofrimento.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Não compreendi V. Exª.

O Sr. AURELIO VIANNA — Não insinuo V. Exª que estou aqui fazendo crítica à imprensa porque não me dá cobertura. Se fizesse e se não fizesse, isto não alteraria o quadro. Não estou fazendo tal crítica. Não confundam-me, estou confundindo, análise de um

sistema com críticas à imprensa. Nem de longe. Se quiser dar-me cobertura dar-me-á. Se não quiser dá-la não me dará. Com V. Exª e com outros acontecerá a mesma coisa. Este é um fenômeno universal, não é fenômeno brasileiro, tampouco latino-americano. Quantas e quantas vezes tenho ouvido de repórteres que mandam suas observações, mas que no entanto não são publicadas. Não estou criticando a imprensa. Estou revelando fatos. E o fato existe.

Declaro desta tribuna, mais de uma vez, que a grande crise partidária no Brasil — e citei as palavras de Manacá — era também fruto da incapacidade daqueles que detinham o poder partidário para formação da imprensa do partido. Partido sem imprensa é partido morto ou natimorto. É como o político que clama e não sente o eco desse clamor na opinião pública, por não terem os políticos o instrumento necessário para que a sua voz chegue ao povo.

Muitas vezes a estudantada diz: acreditávamos no apoio dos parlamentares A, B ou C e eles estão silenciosos. No entanto, muitas vezes os parlamentares falam todo dia. Já não me posso queixar pelo testemunho que recebi de V. Exª. Chego mesmo a pensar que V. Exª está magoado porque a imprensa de Salvador dá mais destaque aos meus discursos do que aos seus...

O Sr. Aloysio de Carvalho — Não é esse o caso. Apenas V. Exª estava falando, eu não. Quis dar testemunho a V. Exª de que, recentemente, a imprensa de Salvador deu um justo relevo à atuação de V. Exª nesta Casa.

O Sr. AURELIO VIANNA — Sei disso porque recebo o "Lux"...

O Sr. Aloysio de Carvalho — Não se trata do "Lux", estou falando dos jornais de Salvador.

O Sr. AURELIO VIANNA — Creio que V. Exª desconheça o que é o "Lux". "Lux" é uma organização, não um jornal, que manda — quando nós assinamos um certo compromisso — para Senadores e Deputados, os recortes dos jornais do Brasil que noticiam a atuação desses parlamentares. O que eu digo desta tribuna sei onde vai repercutir, quais os jornais que noticiam e os que nos dão cobertura, porque recebo, através do "Lux", os recortes dos jornais.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Todos os Senadores recebem!

O Sr. AURELIO VIANNA — Mas não se trata do "Lux" e sim dos jornais de Salvador. Não estou condenando V. Exª por receber, estou dizendo que eu recebo.

V. Exª o diz sob o impacto de complexo contra mim. Qualquer palavra que digo, é imediatamente interpretada como se fora uma acusação a V. Exª. De modo nenhum, pelo contrário. Sempre o tive como um dos homens mais inteligentes e mais cultos deste País, sempre assim pensei e nunca o encobri.

Abandone V. Exª esse complexo porque eu não ficarei complexado, de maneira nenhuma, me relação a V. Exª. O testemunho de V. Exª me é favorável e eu tenho agora mais autoridade para dizer o que disse, pelo testemunho de que sou um dos beneficiados.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, beneficiado ou não eu não declaro o que foi transcrito neste jornal. Beneficiado ou não não tenho temor de enfrentar o problema. O que eu digo sustento. Mas se o filho não é meu por que adotá-lo desnecessariamente?

O Sr. Arthur Virgílio — Permite V. Exª um aparte?

O Sr. AURELIO VIANNA — Com prazer.

O Sr. Arthur Virgílio — Aguardei que me prezado colega e amigo Vice-líder do Governo regressasse ao plenário para replicar ao aparte. Mas

S. Exª parece que se ausentou em definitivo e não quero deixar afirmativas e alguns reparos. Em primeiro lugar, não atribuo ao atual Governo a responsabilidade pelos males que afetam a vida do País, que lhe cedem o atraso, a ignorância e a miséria da maioria do nosso povo. Uma verdade no período colonial, fomos explorados pelos portugueses; depois de libertados do jugo de Portugal fomos explorados pelos ingleses e agora estamos sendo explorados pelos americanos. Mas a verdade é que a exploração sempre foi feita, e sempre foi feita em conluio com forças retrógradas que dominam e que exploram o esforço do povo brasileiro.

O Sr. AURELIO VIANNA — Exatamente!

O Sr. Arthur Virgílio — A estrutura rural retrógrada e atrasada, em conluio com forças capitalistas nacionais e internacionais é a responsável por esse atraso e por esta exploração do povo. E nós não pudemos nos libertar absolutamente disso. E todas as forças de opinião, que formam a opinião pública; que, por intermédio de campanhas subliminares, de campanhas e vezes até imperceptíveis, levam a adoção de medida que só prejudicam os verdadeiros interesses do País. Dificilmente, em outra fase da vida brasileira, se assistiu a uma filosofia de governo como aquela estabelecida pelo Sr. Roberto Campos, que é absolutamente antinacional.

Não há país no mundo, que não seja colônia, que tenha uma lei como esta da garantia de investimentos, que o Sr. Roberto Campos impôs ao Governo Brasileiro; não há país no mundo, que não seja colônia, que não tenha uma lei de controle de massa de dólares do capital estrangeiro; não há país no mundo que não se preserve contra a infiltração capciosa do capital estrangeiro na sua economia, como vem acontecendo aqui no Brasil; não há país no mundo que não se precathe contra a ocupação de seu território, como atualmente vem acontecendo no Brasil, a ponto de o próprio Ministro da Justiça declarar que 1/5 do nosso território já está em mãos estrangeiras. É essa filosofia que eu combato, que eu condeno, nobre Vice-líder, declarando a V. Exª que procuro uma solução adequada aos sentimentos, às aspirações e aos anseios tipicamente nacionais. Eu não aceito o socialismo distorcial, porque esse desafaço economicamente e opri-me politicamente; como não aceito, também esse capitalismo que aí está porque ele desafaço politicamente mas prime economicamente, e produz uma exploração do homem pelo homem.

Temos que buscar o meio termo. Será a política monetarista que o Governo passado adotou e que o Governo atual persiste em continuar? Será? Pergunte V. Exª, meu nobre Vice-líder a um militar, a um funcionário, a um trabalhador, a quem quer que viva dos seus vencimentos, qual a sua opinião sobre a política monetarista que o Governo passado implantou e o atual segue. Está ela beneficiando a quem? Apenas a minoria que usufrui do salário, do trabalho de grande massa nacional, da grande massa brasileira.

O Sr. AURELIO VIANNA — Geramente, essa minoria não é nem mesmo formada, na sua totalidade, de nacionais.

O Sr. Petronio Portella — Permite V. Exª um aparte?

O Sr. AURELIO VIANNA — É uma minoria alienígena, cujos componentes estão fora do País. São monopólios, são cartéis, são trustes internacionais. É uma minoria capitalista agressiva, que não permite alcancem os países subdesenvolvidos seu desenvolvimento.

— É aquela minoria que, em Nova Delé, deu um "não" aos países subdesenvolvidos, quando na sua luta em busca de desenvolvimento e de liber-

dade econômica. É a minoria que está impedindo que o nosso País se desenvolva, que haja vagas nas universidades; é a minoria que está impedindo que o nosso povo se alfabetize, pois com noventa milhões de habitantes e mais de 55% de analfabetos, mais com noventa milhões de habitantes e mais de duzentos mil universitários, quando o Japão, com cem milhões de habitantes, joga, no mercado de trabalho, anualmente, mais de duzentos mil indivíduos formados nas suas 145 universidades!

Então, nós não podemos silenciar diante da crise econômica e social em que se debate o País, diante da crise estudantil-operário-universitária, da grande crise de crescimento, que essa solicitando dos nossos homens públicos uma disposição de trabalho, um esforço super-humano para equacioná-la, para resolvê-la.

É o que nós desejamos porque, acima de partidários, de pertencentes a um partido, somos brasileiros e temos tido a liberdade de dizer, desta tribuna, que hoje a grande crise política é fruto da existência de dois partidos, dentro dos quais há forças heterogêneas que se combatem, na defesa dos princípios que antes adotavam, principalmente princípios corporificados em certos ideais que grupos que compõem as duas correntes artificialmente criadas, mas que existem, não podem deixar de defender.

O Sr. Petronio Portella — Permite V. Exª um aparte?

O Sr. AURELIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. Petronio Portella — Senhor Senador, ouvi o contra-aparte do nobre Senador Arthur Virgílio. Nós divergimos na conjuntura, no episódio, mas concordamos no geral. Em verdade, no mundo, o que se trava não é uma luta ideológica, mas sobretudo uma luta do forte contra o fraco, do desenvolvido contra o subdesenvolvido. Sob muitos aspectos, eu também me permitiria discordar de certas leis vigentes que, longe de protegerem o que é nacional, facilitam, às vezes, a evasão de nossa economia, que vão, em verdade, para os cofres tentaculares das corporações internacionais. Mas o que deve ser dito e deve ser proclamado é que o Governo e Oposição devem unir-se em torno desses problemas maiores, esquecendo o eventual para que possamos engrossar as fileiras daqueles que, no plano internacional, defendem intransigentemente a economia dos subdesenvolvidos. Há, em verdade, uma luta dos fracos contra os fortes e há, inclusive, autoridades, como a do Sumo Pontífice, a serviço dessa causa. Portanto, o problema não é apenas aquele apontado, de maneira simplista, como sendo de incompetência de um governo. São problemas sérios, que têm raízes no âmbito internacional e que precisam, em verdade, ser objeto de nossa luta, do nosso empenho e do nosso combate aguerrido. Temos muita coisa em comum, eu e o ilustre e eminente amigo, Senador Arthur Virgílio, embora não possa acompanhá-lo na paixão e no entusiasmo oposicionista com que, às vezes, se atira diante do eventual, do circunstancial, do efêmero, do episódico, esquecendo as grandes e sérias causas, bem como as suas também sérias origens. Estamos de acordo em muito e espero sempre contar, aqui neste plenário e fora dele, com as luzes daquele que, sendo oposicionista, tem o dever de, no seu posto, servir à Pátria.

O Sr. Victorino Freire — Permite V. Exª um aparte, Senador Aurélio Vianna?

O Sr. AURELIO VIANNA — Pode

O Sr. Victorino Freire — V. Exª mencionou há pouco o "não" de Nova Delé. O meu eminente colega, Senador Antonio Carlos, no relatório sobre a Conferência de Nova Delé, toda e fixa a conferência em todos os

aspectos como este do "não". V. Ex^a sabe que os socialistas soviéticos uniram-se com os americanos para o não e, também, com alguns africanos que obedecem ao controle do General De Gaulle, esta é que é a verdade. Misturaram-se na confusão e, por isso, ela irracional. V. Ex^a, então, concorda comigo.

O Sr. AURELIO VIANNA — Foi o que eu disse, desta tribuna, em discursos passados. Uniram-se, em Nova Deli, países comunistas e países capitalistas, União Soviética e Estados Unidos. As nações do Mercado Comum Europeu e o Japão, as grandes potências capitalistas, do capitalismo privado e do capitalismo do Estado, todos eles uniram-se contra as pequenas potências, contra os subdesenvolvidos, e aquele esforço que nós, da oposição, reconhecemos que houve da parte do chanceler brasileiro, Magalhães Pinto, procurando unir os subdesenvolvidos, foram baldados diante daquela faixa, daquele grupo compacto que se organizou e disse: "os povos e nações subdesenvolvidos". Não tenho e não tire receio de proclamar o que sou — sou socialista democrata. Quando os mandatos de parlamentares estavam sendo cassados, proclamei-o desta tribuna. Não rogo as minhas convicções — sou socialista democrata. Não sou marxista porque as minhas convicções são cristãs, profundamente espiritualistas e, como espiritualista e cristão, aceitando a ideia da existência de Deus, não posso negá-lo adotando uma filosofia contrária, a filosofia marxista-leninista, stalinista.

O Sr. Victorino Freire — Permite V. Ex^a um aparte? (Assentimento do orador.) Não posso acompanhar o eminente Senador Arthur Virgílio nos conceitos emitidos a respeito do Doutor Roberto Campos, porque acho Sua Excelência um grande brasileiro. Vou me entender, a política implantada pelo General Castello Branco era a política certa para combater a inflação.

O Sr. Arthur Virgílio — Senador Aurélio Vianna, V. Ex^a vai-me permitir mas devo declarar, inicialmente, que não tenho nada de pessoal contra o Sr. Roberto Campos. Apenas considere errada a política econômico-financeira que S. Ex^a impôs à Nação e os resultados aí estão. Basta o Senador Victorino Freire consultar quem quer que viva de salário e de vencimentos, para verificar que não há um só que esteja satisfeito com a política econômica e financeira do Governo.

O Sr. Victorino Freire — É porque mudou. Se tivéssemos continuado no mesmo regime, sem nenhuma alteração, V. Ex^a pode estar certo de que estaríamos hoje muito melhor.

O Sr. Arthur Virgílio — Não mudou. Mas há mais ainda: esse ponto de vista é apenas com referência à execução do programa. Foi um programa que falhou, um programa que fracassou e colocou no Brasil neste ponto.

Mas não é só isso, Senador Victorino Freire. Há mais ainda: enquanto o Sr. Roberto Campos colocou quem quer que viva de salário ou vencimento, civil ou militar, nessa situação, preparou terreno para ele. V. Ex^a e o Senado são testemunhas de que o Sr. Roberto Campos elaborou toda uma legislação — e já citei isto aqui várias vezes — beneficiando os bancos de crédito e de financiamento, as sociedades financeiras, etc. e preparou pessoalmente, no Ministério do Planejamento, o E. C. B. V. Ex^a o que aconteceu depois que o Sr. Roberto Campos largou o Ministério? — Foi ser presidente de uma dessas sociedades financeiras. Quer dizer: preparou uma legislação para beneficiar-se.

O Sr. Victorino Freire — Não há sequer, neste País, que dispense a capacidade e a competência do Senhor Ministro Roberto Campos.

O SR. PRESIDENTE:

(Guilherme Mondim). [Faz soar a campainha.]

O Sr. Arthur Virgílio — Senador Aurélio Vianna, peço que V. Ex^a permita que eu conclua as minhas considerações. (Assentimento do orador.) Se o Sr. Roberto Campos fosse Ministro do Sr. Juscelino Kubitschek ou do Sr. João Goulart e houvesse agido dessa forma, teria sido cassado pela Revolução, como corrupto, porque o seu comportamento no Ministério do Planejamento, procedendo da forma como procedeu, não foi mais do que advocacia administrativa e corrupção no mais alto grau, um considerável grau.

O Sr. Victorino Freire — Não apoiado!

O Sr. Arthur Virgílio — É um homem, Senador Aurélio Vianna, que, quanto faz arrôcho salarial; enquanto mantém militares e civis com vencimentos muito acima das suas necessidades, ganha, hoje, cerca de 20 mil cruzeiros novos por mês, ou seja, 20 milhões de cruzeiros antigos por mês, como presidente de uma sociedade financeira.

O Sr. Victorino Freire — Muito mais do que isso ele merece. Já o Governo declarou que não pode, às vezes, nomear funcionário de alto gabarito porque a Nação não pode pagar.

O Sr. AURELIO VIANNA — Os fatos irretorquíveis, irrefutáveis são estes: o Sr. Ministro da Justiça do Governo atual declarou que 1/5 do todo o território brasileiro pertence hoje a estrangeiros. Elementos da mais alta confiança do Governo Revolucionário declararam que o contrabando de minérios, que o contrabando em geral no Brasil chega a cifras astronômicas. E um deles, encarregado de reprimi-lo chegou a declarar que daria para pagar — se não me falha a memória o texto foi este — toda a dívida externa do País. O contrabando de minérios atômicos já ninguém pode contestar.

A crise brasileira está aí — é a continuação — mas esta aí. O contrabando existia durante os Governos passados? Existia. O latifúndio existia? Existia. O imperialismo existia, sugando as energias do povo brasileiro, como as de todos os povos subdesenvolvidos? Existia.

Ninguém discorda quanto a isso, tanto que já nos temos referido às observações feitas do brasileiro: o povo brasileiro não revela saudades do passado. E muito menos satisfação com o presente. Esta é a situação do povo brasileiro.

O Sr. Victorino Freire — Diziam que o contrabando de minérios era sensacionalista e a imprensa. Um dos chefes do Departamento de Polícia Federal mandou arquivar inquérito feito em Goiás para apurar contrabando de minerais atômicos porque — que se tratava de sensacionalismo.

O Sr. AURELIO VIANNA — Os escândalos, os desfalques continuam. milhões só na Legião Brasileira de Assistência. E o sistema que precisa ser substituído. Então, aqueles que fizeram a Revolução e que pensaram que o simples ato de sua presença a frente do Estado iria resolver, de plano, todos esses problemas que se vêm acumulando anos após anos, década após década, século após século, estão verificando que a questão não era tão simples assim.

O Sr. Victorino Freire — Se mandassem furar minha cabeça de contrabandista, tudo isso acabaria.

O Sr. AURELIO VIANNA — É eu, honestamente, acho esta tribuna que não é tão simples assim a solução porque neste País, particularmente este que é dos maiores, este que possui das mais fabulosas riquezas inexploradas, na face da terra, esses países...

O Sr. Victorino Freire — Contrabandista consegue habitar corpus antes de chegar à Polícia.

O Sr. AURELIO VIANNA — Esses países vêm sendo cercados por uma força tremenda que vem impedindo o seu desenvolvimento.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. AURELIO VIANNA — Com grande prazer, Senador José Ermírio.

O Sr. José Ermírio — O que é certo é que o Brasil sofre uma guerrilha permanente, econômica, técnica e financeira, isto é fora de dúvida. Nos discursos que V. Ex^a sabe, eu tenho proferido neste Senado, tenho atacado e ninguém pôde até hoje, dizer que eu estava errado.

O Sr. AURELIO VIANNA — Exatamente.

O Sr. José Ermírio — Portanto, V. Ex^a tem razão. Somente de Vitória, em 1966, foram exportadas por uma firma, 92 toneladas que se transformaram em U233. A razão de 600 mil toneladas, equivalem a três vezes a produção do carvão no Brasil. Isto está provendo num discurso que fiz aqui!

O Sr. Victorino Freire — Mas o Departamento Federal é que contesta que não houve contrabando em Goiás.

O Sr. AURELIO VIANNA — Estamos exportando o futuro do nosso País!

Fiquem aqui dentro ou saiam as nossas palavras, enquanto tivermos este mandato, usaremos das prerrogativas que o povo nos deu, para reafirmarmos o que vim dizendo: a revolução pôde cassar mandatos, mas a Revolução não colocou no parlamento a ninguém! Foi o povo — errada ou acertadamente — foi o povo quem nos colocou aqui.

Estamos conscientes do processo espoliativo que vêm sofrendo as pequenas ações, no seu sentido econômico. Estamos conscientes de que correm perigo muito mais aqueles, que atacam os monopólios internacionais do que aqueles que atacam o Governo. Porque os próprios monopólios internacionais, muitas e muitas vezes aprisionam os governos, através de medidas econômicas terríveis e tremendas.

Pode ser que o Sr. Jânio Quadros, quando renunciou, quisesse ter feito referência justamente às tais forças ocultas que não permitiam que ele governasse.

Não estou afirmando, mas o próprio Senador João Agripino, hoje Governador da Paraíba, fez revelações neste Senado, que nos, starecemos naquele momento. Como Ministro quantas vezes não teve de reagir, e reagiu!!

Senhor Presidente e nobres Senadores, tenho mais dois anos e poucos meses de mandato. A impressão é de que, se não o cortarem até hoje, não o cortarão até o fim. E quer queiram ou não os meus inimigos gratuitos e proclamados, dois anos e meio de mandato ainda tenho. E os usarei como bem quiser e entender, mesmo porque, admitindo-se que não fosse eu um dos beneficiários da imprensa, gosto disto.

Meu gosto não é ver meu nome lá fora. É falar aqui dentro. Quando pensam que estou muito revoltado, estou me divertindo. Quando alguém corre para mim e diz: "A Rádio do Congresso hoje sabotou V. Ex^a", dou uma gargalhada, porque o negócio aqui dentro é uma coisa, lá fora é outra.

As vezes, nem procuro saber. Agora, quando leio o que está escrito no Diário do Congresso, quando tenho tempo para fazê-lo, as coisas mudam de figura. Digo: "Aqui está a realidade".

De cem discursos que pronuncio, passo a vista para publicação talvez em um; um em cem, pode ser. Nem tenho a preocupação de fazer a revisão dos meus discursos, nem essa preocupação ou tenho; não tenho nem

o deleite de ler de novo, como narcisista intelectual, aquilo que pronuncio. Porque é um tipo de narcisismo — o indivíduo ter aquele prazer de ler o que disse, de escutar o que disse.

Senhor Presidente e Srs. Senadores, espero, desejo mais do que espero, que amanhã haja número 1, em navendo, que se vote o substitutivo com as alterações preceituadas e que venham a favorecer, não somente a classe dos que trabalham nos portos deste País, mas o próprio povo brasileiro.

Este o meu desejo. Sr. Presidente, e, em tendo-o cumprido, tranqüila está a consciência deste nordestino, deste representante, para satisfação sua e do gosto de muita gente, do povo da Guanabara. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guilherme Mondim) — Antes de passar a palavra ao Sr. Senador Aarão Steinbruch...

O SR. ANTONIO CARLOS:

Sr. Presidente, como Líder de Partido, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Guilherme Mondim) — V. Ex^a permitirá que eu faça um aviso.

A Presidência, tendo em vista a Convocação Extraordinária do Congresso Nacional, resolve antecipar para as 21 horas do dia 17 do corrente a sessão conjuntamente anteriormente convocada para o dia 20 de agosto, destinada à discussão do Projeto de Lei nº 19, de 1968 (C.N.), que autoriza o Poder Executivo a desapropriar, em favor da Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL — o imóvel que especifica, de propriedade da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

O SR. PRESIDENTE:

(Guilherme Mondim) — Comunico ainda aos Srs. Senadores que amanhã o Senado estará convocado para uma sessão extraordinária às 10 horas.

O SR. PRESIDENTE:

(Guilherme Mondim) — Tem a palavra o nobre Senador Antônio Carlos, como Líder de Partido.

O SR. ANTONIO CARLOS:

(Como Líder de Partido. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ainda que não tenha acompanhado as primeiras palavras do nobre Senador Aurélio Vianna, Líder da Minoria nesta Casa, concluí no discurso que pronunciei, em face daquilo que tive oportunidade de escutar, que S. Ex^a ocupou a tribuna para, tendo em vista a nota publicada em vespertino do Rio de Janeiro, dar esclarecimentos sobre o sentido da convocação que, como Líder fez aos seus pares, aos seus liderados, para comparecerem a Brasília, no dia de hoje.

Estava eu, Sr. Presidente, a semana passada, no exercício da liderança da bancada da Aliança Renovadora Nacional, uma vez ausentes os Srs. Senadores Filinto Müller, Wilson Gonçalves, Manoel Villalça e Petrônio Portela. Quero, pois, fixar a posição que adotei, naquela oportunidade, e prestar os esclarecimentos que me parecerem necessários, face não só ao discurso do nobre Senador Aurélio Vianna como ao debate que suas palavras suscitaram.

No dia 9 de julho do Rio de Janeiro, comuniquei-me com o Presidente desta Casa e ouvi de S. Ex^a recomendação para que estivesse em Brasília, uma vez que o Projeto de Lei nº 76, de origem do Poder Executivo, estava com o seu prazo a se esgotar e era de todo conveniente que o Senado se esforçasse para que a matéria não fosse aprovada, na forma da Mensagem encaminhada pelo Sr. Presidente da República.

Desloquei-me, então, para Brasília, e aqui procurei o Presidente para tomar conhecimento detalhado da situação da proposição e de outras que, por força de dispositivo constitucional, se não apreciadas por esta Casa, no prazo de 45 dias, seriam consideradas aprovadas.

O caso mais urgente era, justamente, o deste Projeto-de-Lei nº 76, que revoga o Decreto-Lei nº 127, e alguns artigos do Decreto-Lei nº 5, de abril de 1935.

Em seguida, neste recinto, procurei o nobre Senador Aurélio Vianna. Consultei-o da possibilidade de fazermos a convocação para o dia de hoje, o último dia do prazo para votação do projeto, caso V. Exª não acolhesse questão de ordem que pretendia levantar.

Logo em seguida, Sr. Presidente, dirigi a todos os Srs. Senadores da bancada da ARENA o seguinte telegrama urgente:

"Rego o obséquio aos prezados amigos e colegas de estarem em Brasília, no próximo dia 13, segunda-feira, para votarem projeto de origem governamental, cujo prazo de tramitação se encerra àquela data. Faça esta convocação, em nome da liderança da ARENA, em termos de veemente apelo. Abraços. Antônio Carlos Konder Reis, Líder, em exercício, da ARENA".

Quando, pois, designado, por V. Exª, relator do Projeto na Comissão de Projetos do Executivo e Finanças, tive ocasião, de certo modo, de justificar a expedição do telegrama que acabo de ler. Disse então:

"Lido o parecer do Senador Paulo Torres, na Comissão de Projetos do Executivo, o Sr. Senador Mário Martins pediu vista. De acordo com o dispositivo da Constituição, que determina prazo de tramitação de projeto dessa natureza — 45 dias na Câmara, 45 dias nesta Casa e mais 10 dias na outra Casa do Congresso para exame das emendas do Senado — o pedido de vista do Sr. Mário Martins foi oportuno e perfeitamente dentro do espaço de tempo que o Senado tinha para apreciar a matéria, pois que, tendo V. Exª feito a distribuição no dia 31 de maio, o prazo de 45 dias, face ao recesso em perspectiva durante o mês de julho, só iria se esgotar a 15 de agosto.

Ocorreu, porém, Sr. Presidente, que o Congresso foi, por decisão de um terço dos Senhores Deputados, convocados para funcionar, a partir de 1º até 31 deste mês. Deste modo, não houve recesso. Ao encerramento da primeira parte da Sessão Legislativa do corrente ano, iniciou-se a convocação extraordinária e o projeto, então, vem a Plenário e tem para ser votado, nesta Casa, prazo até o dia 15 do corrente, isto é, até a próxima segunda-feira".

E ao término, da leitura do parecer do Senador Paulo Torres, que acolhi com o substitutivo, disse, ainda:

"V. Exª sabe, a Casa não ignora das dificuldades que estamos sofrendo para obter número para votação. O fenômeno, Sr. Presidente, não decorre da displicência ou desinteresse dos Srs. Representantes; é preciso que fique bem claro: ao fim da primeira parte da Sessão Legislativa, os Senhores Deputados e Senhores Senadores assumiram compromissos em seus Estados. A Liderança na Minoria, na Câmara, no entanto, cumprindo certamente um dever que julgou inarredável, convocou o Congresso. Mas a própria imprensa havia noticiado

do que aquele requerimento seria apresentado quando oportuno, se as circunstâncias o indicassem, ou o fizessem necessário.

Entendeu a Minoria, entenderam aqueles cento e tantos Deputados, um terço da Câmara, que o momento da convocação seria o dia 1º de julho. Deste modo, aqueles Srs. Representantes que haviam assumido compromissos, que haviam viajado para os seus Estados, nesta primeira parte da convocação extraordinária, não têm podido estar presentes.

Devo dizer a V. Exª e à Casa, Sr. Presidente, que eu mesmo tinha compromissos em meu Estado e os interrompi, pois havia acompanhado a tramitação dessa matéria, como expliquei anteriormente".

Deste modo, Sr. Presidente, tendo em vista, primeiro, a circunstância da convocação, até certo ponto inesperada, do Congresso Nacional, e, em segundo lugar, em face do interesse nacional que vejo no projeto que revoga o Decreto-Lei nº 127 e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 5, fiz o chamado.

E o telegrama está vazado de modo a transmitir a todos os colegas, a convocação da liderança em exercício. Primeiro, a justificativa para a ausência da maioria dos Srs. Senadores nesta Casa, pois, todos nós tínhamos compromissos e a convocação foi, sem dúvida alguma, sob certos aspectos, inesperada e surpreendente. Fazendo, agora, um juízo de valor, quero acrescentar que, quando anunciei a primeira razão da convocação que fiz aos meus colegas, não julgava como ainda não julgo necessária a convocação, ora em curso. Os fatos, até hoje, estão confirmando minha convicção. Segundo, Sr. Presidente: tendo ser de grande importância a matéria constante do Projeto de nº 76, que revoga o Decreto-Lei nº 127 e alguns artigos do Decreto-Lei nº 5, certamente não editados pelo Governo do Presidente Castello Branco com quaisquer objetivos de prejudicar a classe dos portuários ou dos estivadores e, sim, disciplinar setor da economia brasileira. Em face de uma legislação tumultuária, certamente, atravessavam as maiores dificuldades não apenas os armadores, os embarcadores ou os produtores, mas, também, os próprios trabalhadores.

Sou, Sr. Presidente, testemunha do fato que aquela legislação tumultuária começou a apresentar os seus reflexos negativos: o porto da minha terra natal, o Porto de Itajaí, um dos maiores entrepostos de mercadorias do Sul do Brasil, principalmente de madeiras, cereais, óleos de sassafrás, produtos industrializados do Vale do Itajaí, sofreu tamanha crise que os trabalhadores nesse Porto, em 1964, procuravam o Governador do meu Estado para pedir providências, no sentido de que voltassem a trabalhar em Itajaí aqueles navios que anteriormente, faziam linha regular para aquele porto e eram o veículo ideal para o transporte de mercadorias produzidas em Santa Catarina, principalmente no Vale do Itajaí.

Mas, tais e tantas foram as dificuldades que o transporte marítimo foi, pouco a pouco, sendo substituído pelo transporte rodoviário. E diga-se de passagem para esclarecimento, que as duas estradas que servem o Porto de Itajaí, a hoje BR-470, que liga Itajaí à Zona da Serra, atravessando o Vale do Itajaí no sentido leste-oeste, Blumenau, Indaial, Timbó, Rio do Sul e Curitiba e a BR-101, que liga o Porto de Itajaí a grandes centros consumidores, São Paulo e Rio de Janeiro, pelo litoral, ainda não estavam pavimentadas. Neste momento, ainda não estão completamente pavimenta-

dos. A BR 101 tem pavimentados os trechos Itajaí-Joinville e Curitiba-São Paulo. A BR 470 tem apenas pavimentado o trecho entre Blumenau e Ascurra.

Pois bem, apesar das dificuldades do transporte rodoviário, apesar dessas duas estradas incompletas, apresentando condições precárias para o transporte, nessas mercadorias iam se acumulando, iam se concentrando no setor rodoviário, em prejuízo do setor marítimo, em prejuízo, em última análise, dos estivadores, dos armadores, dos conferentes daquela comunidade operária que, em Itajaí, vive do porto. E, já agora, com a instalação da frota de integração nacional, que faz com que uma ou duas vezes por mês, um navio do Lóide escale em Itajaí para transportar mercadorias até o Norte, com a volta de várias unidades mercantes nacionais e estrangeiras, de propriedade de outras companhias, como esses dois decretos — que não foram editados para prejudicar a classe operária, mas, para recuperar a manha mercante que estava agnizante em nosso País, substituição de qualquer manha pelo transporte rodoviário é até pelo transporte aéreo — o porto de Itajaí apresenta outras condições, e muito melhores perspectivas.

Diante disto, Sr. Presidente, em face, especialmente, do processo de aperfeiçoamento que a proposição do Governo sofreu nesta Casa, seja quando da reunião do Plenário da Minoria na Comissão de Projetos do Executivo com o Sr. Ministro dos Transportes, seja a raiar o parecer do Sr. Senador Paulo Torres, seja em face às emendas apresentadas ao substitutivo do Relator, já do meu conhecimento, julguei que a votação de hoje ou de amanhã era, realmente, de interesse nacional e, assim, apesar de ser eu líder eventual no exercício da liderança, deveria fazer a convocação nestes termos. Creio que cumpri um dever, Sr. Presidente, pois que a generosidade, a boa-vontade, o alto espírito de compreensão dos meus nobres colegas está a indicar que, amanhã, deveremos ter o número necessário para a votação.

Quero aqui consignar meu agradecimento não só aqueles que se deslocaram de seus Estados, como, também, aqueles que aqui permaneceram como o nobre Senador Alvaro Maia, que tinha compromisso no Estado do Amazonas e aqui ficou para permitir que o número se fizesse e nós pudéssemos, hoje, ou amanhã, votar esse projeto de lei tão importante para a economia nacional e do especial interesse das classes dos portuários e estivadores.

Sr. Presidente, não quero, de modo algum, fazer deste discurso coisa diferente de um esclarecimento. Mas, como o debate, provocado pelo discurso vivo, entusiástico do Sr. Senador Aurélio Vianna levou a Casa a discutir aspectos múltiplos da realidade brasileira, desejo prestar dois esclarecimentos: o primeiro deles é sobre o meu ponto de vista pessoal, em relação às dificuldades que o nosso País enfrenta, como um país em desenvolvimento, face aos sistemas, métodos e processos vigentes no comércio internacional. Entendo que, nem de longe, o fato é resultado da ação isolada de um Estado soberano, de um governo ou de uma determinada classe econômica. No meu entender a explicação que se dá, é simplista. Talvez, colha algum eco na opinião pública, mas que não confere com os fenômenos que ocorrem no comércio internacional. Discredo dessa explicação, pelas observações que fiz, na conferência sobre Comércio e Desenvolvimento, a segunda que se realizou sob os auspícios da ONU, em Nova Delhí, o que se verificou foi que os países

desenvolvidos tomaram determinada posição, — sejam eles capitalistas ou socialistas, democráticos ou totalitários — qual seja a da defesa de privilégios. Foram eles conquistando privilégios, pelo poder político, pelo poder econômico, pelo avanço tecnológico e, também, — é preciso que se diga, — pelo esforço e pelo sacrifício de seus povos e não por outra razão.

Todos os países em desenvolvimento, alheios às questões políticas ou ideológicas, que subscreveram a Carta de Argel, consideravam, cada um deles, como o principal responsável pelo esforço, em favor do progresso econômico, o desenvolvimento.

Por outro lado, não há negar que muito já se conquistou neste terreno.

Se ainda não chegamos a resolver operativas, para alterar métodos, processos e sistemas que prejudicam o desenvolvimento de países como o nosso, dos países chamados da periferia, no campo dos princípios dos países desenvolvidos, já se curvavam à realidade e já reconhecem que há necessidade de se alterarem aqueles processos, métodos e sistemas para permitir que o nosso desenvolvimento se faça com menos sacrifício, com menos sofrimento dos nossos povos.

Quero, também, Sr. Presidente, dizer que esse problema eu o igualizo com abundância de detalhes de e-entões estatísticos, no Relatório que estou concluindo sobre essa viagem, Relatório dos Senhores Senadores Bezerra Netto, Victorino Freire e m. u.

Desejo, também, Sr. Presidente, declarar, em caráter pessoal, que, sem vislumbrar na ação ministerial do Sr. Roberto Campos trabalho perfeito, incapaz de erros e de equívocos, seu convencimento de que ele, no exercício da Pasta do Planejamento e Coordenação Geral, defendeu com coragem, com bravura, com coerência aqueles pontos de vista que ele julgava certos para o desenvolvimento brasileiro. Eu não vi na ação de V. Exª nenhum fato ou ato que, conscientemente, tivesse como objetivo alienar as riquezas brasileiras, entregar o nosso País a mãos de grupos ou de Nações estranhas.

Citou-se aqui o exemplo da Lei de Remessas de Lucros. Não sou, Sr. Presidente, especialista na matéria, mas acredito que outros países tenham legislação mais liberal do que a nossa. E faço essa declaração com base em artigo que li em revista americana, que não era bem um artigo, em um reclame da legislação sobre capitais estrangeiros, na Irlanda.

O reclame era um livro de leite e, separado o líquido da nata, em bolco, citados artigos e parágrafos da legislação da Finlândia, havia uma legenda: "A nata, esta pode ser transferida para o exterior". "Invista na Irlanda, porque a nossa Legislação permite que a nata fique com o investidor".

Não é o caso brasileiro. Volamos uma legislação sobre medidas de transferência de lucros, em 1963 ou 1962. Mais tarde, essa legislação sofreu alterações propostas pelo Ministério do Planejamento, mas a legislação não alienou do Governo brasileiro o controle sobre esses investimentos. Há um registro de capitais estrangeiros, no Banco Central; há um limite para transferências, se não me falha a memória, de 12%.

Poder-se-á, amanhã, dizer que a realidade brasileira, esteja diante a revisão desses lucros ou a modificação do sistema de controle. O que não acho, Sr. Presidente, é o que se diga que essa legislação foi feita com o objetivo consciente e de se desnaturalizar o Brasil, de se transferir as suas riquezas, de fazer com que o povo brasileiro veja o resultado de seu trabalho carregado para os cofres de países estrangeiros ou de Nações estrangeiras.

O Sr. Arthur Virgílio — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS — Ouço o nobre Senador.

O Sr. Arthur Virgílio — V. Ex.^a está respondendo, é óbvio, ao aparte que dei ao Senador Aurélio Vianna, quando S. Ex.^a há pouco ocupou a tribuna. E vai me permitir que eu interfira no seu pronunciamento para corrigir inicialmente um equívoco de V. Ex.^a, respeito da limitação de remessa de lucros. Porque não há nenhuma limitação de remessa de lucro na legislação brasileira. Aquela limitação de remessa de lucro de 10% e de retorno de 20% de capital e que era absolutamente justa, condizente com os interesses tanto do capital que aqui fosse aplicado quanto ao interesse nacional, foi totalmente, completamente revogado por proposta do Ministério do Planejamento. Atualmente há apenas o registro de capital a que V. Ex.^a aludiu, e que pode ser burlado por muitas formas inclusive por material obsoleto, inadequado que entra no Brasil por um valor que absolutamente não possui.

O Sr. José Ermírio — Pela Instrução nº 273.

O Sr. Arthur Virgílio — Exato. Essa maquinaria inadequada, antiquada, obsoleta e ultrapassada poderá entrar no Brasil como se fosse capital, por um valor superior ao que tem e, depois, receber lucros de um capital que, em verdade, não entrou, meramente falando.

O que entendo do Sr. Roberto Campos é que ele adotou filosofia pessoal. Seu comportamento no Ministério do Planejamento foi de acordo com essa filosofia: ele não acredita em nada que é nosso, não acredita na nossa capacidade técnica, não acredita no nosso esforço, não acredita na nossa inteligência. Formou-se assim. E aplicou essa filosofia e essa política no Ministério do Planejamento. Já não há — e mesmo V. Ex.^a, em seu pronunciamento, declara que não é sem falta a situação do Sr. Roberto Campos — já não há, hoje, quem possa dizer com segurança que a política econômico-financeira, imposta à Nação, não fracassou. E fracassou redondamente. Não digo que não tenha obtido algum êxito no controle parcial da inflação, mas êxito conseguido às custas do sacrifício das classes assalariadas, daqueles que vivem de salários e de vencimentos. Parou o desenvolvimento da Nação, parou seu progresso, seu desenvolvimento industrial, pararam todas as atividades que poderiam fazer esta Nação crescer economicamente. E o preço da desinflação caiu por inteiro sobre os ombros dos assalariados. Mas a acusação — e considero a mais grave — que faço e repito ao Sr. Roberto Campos é de ter ele elaborado toda uma legislação, cercando de garantias uma atividade econômica de assistência financeira — os bancos de financiamento — e depois ter-se beneficiado da própria legislação, indo exercer a presidência de um banco de financiamento, percebendo cerca de vinte milhões de cruzeiros antigos por mês. Isto eu repito: se o Sr. Roberto Campos houvesse sido Ministro do Sr. Juscelino Kubitschek ou Ministro do Sr. João Goulart e houvesse se comportado dessa forma, num desses dois Governos, teria sido cassado como corrupto.

O SR. ANTONIO CARLOS — Sr. Senador Arthur Virgílio, exatamente em relação a essa afirmação de V. Ex.^a é que discordo. Em primeiro lugar, tive o cuidado de fazer a ressalva no sentido de que a Administração do Sr. Roberto Campos, como qualquer administração de qualquer titular por mais capaz que ele seja, não poderia ser perfeita; e declarando ainda que não era especialista na matéria, aludia um exemplo, quanto à legislação sobre remessa de lucros, para mostrar que a nossa não é, nem foi feita com o objetivo de transferir a riqueza nacional

prejudicar o nosso potencial econômico. Quanto a acusação que V. Ex.^a faz de ordem pessoal, honestamente, devo dizer que não conheço as circunstâncias que levaram o Sr. Roberto Campos à Presidência dessa entidade financeira aludida por V. Ex.^a. Tenho a convicção de que ele não exerceu a Pasta do Planejamento e da Coordenação Geral, não praticou nenhum ato consciente que prejudicasse o interesse nacional.

Não posso, portanto, dizer a V. Ex.^a se a nomeação do Sr. Roberto Campos, a eleição do Sr. Roberto Campos para a Presidência do Banco a que V. Ex.^a aludiu foi o resultado de uma ação impatriótica, em favor de determinado tipo de entidade financeira ou o desejo dessa entidade de ter a sua testa um homem capaz, um homem que realmente tem profundos conhecimentos de Economia e conhece os problemas brasileiros como poucos conhecem no Brasil.

Ai é uma questão de se conhecer os detalhes do problema. Eu não tenho elementos para contestar V. Ex.^a, pois que entendo que a uma afirmação deste porte eu só poderia contestar com elementos positivos e objetivos.

Mas como V. Ex.^a não me trouxe elementos que me levassem a crer que a eleição ou a nomeação tivessem sido o resultado da sua atuação na elaboração desta legislação, não tenho como realmente responder de outra forma o aparte de V. Ex.^a pelo muito que V. Ex.^a me merece.

O Sr. Arthur Virgílio — Deve esclarecer a V. Ex.^a que é notório que o Sr. Roberto Campos está presidindo uma financeira...

O Sr. José Ermírio — Não é notório é exato.

O Sr. Arthur Virgílio — ... inclusive, em resposta ao nobre Senador José Ermírio o ex-Ministro do Planejamento, confessa revelando até o quanto ganha só de ordenado.

O SR. ANTONIO CARLOS — Não neguei o fato, apenas entendo que sem elementos objetivos não tenho por que ficar com a opinião de V. Ex.^a que muito me merece ou com aquela outra que levanto neste momento de que ele poderia ter sido convocado pelo fato de ser um especialista em economia. Não era um homem rico, não tinha outra atividade.

O Sr. Arthur Virgílio — Nobre Senador Antônio Carlos, examino a questão sob o prisma moral. Se eu preparo uma legislação beneficiando determinadas atividades econômicas e, até, de forma não muito aceitável, que vem sendo criticada creio que esta atuação deve ser examinada sob o prisma moral. Se V. Ex.^a, por exemplo, aplicar a sua poupança, o seu dinheiro ganho suademente numa financeira dessa natureza não poderá escolher a sua destinação, onde vai aplicá-lo, pois isto fica a cargo da financeira que tem privilégios que jamais existiram neste País. Do ponto de vista moral, o homem que criou toda essa legislação, que fez com que fosse ela aprovada, ou por lei ou por decreto-lei, esse homem não tinha condições morais de aceitar o cargo de Presidente de uma organização financeira como essa. Muitos homens públicos, por muito menos, por acusações vagas no seu comportamento administrativo ou no seu comportamento político tiveram seus mandatos cassados ou seus direitos políticos, suspensos. Esta, a acusação que faço, do ponto de vista moral; o Sr. Roberto Campos não poderia aceitar ser Presidente da Financeira, tendo em vista a sua atuação no Ministério do Planejamento em relação a essa atividade econômica. Daí a acusação que faço e da qual, a meu ver, ele não poderá se safar.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire — Fazendo soar a campainha) — A hora destinada ao expediente está terminada. Pediria aos nobres Srs. Senadores que não in-

terrompam, com apartes, o nobre Senador Antônio Carlos para que S. Ex.^a termine suas considerações.

O Sr. José Ermírio — Já havia eu pedido um aparte a V. Ex.^a.

O SR. ANTONIO CARLOS — Eu dei o aparte a V. Ex.^a. Apenas quero observar que o nobre Senador Arthur Virgílio, quando respondeu, com este seu último aparte, às considerações que estou expondo, já deu ao problema outro tratamento. Inicialmente, S. Ex.^a disse que o Sr. Roberto Campos havia preparado uma legislação e, depois, passara a ocupar a presidência de um banco, como se tivesse havido uma relação de causa e efeito; isto é, fôra nomeado presidente do banco por ter preparado essa legislação.

Agora, com o seu segundo aparte, já o problema é encarado sob outro aspecto. O Sr. Roberto Campos, por ter sido responsável por aquela legislação, não deveria ter aceito o cargo de presidente do banco, mesmo que a razão da escolha se situasse nas suas qualidades, no seu traquejo. Sob este aspecto, em face do segundo tratamento que S. Ex.^a dá ao problema, eu — sem com isso ferir a honrabilidade do Sr. Roberto Campos — concordo com S. Ex.^a. Estou convencido de que o Sr. Roberto Campos não foi presidente do banco por ter feito esta legislação, como não se completou de nenhum dos atos praticados, muitas delas antipáticas, arcaicamente antipolulares. Não só o povo não só assalariados, recuando, também, os empresários, industriais, quando teve de adotar medidas severas de controle de crédito ao capital de giro e tudo aquilo que V. Ex.^a sabe melhor do que eu. Portanto a primeira interpretação, dada aqui, não tenho elementos para aceitar. Quanto à segunda, estou inteiramente de acordo. O homem público, ao ocupar uma posição, tem de suportar o ônus de não aceitar funções como estas que poderão provocar interpretações menos exatas da sua conduta. Em última análise: se eu tivesse sido Ministro do Planejamento e tivesse colaborado nesta legislação, Deus havia de me ajudar para não aceitar essa função.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS — Pois não.

O Sr. José Ermírio — Para facilitar a V. Ex.^a, o nome do banco é Investment Bank, cujos boletins vêm mensalmente com os do National City Bank. Vem juntos com o mesmo sistema, o mesmo tamanho, a mesma ortografia. Eu os recebo. Uma outra pergunta a V. Ex.^a, que considero um dos grandes senadores.

O SR. ANTONIO CARLOS — Grato a V. Ex.^a.

O Sr. José Ermírio — Como o Governo faz acordo com o de Washington, acordo que, pela cláusula nona, diz o seguinte: "Este acordo só pode ser denunciado com seis meses de antecedência"? Até aí, nada. Porém, "todos os acordos firmados terão garantias no mínimo de 20 anos". Como permite uma nação um acordo desta natureza?

O SR. ANTONIO CARLOS — O assunto foi largamente discutido. V. Ex.^a — sei — lutou nesta Casa e sabe as razões que levaram o Estado Americano a propor acordos desta natureza.

Em 1963, quando exercia a função de Observador Parlamentar à XVIII Conferência das Nações Unidas, tive conhecimento de que o Governo do Celão, sem qualquer aviso prévio, sem qualquer base jurídica, resolveu desapropriar todas as empresas estrangeiras, e em seguida, fizera uma declaração de que não tinha recursos para fazer face às indenizações.

Foi, diante dessa situação, que o Brasil celebrou o Acordo de Garantia de Investimentos com os Esta-

dos Unidos, emendado pelo Senador Afonso Arinos, emenda esta derrotada na Câmara, no seu art. 1º, precisando bem a natureza dessa garantia.

O Acordo veio ao Congresso, o Congresso o aprovou. Eu entendo, Sr. Senador, que, se porventura, amanhã, esse Acordo estiver prejudicando o nosso País, o Governo brasileiro deve denunciá-lo.

O Sr. José Ermírio — Muito bem.

O SR. ANTONIO CARLOS — Tenho comigo um ponto de vista muito particular a respeito da matéria. Eu entendo que nós devemos regulamentar...

O Sr. José Ermírio — Muito bem.

O SR. ANTONIO CARLOS — ... a atividade do capital estrangeiro em nosso País.

O Sr. José Ermírio — Muito certo!

O SR. ANTONIO CARLOS — Devemos senão policiá-la, discipliná-la.

O Sr. José Ermírio — Aplaudido!

O SR. ANTONIO CARLOS — Mas também entendo que, se aceitarmos o capital estrangeiro, devemos dar-lhe garantias. Não garantias que venham a comprometer a nossa soberania, cujos compromissos as nossas riquezas, mas garantias que nos permitam também cumprir os compromissos da lei. Porque nós não queremos favor. Nós queremos que o capital estrangeiro, vinda para o Brasil, se submeta a uma legislação específica e seja fator positivo do nosso desenvolvimento e não que o capital estrangeiro venha como que "caído do céu", como um favor a uma Nação miserável, a uma Nação humilhada. Não.

O Senador Arthur Virgílio lembrou casos em que o ingresso do capital estrangeiro não está sendo feito de modo a atender ao nosso interesse. Eu não conheço esses casos. Velho-me, no entanto, da declaração de S. Ex.^a. Fui o problema não é apenas de interesse: é o problema de sua execução, da sua vigência. Fazemos com que a lei seja cumprida. Mas se aceitarmos o capital estrangeiro, temos o dever como Nação soberana, de tradições de dar-lhe garantias, se ele agir dentro da lei. Como sabe V. Ex.^a, o acordo não dá garantias ao capital que não obedeça à lei brasileira. O acordo foi feito — V. Ex.^a ainda não havia ocupado a cadeira que tanto honra nesta Casa — em face das circunstâncias e após tumultuárias não só no Brasil, mas em vários países do mundo.

Creio que, para termos autoridade, falarmos forte como devemos falar a todas as outras nações, inclusive a América do Norte ou, talvez, especialmente à América do Norte, porque é a nação economicamente mais poderosa do nosso lado, nós precisamos dar garantias de queles que acreditam no nosso progresso. Se, porventura, acharmos que esta ou aquela corrente de capital é prejudicial ao nosso desenvolvimento, não permitamos que ela venha. Mas, se aceitarmos, assim como devemos respeitar o capital nacional, também devemos respeitar o capital estrangeiro. Se ele não serve, se é um capital colonizador, se é um capital predatório, impeçamos a sua vinda, mas não adotemos providências que vão ter reflexos não somente sobre esse capital prejudicial, mas sobre todo capital. Um país como o Brasil precisa de capital estrangeiro, em termos, dentro de uma legislação não somente bem elaborada, mas bem executada. Aí concordo com o Senador Arthur Virgílio, precisamos de capital estrangeiro.

Neste ponto, Sr. Presidente, creio que esclareci razoavelmente meu ponto de vista e fiz aqueles reparos que entendi de meu dever, porque estou falando no assunto de confiança da Assembléia.

Apresentando a V. Ex.^a, quero, mais uma vez, transmi-

tir aqui os meus agradecimentos sinceros a aqueles Srs. Senadores da ARENA que, levando em conta a questão de interesse nacional que envolve o Projeto nº 76, atenderam ao apelo que lhes dirigi. (Muito bem.)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Arthur Virgílio
Milton Trindade
Lobão da Silveira
Sebastião Archer
Victorino Freire
Petrônio Portela
Sigefredo Pacheco
José Ermírio
Eduardo Catalão
Josaphat Marinho

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Sobre a mesma comunicação que são ser lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas e deferidas as seguintes declarações:

Brasília, em 15 de julho de 1968.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Senhor Senador Arnão de Melo pelo nobre Senhor Senador Antônio Carlos, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 19, de 1968 (CN).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador **Mancel Villaga**, Líder em exercício da ARENA.

Brasília, em 15 de julho de 1968.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Senhor Senador Alvaro Catão pelo nobre Senhor Senador Petrônio Portela, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 19, de 1968 (CN).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador **Mancel Villaga**, Líder em exercício da ARENA.

Brasília, em 15 de julho de 1968.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Senhor Senador Benedito Valadares pelo nobre Senhor Senador Alvaro Maia na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 19, de 1968 (CN).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador **Manoel Villaga**, Líder em exercício da ARENA.

Brasília, em 15 de julho de 1968.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Senhor Senador Milton Campos pelo nobre Senhor Senador Ney Braga na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 19, de 1968 (CN).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador **Manoel Villaga**, Líder em exercício da ARENA.

Brasília, em 15 de julho de 1968.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do

nobre Senhor Senador Péricles Pedro pelo nobre Senhor Senador Edmundo Levi na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 19-68 (CN).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador **Aurélio Vianna**, Líder do MDB.

Brasília, em 15 de julho de 1968.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Senhor Senador Eduardo Catalão pelo nobre Senhor Senador Arthur Virgílio na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei número 19-68 (CN).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador **Aurélio Vianna**, Líder do MDB.

Brasília, em 15 de julho de 1968.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Senhor Senador Pereira Diniz pelo nobre Senhor Senador José Ermírio, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 19-68 (CN).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador **Aurélio Vianna**, Líder do MDB.

Brasília, em 15 de julho de 1968.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Senhor Deputado Batista Miranda pelo nobre Senhor Deputado Monsenhor Vieira na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei número 1-68 (C.N.), Embratel.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. Deputado **Aurino Valois**, Vice-Líder da ARENA no exercício da Liderança.

Brasília, em 15 de julho de 1968.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Senhor Deputado Yukihigue Tanura pelo nobre Senhor Deputado Hênio Rosagalli na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 19-68 (C.N.), Embratel.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Deputado **Aurino Valois**.

Vice-Líder da ARENA no exercício da Liderança.

Brasília, em 15 de junho de 1968.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Senhor Deputado Nicolau Tuma pelo nobre Senhor Deputado Clodovio Costa na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 19-68 (C.N.), Embratel.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Deputado **Aurino Valois** — Vice-Líder da ARENA no exercício da Liderança.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Serão feitas as substituições, nos termos das comunicações ora lidas.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Está terminada a hora do Expediente. Passa-se à Ordem do Dia.

Toda a matéria constante da Ordem do Dia depende de votação. Não havendo quórum, fica transferida para a próxima sessão ordinária.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) Ainda há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Aarão Steinhilber.

O SR. AARÃO STEINBERG:

(Sem revisão do Orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, por diversas vezes, ocupei a tribuna desta Casa para denunciar graves irregularidades que se estavam cometendo na Companhia Nacional de Alcalis, principalmente no que concerne às relações entre os dirigentes dessa empresa mista e os seus empregados.

Tive ocasião de, na última vez em que abordei o assunto, chamar ao conhecimento do Senado que operários, contando oito, nove anos de serviço, muitos até com mais de nove anos e seis meses de casa, estavam obrigados a assinar a opção pelo Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, sob pena de serem demitidos incontinenti. Na ocasião, fui contestado pelo nobre vice-marechal do Governo, o eminente Senador Eulálio Rezende, que no dia seguinte a minha oração leu um telex do General Orlando, diretor-presidente dessa Empresa, refutando essas asserções. S. Ex. disse, inclusive, que, mais tarde, ocuparia a tribuna desta Casa para trazer os fatos comprobatórios de que as declarações aqui emitidas por mim não eram reais. Entretanto, Sr. Presidente, não só eram reais os fatos denunciados dessa tribuna, como eles se vem repetindo amiúde.

V. Ex. sabe, e a Casa não desconhece, que a empresa, quando quer demitir um empregado sem justa causa, é obrigada a pagar-lhe uma indenização proporcional ao seu tempo de serviço. E o que vem fazendo a Companhia Nacional de Alcalis com seus servidores, com aqueles que estão às vésperas de atingir o direito garantido da estabilidade? Demite-os, pagando as indenizações, sacrificando, portanto, a economia da empresa, não contando com isso, ainda se dispõe a pagar em dobro aqueles empregados que contam mais de nove anos e seis meses de serviço.

É este fato que causa uma inquietação enorme no seio de todos os trabalhadores daquele estabelecimento fabril. Por quê? Porque lá em Cabo Frio, sede da Companhia Nacional de Alcalis, estão situados poucos estabelecimentos industriais e o empregado que recebe uma indenização pelo fato de se furtar a assinar a opção pelo Fundo de Garantia fica na rua da amargura, porque não tem outro emprego à sua disposição e é obrigado, inclusive, a se deslocar do município, com sua família. Traço, aqui, ao conhecimento da Casa, dados elucidativos concernentes, inclusive, fazendo referência ao caso de um empregado, com mais de 9 anos de serviço, que tendo sido levado ao famoso salão azul, que se encontra nas dependências da empresa, para assinar o termo de opção já datilografado, subscreevou-o e foi acometido de grave crise de nervos e internado num hospital da Cidade. Quando voltou, querendo retratar-se de acordo com a lei, que dá um prazo ao empregado para fazer isso em relação à opção feita numa determinada época, foi demitido incontinenti. E tanto não foi demitido por justa causa que lhe foi oferecida a indenização correspondente ao seu tempo de casa.

O sindicato pediu a interferência do Ministro do Trabalho, para que S. Ex. se desloque do Ministério ou determine que uma pessoa responsável vá à Companhia e verifique in loco esses fatos, porque não é possível uma empresa pertencente ao Governo use de métodos que muitas vezes são utilizados por empresas particulares, quando então até a ação da Justiça se faz sentir.

Tenho aqui dados em que se verifica, neste particular, que 420 empregados já optaram em razão da coação e perto de 500 ainda não optaram e se não optarem serão imediatamente demitidos.

Não é possível que o Governo mande para este Congresso, e o Congresso aprove, lei que sirva, depois, para coação, por parte de empresa em que, por coincidência, quem tem o capital maior é o Governo.

Há também, outro fato. Vossa Excelência verificará que essa empresa, embora conte com a boa vontade dos seus empregados, tanto que ela tem prosperado nos últimos anos, oferecendo um saldo-lucro apreciável nos últimos balanços, demite servidores antigos. Uma porque não querem sujeitar-se à assinatura da opção pelo Fundo de Garantia e outros por questão de somenos, tanta que paga sempre a indenização, mas contrata serviços de firmas empreiteiras, para a execução de trabalho que esses empregados antes faziam na Cia. Nacional de Alcalis. E o que faz, então, com esse jogo de mágica a Cia. Nacional de Alcalis? Demite empregados ganhando determinado salário e contrata com firmas empreiteiras que locam ou alugam trabalho de operários que recebem o salário-mínimo. Dá, assim, ensejo a que essas firmas empreiteiras ganhem polpidos lucros nas suas transações com a Cia. Nacional de Alcalis.

Esses dados constam do relatório sucinto que foi encaminhado ao Ministro do Trabalho. Espero que Vossa Excelência, que se tem demonstrado, pelo menos nas entrevistas à imprensa, tão sensível aos problemas dos trabalhadores, determine que um de seus delegados vá a Cabo Frio, visite as dependências da Companhia Nacional de Alcalis e constata esses fatos narrados, embora contestados pela liderança do Governo, que não voltou à tribuna desta Casa para trazer fatos que demonstrassem o contrário. E também pode S. Ex. intervir porque amanhã, segundo noticiam, realizar-se-ão eleições para a renovação da diretoria daquele estabelecimento industrial.

É hora de ser modificada a direção da empresa, porque, com esses fatos, tem ela exacerbado o ânimo do operariado, intranquillado o local, tanto assim que os operários têm a manifestação de solidariedade de toda a população, inclusive do clero do distrito do Arraial do Cabo, através do padre Adão.

Estas as declarações que desejo fazer, Sr. Presidente, e espero as providências do Governo. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR AARÃO STEINBERG EM SEU DISCURSO:

Arraial do Cabo, 5 de junho de 1968.

Ofício 198-63.

Ao Exmo. Sr. Coronel Jarbas Passarinho — DD. Ministro do Trabalho e Previdência Social — Rio de Janeiro — GB.

Senhor Ministro:

Este Sindicato, que congrega e representa os trabalhadores da Companhia Nacional de Alcalis (C.N.A.), atendendo a finalidade de assistir a seus associados no resguardo de seus interesses, segurança e bem estar

social e, tratando-se de trabalhadores de uma Sociedade de Economia Mista, onde o interesse econômico financeiro deve também atender ao interesse social, considerando ainda tratar-se de uma empresa de valor inestimável para a economia nacional, não se justifica que os seus trabalhadores seja relegados a situações difíceis, não partilhando da grandeza e não se sentindo engrandecidos de contribuírem para o desenvolvimento do Brasil.

Assim, os trabalhadores deste Sindicato, reunidos em Assembleia Geral, transformado em Assembleia Geral Permanente no dia 5-8-63, em que foram amplamente debatidos e discutidos, os problemas vigentes, vem apelar para Vossa Excelência, no sentido de interferir junto a alta administração da C.N.A., a fim de que seja revista a política administrativa da mesma no que diz respeito aos trabalhadores, para que não mais se verifique o que passaremos a expor:

1 — EXPANSÃO ECONÔMICA DA C.N.A.

Inegavelmente e para a nossa satisfação, é digna de elogios a admiração que se seguiu após a revolução de 1964, no que diz respeito a expansão da C.N.A., conforme demonstra o quadro abaixo:

1961 — Prejuízo verificado	214.008,35
1962 — Idem, idem ...	166.133,92
1963 — Lucro verificado	390.928,19
1964 — Idem, idem ...	8.934,04
1965 — Idem, idem ...	3.312.408,51
1966 — Idem, idem ...	5.000.000,00
1967 — Idem, idem ...	4.700.000,00

O ano de 1965 marcou uma nova era para a C.N.A., e nós sentimos também orgulhosos de haveremos contribuído com o nosso trabalho para a grandeza da mesma.

Entretanto, não obstante os lucros alcançados e as perspectivas ainda de melhores resultados, lamentamos o que vem fazendo a C.N.A., com os seus empregados, tirando-lhes o estímulo para o aprimoramento dos serviços e o próprio amor a Empresa, tendo em vista o clima que vem criando na classe operária, que se sente insegura nos seus direitos e intranquila no seu emprego, sem as garantias dos benefícios que tinham e que lhes foram retirados, sem que isso influísse nos resultados obtidos, como demonstra o quadro acima.

2 — DEMISSÕES

Como se não bastasse a situação social que aflige e angustia a todos os assalariados, a C.N.A. passou a demitir seus empregados, principalmente os que contavam acima de 8 anos e até 9 anos e 10 meses, alegando necessidade de redução e renovação de efetivos, pelo elevado número de trabalhadores.

Admitindo a hipótese do número elevado de trabalhadores, poderiam concordar com tal medida, porém, não com a chamada renovação de efetivos, onde trabalhadores em plena força de trabalho são dispensados e principalmente que se avilanzam da estabilidade.

Por outro lado, não se justifica que tendo a C.N.A. dispensado durante este período de 3 anos, uns 1.200 trabalhadores, pois, em 1965 obtive ótimo resultado financeiro, quando então tinha uns 2.800 empregados e atualmente este número está reduzido a uns 1.650, empregados sob sua responsabilidade, mas na verdade tem ela mas de 2.000 trabalhadores pois, ao dispensar seus empregados, CONTRATA MÃO DE OBRA FIRMAS EMPREITEIRAS, aqueles mesmos empregados que muitas das vezes, foram considerados sem especialidade e escolaridade, não se justificando a dis-

pensa e imediata contratação de serviços com firmas empreiteiras, o que não vem influir em nada como medida de economia, pois, os resultados estão aí, apresentando elevados lucros e muitos trabalhadores explorados pelas referidas firmas, as quais por sua vez, tem lucros elevadíssimo.

Diante disso, verificamos que não existe a chamada redução de efetivos e tão pouco economia de mão de obra, mas a simples transferência dos rendimentos que os trabalhadores deveriam ter, indo diretamente para o lucro das empreiteiras, que nem sequer os serviços dirige, pois esses são dirigidos pelos próprios chefes da C.N.A.

Dessa maneira, são prejudicados os trabalhadores humildes e honestos e, conseqüentemente suas famílias, e a C.N.A., não beneficiada, tendo em vista que o que ela iria pagar a esses trabalhadores, reverte em benefício das empreiteiras que, naturalmente, tem lucros altamente compensadores.

Ora, o mais justo, humano e legal, seria que o trabalhador ficasse com o fruto dos lucros obtidos pelas empreiteiras pois que, elas não fazem senão contratar os serviços de mão de obra dos operários, sem sequer dirigir os mesmos, pois, estes trabalhadores são dirigidos e orientados pelos próprios chefes de serviços da C.N.A., contribuindo dessa forma para o sub-emprego.

A dispensa de um trabalhador, principalmente os mais antigos, cuja idade e mais avançada e geralmente já radicando na localidade e com família, muitas vezes numerosa, importa nas seguintes conseqüências:

a) A procura de um novo emprego imediatamente, o que é sempre difícil de conseguir, principalmente na localidade onde tudo gira em torno da C.N.A., pela inexistência de outras indústrias, considerando ainda que cabo Frio tem apenas como fonte de trabalho, as Salinas e a Pesca.

b) O novo emprego não irá permitir maior rendimento senão o salário mínimo que a Lei estabelece. (Quando muito é o que a maioria pode conseguir).

c) Na maioria dos casos, um novo emprego significa mudança de residência e isso importa em elevação de aluguel de casa, além das demais despesas que acarreta.

d) A perda do emprego e a redução do salário em outro emprego, acarreta a diminuição do padrão de vida existente, com sérios reflexos na família aumentando com isso o problema social na Sociedade.

e) O deslocamento da família para lugares ou mesmo cidades outras como geralmente acontece, indo para o Rio de Janeiro e as cidades limítrofes do Estado do Rio, que hoje e cada vez mais sofre o problema do elevado número de habitantes.

f) Por que não dizer também da conseqüência de, muitas vezes contribuir para a delinquência juvenil e prostituição, pela miséria e falta de meios adequados aos chefes de família, no sustento da mesma.

Diante de tudo isso, a C.N.A. alega naturalmente o excesso de trabalhadores, o que já não mais é admissível, tendo em vista o grande número que para ela trabalha através das firmas empreiteiras, em sua maioria, ex-empregados da C.N.A., os quais não tendo outro recurso, se sujeitam as imposições de toda ordem das referidas firmas contratantes de mão de obra, ganhando apenas o salário mínimo da região e não se beneficiando dos aumentos anuais da categoria, pois os seus contratos são geralmente de prazo inferior a um ano.

Admitindo ainda a hipótese de que ela dispensa trabalhadores cuja produção não atende a necessidade, ainda assim, não traduziria a verda-

de, pois que, o mais acertado seria uma melhor distribuição do pessoal pelos diversos setores da fábrica, atendendo a melhor aptidão do empregado, melhorando e aprimorando a mão de obra e conseqüentemente, aumentando a produção. Além do mais, a C.N.A. colaborando para a amenização do problema social da localidade, poderia aumentar a série de produção em derivados dos produtos principais.

3 — FIRMAS EMPREITEIRAS DE SERVIÇOS

Há uns três anos, a C.N.A. passou a contratar serviços com firmas empreiteiras, que em sua maioria executam serviços de caráter permanente, contínuos, e infindos, próprios dos empregados da C.N.A. e por elestambém executados.

As referidas firmas contratam mão de obra com a C.N.A. e por sua vez, admitem ex-empregados da mesma C.N.A., por prazo nuncia superior a 1 ano, geralmente de 6 meses, findo os quais, são os mesmos encaminhados a outra empreiteira que os contratam por mais 6 meses e assim, vão eles de empreiteira em empreiteira até voltar a primeira, sempre com ordenados a base do salário mínimo, sem contarem tempo de casa e não se beneficiando com os aumentos anuais de suas respectivas classes, contrariando frontalmente os considerados do "Decreto-lei nº 15, de 29 de julho de 1966, (D.O. 1-8-1966) onde diz: "Considerando, finalmente, que a paz social, requisito fundamental da Segurança Nacional, exige: uma política salarial equitativa para a classe trabalhadora, em seu conjunto, não se coadunando com tratamento discriminatório em benefício ou detrimento de qualquer categoria profissional".

O que mais nos causa estranheza é o fato de que as firmas empreiteiras apenas contratam os trabalhadores, para logo após, entregá-los sob as ordens, orientação e fiscalização dos chefes de serviços da C.N.A., sendo inclusive os pagamentos feitos da própria C.N.A.

A maioria dos trabalhadores das empreiteiras são ex-empregados da C.N.A. que voltam a trabalhar lado a lado com seus antigos colegas, desempenhando as mesmas tarefas, subordinados aos mesmos chefes, porém, com salários inferiores e sem nenhum direito que antes tinham como empregados da C.N.A.

As empreiteiras são verdadeiras firmas corretoras de mão de obra de serviços, não trazendo economia para a C.N.A. e executando, os seus empregados, serviços de natureza permanente e de rotina, próprios da C.N.A. e tanto é assim, que ela também os executam, não se configurando a necessidade de serem contratados com outras firmas, além disso, a C.N.A. não tem nenhuma vantagem ou economia, pois o lucro da empreiteira é certo, trazendo somente prejuízo para o empregado e a vês também para o Governo, pelo não conhecimento por parte das referidas firmas, das responsabilidades das contribuições devidas ao INPS, ao B.N.H. e os depósitos do F.G.T.S.

Como exemplo, citamos a firma MONTEGE — Montagem Engenharia Industrial, cujo histórico acompanhamento os documentos em separados.

4 — FUNDO DE GARANTIA DE TEMPO DE SERVIÇO:

Com a entrada em vigor da Lei do FGTS, a CNA passou a coagir os empregados que tinham mais de 9 anos de serviços a optarem pela referida Lei, sendo demitidos os que não optassem, e isso era feito de tal maneira que o trabalhador era tirado do seu serviço, levado ao gabinete do Chefe ou do Departamento do Pes-

soal e tinha que resolver no mesmo instante, já estando pronta a "Declaração de Opção" para ser assinada, caso contrário receberia o aviso prévio.

Após algumas informações deste Sindicato esclarecendo os associados sobre o FGTS, uns poucos fizeram a renúncia, resultando na sua imediata demissão e podíamos comprovar a coação de vez que até um empregado, pressionado para decidir de imediato sobre a Opção, teve um ataque de nervos que resultou na sua internação em uma casa de saúde e, posteriormente, fazendo êe a renúncia, foi também imediatamente despedido.

O mais lamentável pelo absurdo que o ato encerra, é que hoje, embora já passada a época da opção simples, continua a CNA coagindo os empregados a optarem pelo FGTS, usando o mesmo meio de ameaça de demissão, o que vem causando um estado de apreensão e preocupação dos trabalhadores que se aproximam dos 9 anos de serviços, pela insegurança e intranquilidade do dia de amanhã.

Ao homem que trabalha empregado não interessa ser despedido do emprego embora receba uma indenização a que tem direito, pois não sendo afeito a negócios, a maioria não sabe sequer o que fazer com o que recebe e termina por portar também a importância recebida e tendo que se sujeitar a um novo emprego, isto significa ter um salário inferior ao que antes tinha, regredindo assim na ordem social e se desanimando de ser cumpridor de seus deveres, deixando de ser o mesmo bom trabalhador por não encontrar a recompensa almejada e merecida, passando a ter vergonha de ser honesto.

Dessa forma, Senhor Ministro, em nome dos mais humildes, simples e honestos trabalhadores, e que vimos a presença de Vossa Excelência pedir que interceda junto a alta administração da CNA no sentido de que não mais se verifique as pressões feitas aos trabalhadores para optarem pelo FGTS ainda mais quando, ao que sabemos é a CNA a única empresa que assim vem procedendo, nem mesmo as empresas particulares estão preocupadas em obrigar seus empregados a optarem pelo FGTS.

Senhor Ministro, a medida que a CNA vem adotando em pressionar indiscriminadamente seus empregados, principalmente os de mais de 8 anos de serviços a optarem pelo FGTS, além de ilegal é por demais absurda, desumana, anti-social pela prepotência e abuso de direito por provocar um estado de espírito no trabalhador que afeta seus próprios nervos, provocando um desajuste que muitas vezes redundam em doença nervosa e até mental, transformando assim homens fortes, sadios e trabalhadores, em homens desequilibrados, incapazes, a essa justiça, revoltados com tudo e passando a viver mais miseravelmente com os mínguaos salários que recebem, ficando cada vez mais desajustados por faltar-lhes os meios de atender as necessidades da família.

O caso mais se agrava quando se trata de empregado de mais de 9 anos e 6 meses, que não optando é dispensado, e se optar pelo FGTS ninguém lhe garante que continuará a trabalhar e no caso de dispensa perde o direito de ao menos receber em dobro a indenização, como a lei lhe faculta.

Levando-se em consideração o levantamento realizado, em que encontramos perto de 420 (quatrocentos e vinte) optantes, e não considerando os que já gozam de estabilidade, encontramos um total de perto de 90 (noventa) não optantes, que totalmente dentro da política atual da administração, serão demitidos se não fizerem sua opção.

Finalmente, diante do exposto, só nos resta solicitar a Vossa Excelência as seguintes providências junto à alta administração da CNA.:

1 — Demissões: que não mais se verifique demissões na Empresa, pelo simples fato de renovação de efetivos como tem sido alegado e ainda, que a CNA pelo que tudo demonstra, com a produção definida também defina o seu quadro efetivo, bem como permita aos ex-empregados, que tenham sido demitidos por alegação de renovação ou redução de efetivos, candidatar-se a seus quadros quando necessários, porquanto o atual regulamento o impede (documento anexo).

2 — Empreiteira: que não mais sejam contratadas firmas para presta-

rem serviços de mão de obra de natureza permanente contínuo, rotineiros e infreídos, para que não mais ocorra casos como por exemplo o da Montega-Montagem e Engenharia Industrial, e que os contratos com firmas empreiteiras, se restrinjam aos casos especiais de serviços transitórios, de duração prevista como obra certa.

Que o MTPS, através do Departamento Nacional do Trabalho, designe comissão para apurar as irregularidades das Firms Empreiteiras, as condições de trabalho de seus empregados, o regime de exploração em que também os mesmos trabalham, pois ao nosso ver os verdadeiros em-

presários desses trabalhadores é a própria CNA.

3 — Fundo de Garantia de Tempo de Serviço: que a CNA deixe de coagir seus empregados a optarem pelo FGTS o que além de ilegal é verdadeiramente absurdo, e os que se retratarem não sejam dispensados como vem acontecendo.

Na certeza de que Vossa Excelência, compreendendo a aflição dos trabalhadores e a difícil posição deste Sindicato, atendendo a esta solicitação, emanada dos trabalhadores reunidos em Assembléia Geral conseguindo o que pleiteamos, por ser de justiça, antecipamos os nossos melhores agradecimentos e, aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vossa

Excelência os nossos protestos de elevada estima e profundo respeito.

Atenciosamente, *Leônidas Corrêa*, Presidente".

O S. PRESIDENTE:

(*Victorino Freire*) — Não há mais oradores inscritos. (Pausa).

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, designando para a extraordinária de amanhã, às 10 horas, a seguinte

ORDEN DO DIA

TRABALHOS DE COMISSÃO

Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 17,10 horas*).

COMISSÃO DE FINANÇAS

Subcomissão destinada a estudar a Participação do Instituto Brasileiro do Café na produção do Café Solúvel e a concordata da Dominium S. A.

1ª REUNIÃO, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 1963

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, sob a presidência do Sr. José Ermírio de Moraes, presentes os Senhores Mem de Sá, João Cleofas, Paulo Torres e Arthur Virgílio, reúne-se a Subcomissão destinada a estudar a participação do Instituto Brasileiro do Café na produção do café solúvel e a concordata Dominium S. A.

Comparecem, ainda, os Senhores Edmundo Levy, Vice-Presidente no exercício da presidência da Comissão de Economia, José Leite, Manoel Vilela, Fernando Corrêa, Bezerra Neto, Carlos Lindenberg, Atílio Fontana, Antônio Carlos e Alvaro Catão.

Inicialmente, o Sr. Presidente comunica à Subcomissão os motivos desta reunião ou seja, o depoimento do Dr. Vicente de Paula Ribeiro que será lido e, em seguida, os Senhores Membros da Subcomissão terão oportunidade de pedir o esclarecimento que forem necessários.

Após a exposição, o Sr. Vicente de Paula Ribeiro é inquirido pelos Senhores Senadores Mem de Sá, Atílio Fontana, Paulo Torres, Carlos Lindenberg e Arizemiro de Figueiredo.

Finalmente o Sr. Presidente agradece ao Sr. Vicente de Paula Ribeiro a sua presença.

O Sr. Presidente convoca nova reunião desta Subcomissão para terça-feira, dia 25 de junho às 10,00 horas a fim de ouvir os depoimentos dos Senhores Emerson C. Ribeiro de Barros e Eduardo Guinle.

Os debates travados na presente reunião foram taquigrafados e serão publicados como parte integrante desta ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Anexo da Ata da 1ª Reunião realizada no dia 19 junho às 11,00 horas, da Comissão de Finanças, a fim de ser ouvida a Diretoria da Fábrica de Café Solúvel — Dominium S. A. — Pela Subcomissão incumbida de emitir parecer sobre o pedido de concordata daquela empresa (depoimento do Dr. Vicente de Paula Ribeiro).

Presidente: Senador José Ermírio de Moraes.

Relator: Senador Mem de Sá.

Depoente: Dr. Vicente de Paula Ribeiro, Presidente da Dominium Sociedade Anônima.

Publicação devidamente autorizada pelo Sr. Presidente da Comissão.

Reunião da Comissão de Finanças, a fim de ser ouvida a Diretoria da Fábrica de Café Solúvel — Dominium S. A. — Pela subcomissão, incumbida de emitir parecer sobre o pedido de concordata daquela Empresa (depoimento do Dr. Vicente de Paula Ribeiro), às 11 horas, do dia 19 de junho de 1963.

O SR. PRESIDENTE — (José Ermírio) — Havendo número legal, está aberta a reunião.

ATAS DAS COMISSÕES

A Comissão de Finanças do Senado resolveu na sua penúltima reunião, criar uma subcomissão para estudar o caso da "Dominium".

Esta subcomissão convidou também a Comissão de Economia do Senado, pedindo ao Senador Edmundo Levy para fazer parte da Mesa.

Conforme V. Exas. conhecem, a Comissão de Economia da Câmara já ouviu o Dr. Celso Araujo, gerente da Carteira do Mercado de Títulos do Banco Central, e também o Vice-Presidente da C.B.I.

Hoje, estamos recebendo aqui os diretores da "Dominium", entre eles o Sr. Vicente Ribeiro e o Sr. Roberto Ferreira da Rosa, a quem dou a palavra — porque acho que será necessário, de acordo com o que informou o Dr. José Vicente Ribeiro, que deseja fazer uma exposição.

Com a palavra o Dr. Vicente de Paula Ribeiro.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Sr. Presidente, ilustres Senhores Senadores, o fato de trazer uma breve exposição escrita sobre a questão da "Dominium" de forma alguma é uma intenção de recusar-me a responder a qualquer pergunta ou a qualquer questão que os senhores desejem seja esclarecida.

Entreguei às mãos de V. Exa., Sr. Presidente, cópia dessa exposição, com alguns anexos, para que conste do Arquivo desta Comissão.

Passarei à leitura, com permissão de V. Exa. (Lendo)

"Em 1961 ...

Esclarecimentos prestados pelo Presidente e Vice-Presidente da Dominium S.A. à Sub-Comissão da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Em 1954 a Dominium S.A. era uma empresa que controlava várias firmas comerciais e industriais. Nesse ano, tendo sua direção resolvido liquidar vários negócios que, devido à conjuntura nacional, não mais eram suficientemente rentosos, transformou a em sociedade industrial resolvendo, então, construir uma fábrica de café solúvel para exportação, cujos estudos iniciais datavam de 1954.

Construída em várias etapas, já em fins de 1965 começou a exportar sua produção. A última etapa ficou terminada em junho de 1967, quando a indústria atingiu sua capacidade total, ou seja, o processamento de 500.000 sacas de café verde por ano.

Para realização desse empreendimento, de grande vulto, era necessário capitalizar convenientemente a sociedade que não contava com qualquer financiamento interno ou do exterior.

Ações:

Na época, quando ainda não existia a Lei do Mercado de Capitais, e não havia no País a mentalidade do investidor em ações, principalmente em ações que só poderiam começar a distribuir rendimentos daí a três ou quatro anos, quando o empreendimento estivesse terminado; e num mercado em que o próprio Governo Federal concorria com títulos de renda de até 50% a.a. — necessário se tornava dar ao tomador de ações um atrativo, que tornasse interessante o investimento. Assim, foi que criou-se um sistema novo, talvez inédito no País, mas perfeitamente legal de acordo com parecer de renomados juristas consultados na ocasião (Anexo nº 1). Tal sistema de venda das ações foi

idealizado, estudado e sugerido à Direção da Dominium S.A. pelo Presidente da C.B.I.

Esse sistema que, diga-se de passagem, funcionou sempre bem e com enorme êxito, permitindo a construção de uma fábrica onde foi investido o equivalente a mais ou menos US\$ 20.000.000,00 consistiu no seguinte: A Dominium S.A. aumentava o seu capital social, por subscrição particular (nunca houve qualquer subscrição pública) e tais ações, já integralizadas, eram vendidas através de firmas distribuidoras de títulos e valores (C.B.I. e suas coligadas). No ato da venda de tais ações, a vencedora comprava por preço certo e determinado, todos os direitos que essas mesmas ações tinham à reavaliação compulsória do seu ativo imobilizado e eventuais direitos a dividendos, preço esse que era pago ao tomador das ações em 12 prestações mensais e iguais. Tinha assim, o comprador, um recebimento mensal interessante, que constituía um atrativo ao investimento.

Não houve, portanto, como se tem dito repetidas vezes um capital vendido com garantia de "dividendos antecipados" ou de "juros". Tratava-se de "ações de sociedade anônima, devidamente integralizadas. Tratava-se, pois, de capital de risco".

Todos os serviços para a colocação do capital e pagamento da compra de direitos foram confiados ao grupo comandado pelos diretores Presidente e Superintendente da C.B.I. e suas obrigadas que cuidada, também dos repasses de ações entre os seus clientes e de todos os serviços correlatos, inclusive movimentações de numerário, sob sua exclusiva responsabilidade (Anexo nº 2). E tudo funcionou a contento, sem que qualquer reclamação de acionistas, ou de autoridade jamais tivesse chegado ao conhecimento da direção da Dominium S.A.

Esse sistema, porém, não podia evidentemente continuar eternamente e nem assim estava programado. Logicamente, uma vez devidamente capitalizada a Empresa e atingida a plenitude da atividade industrial da fábrica de café solúvel, as ações deveriam ter o seu regime normal de remuneração, recebendo os acionistas os seus dividendos anuais ou semestrais, depois de apurados os lucros em balanços regulares e sua distribuição ser determinada em Assembleia Geral. E isso, assim, havia sido programado, para ter início a 1º de outubro de 1967.

Dessa decisão da Diretoria da Dominium teve ciência prévia a direção da CNI, como não podia deixar de ser, eis que o seu Presidente, juntamente com o Diretor Superintendente da mesma, eram os autores do plano de capitalização, os seus controladores e executores. Mas, como o sistema lhe era, a C.B.I. altamente lucrativo, pois recebia comissões nas vendas e taxas de serviço de pagamentos; e como, além disso, beneficiava-se o grupo da C.B.I. com o movimento financeiro resultante da movimentação das ações da Dominium, eis que dele se aproveitavam para vender outros títulos de seu interesse, resolveram os responsáveis por aquelas Companhias rebelar-se contra a mudança do sistema tudo fazendo para anulá-la.

Sabendo da oposição, teve a Diretoria da Dominium a cautela de não fazer a alteração por simples ato seu, como era seu direito, mas, devidamente autorizada pelo Conselho de Administração convocou Assembleia Geral Extraordinária, que se realizou

em 28 de setembro do ano passado, e foi essa Assembleia de acionistas que, por maioria de votos, resolveu tal alteração, nos termos e pelos motivos então expostos e constantes da respectiva ata (Anexo nº 3). Apenas, na ocasião, por ter declarado o Presidente da C.B.I. que esta se comprometia com os acionistas no sentido de não haver a mudança do sistema sem aviso prévio de 60 dias, a Assembleia resolveu estender o prazo até 31 de dezembro daquele ano.

As causas do distúrbio havido pelo descontentamento de acionistas depois da alteração do sistema, foram irracionalmente provocadas pelas Distribuidoras, seus agentes e corretores que, inconformados ao invés de esclarecerem os acionistas com seus clientes, acionistas da Dominium, esclarecendo-os sobre a qualidade das ações que possuíam, p. movimento os repasses normalmente, quando solicitados, fizeram o contrário: Passaram a dar atendimento insatisfatório àquelas pessoas cujas ações, mal, enganando-as que a Dominium havia suspenso o pagamento de dividendos ou encaminhando-as simplesmente ao Banco Central, sob a alegação de que nada mais tinham a ver com o caso, ou, ainda, enviando-lhes circulares ameaçadoras e pedindo-lhes precauções para agirem contra a Dominium (Anexo nº 4).

Houve é certo razão para que muitos acionistas deixassem as ações. E que as Distribuidoras nem sempre vendiam as ações usando da maior ética. Sabem-se que alguns acionistas foram por elas e por seus corretores enganados, muitas vezes comprando as ações, certos de estar comprando papéis financeiros, de renda certa e de liquidez imediata. Chegavam mesmo aquelas Distribuidoras a apor nas ações carimbos cujos dizeres "garantiam" o repasse da ação pelo seu valor nominal, menos taxas e emolumentos. Mas, esses fatos só se tornaram conhecidos, como é evidente, depois de ser alterado o sistema, porque, antes, recebia-se o preço que lhes era devido pontualmente, e repassando as ações quando cessava, nenhuma reclamação tinham os acionistas. Nenhuma reclamação tinham os acionistas, depois da alteração do sistema, tudo fez para minorar o problema surgido, sugerindo ao Banco Central medidas, principalmente o registro da Sociedade como sociedade de capital aberto e a possibilidade da aplicação do Dec. Le nº 157 às suas ações, o que criava um clima propício à facilidade de repasse: mas nenhuma ajuda recebeu nesse sentido por parte daquele estabelecimento (Anexo nº 5).

Incorporações do Molho Inglês e Companhia Melhoramentos do Paraná.

Notícia dessas incorporações e de suas razões foram dadas aos acionistas na mencionada assembleia de 28 de setembro de 1967 (Anexo nº 3), sem que houvesse qualquer estranheza ou reclamação por parte de qualquer acionista. E note-se que, a essa assembleia, estavam presentes acionistas, inclusive, representados pelo Presidente e pelo Superintendente da C.B.I. e por seus corretores, diretores e chefes de vendas.

Ditas incorporações foram feitas de público, observadas todas as formalidades legais, em assembleias regularmente convocadas pela imprensa com a presença de 100% dos acionistas, por falta de "quorum" nas duas primeiras. A aprovação dessas incorporações foi por votação unânime (Anexo nº 6).

Nada de estranho como se tem insinuado, houve com tais incorpora-

ções. Foram bons negócios feitos às claras, por valores apurados em avaliações e, próprios de uma grande Empresa em expansão, diversificando os seus negócios para maior garantia da integridade do seu patrimônio (Anexo n.º 7).

Não houve, como se quer fazer crer, desconhecimento desses negócios por parte da CBI ou dos acionistas. Como já disse, as assembleias foram sempre convocadas de acordo com a lei; e a assembleia de incorporação do Moinho Inglês, por exemplo, compareceu e assinou o livro de presença, o próprio Diretor-Superintendente da CBI que, aliás, era um dos incorporadores. Se maior comparecimento de acionistas não tenha havido, não cabe desse fato a direção da Empresa.

É fato conhecido o pequeno comparecimento de acionistas às assembleias de grandes empresas no Brasil. Prova disso está em que, no auge da campanha movida pela CBI contra o Dominium, depois daquela ter concludido por circulares, os acionistas desta a dar-lhes procurações para comparecimento à assembleia geral ordinária, compareceram acionistas, afora os da direção da Empresa, representando menos de 1% do capital social aí incluídos os representantes e diretores do grupo CBI e suas distribuidoras.

A CONCORDATA

Como é normal e comercial, a Dominium S. A., não contada com financiamentos consolidados, quer internos, quer exterior começou a sua operação de exportação do solúvel, usando o recurso da venda de câmbio para entrega futura, com adiantamento em cruzeiros, para a formação do seu necessário capital de giro.

Essa operação sempre se fez, normalmente e, como usual o câmbio era vendido aos Bancos particulares, a 120 ou 150 dias de prazo, com adiantamento de até 100% em cruzeiros.

A tradição e normalidade de tais operações são comprovadas com o fato de, desde o início de suas exportações, em outubro de 1965, a Dominium ter vendido e liquidado regularmente com a rede bancária, cerca de 30 milhões de dólares.

Porém, na primeira semana de janeiro deste ano, inexplicavelmente, o sistema foi abruptamente mudado, através da Resolução n.º 82 e da Circular n.º 111 do Banco Central. A Circular n.º 111 reduziu o prazo para as vendas futuras de câmbio a 90 dias apenas e o adiantamento a 80%, o que de plano reduziu substancialmente o capital de giro da Empresa (este foi diminuído de 6.750.000 dólares em dezembro para 3.800.000 dólares em maio) (Anexo n.º 8). A Resolução n.º 82 alterou o sistema de importação, permitindo ao importador que até então era obrigado a fechar o câmbio e depositar os cruzeiros correspondentes, no desembaraço alfandegário, a fazê-lo só depois de recebida a mercadoria, e ainda assim, a prazos até 360 dias do saque. Isso tirou da rede bancária particular os recursos naturais que tinham para as chamadas "operações casadas", que lhes possibilitavam comprar as cambiais futuras de exportação sem alterar a sua posição nivelada de moeda estrangeira (com a compra e vendas simultâneas), tirando-lhes, também, o encaixe resultante dos depósitos feitos pelo importador para o fechamento prévio do seu câmbio de importação que, em parte, era fornecido ao exportador como adiantamento em cruzeiros pela venda futura.

De fato, depois das mencionadas instruções, feitas sem qualquer prévio aviso que possibilitasse ao exportador procurar outras fontes para o seu capital de giro, os Bancos particulares

tiveram muito limitados seus recursos para comprar câmbio futuro de exportação.

Prevendo o que iria acontecer, os diretores da Dominium procuraram imediatamente o Banco do Brasil único que poderia e deveria comprar as suas cambiais até que o mercado se normalizasse, após o pagamento dos saques de importação, o que só agora está começando a acontecer. Mas, por estranho que possa parecer, o Banco do Brasil, não obstante gestões feitas junto a sua Diretoria e ao Ministério da Fazenda, negou-se a comprar câmbio futuro da Dominium, mesmo em caráter excepcional, se bem que de outras firmas, mesmo estrangeiras continuasse comprando.

Para cobrir a falta de capital de giro durante o período em que deveria se processar o restabelecimento do mercado cambial, a firma conseguiu algumas operações financeiras que foram porém, insuficientes para cobrir os compromissos imediatos.

Considerando as dimensões da firma, ou seja:

1) NCR\$ 110.192.794,00 de capital dividido entre grande número de acionistas.

2) Processamento anual de 500.000 sacas de café verde, que exportadas como solúvel geravam de 15 a 25 milhões de dólares de divisas.

3) Conquista de significativa porcentagem do mercado americano (12%).

4) Outras importantes participações nos setores têxteis e de moagem de trigo.

5) 2.100 operários entre São Paulo e Guanabara, com uma folha mensal de aproximadamente NCR\$ 750.000,00. procurou então a direção da Dominium as autoridades estaduais, solicitando sua interferência junto ao Ministério da Fazenda. Dias após o Dr. Germano Brito Lyra, Diretor do Banco Central, acompanhado de assessores, veio a São Paulo e após estudo do problema, exames e verificações na empresa, comunicou na sexta-feira, dia 26 de abril, em reunião em São Paulo, para a qual convocou o presidente da Dominium S. A., que a decisão do governo era a da aquisição do controle acionário da Dominium pelo I.B.C.

Assim foi que, na segunda-feira, dia 29, pela manhã, devidamente autorizado, o presidente da Dominium S. A. comunicou o fato à Assembleia Geral Ordinária da Empresa, que, por esse motivo, foi suspensa, aguardando a efetivação da providência.

No dia seguinte a direção da Dominium foi identificada da impossibilidade daquele esquema. Continuando na coordenação de outras medidas que solucionassem o problema da Empresa, o Dr. Germano Brito Lyra mencionou a alternativa de um possível atendimento por entidades financeiras Federais, sob o regime de fiscalização especial; plano esse que também foi levado a cabo. Em última tentativa já no fim daquela semana, tentou o Dr. Lyra a formação de um consórcio de credores, para aquisição do controle acionário da Dominium. Frustrada essa última démarche na segunda-feira seguinte, dia 6 de maio, a empresa requereu concordata preventiva, depois de notificada pessoalmente pelo Dr. Lyra de que o último esforço de sua parte havia sido feito e que não via outra solução.

Durante todas essas negociações, os representantes do grupo majoritário demonstraram total despreendimento, chegando até a colocarem todas as suas ações, mesmo gratuitamente, se necessário, à disposição de qualquer esquema que pudesse evitar a Concordata.

Entretanto, como foi esclarecido anteriormente, o simples atendimento pelo Banco do Brasil, na compra de cambiais da Empresa, teria garantido a continuidade normal dos negócios sociais.

E mesmo nesta emergência, a Dominium recusou-se a utilizar o chamado "mercado paralelo" como fonte de recurso, apesar dos boatos em contrário.

Porém, privada, assim de sua única fonte de moeda nacional, via-se a empresa impossibilitada de pagar suas contas em dia, não obstante, aquela altura, estar "vencida" em apenas 70 dias de câmbio e tendo, portanto, grande reserva de cambiais futuras a colocar.

A empresa tem ainda hoje todas as condições de se refazer financeiramente apenas com a restituição de seu capital de giro, através da venda de câmbio futuro, e poderia em breve prazo levantar sua concordata com benefício a todos os seus credores e acionistas.

A paralisação da fábrica de café obrigada pelo atual registro de preço de exportação muito acima do preço real de mercado internacional e de moinho de trigo por alegação do Banco do Brasil de que não opera com firmas em regime de concordata, prejudica a todos, acionistas e credores e o mercado internacional, que a duras penas foi conquistado e que será perdido inexoravelmente se persistir essa situação.

O interesse pela Empresa, demonstrado por vários grupos nacionais e internacionais é prova inequívoca da qualidade e da potencialidade da Dominium S. A.

Brasília, 19 de junho de 1968. — Vicente de Paula Ribeiro. — Otto Luiz Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE — (José Ernirio) — Srs. membros da Comissão, acaba de fazer sua exposição o Dr. Vicente de Paula Ribeiro. Gostaria que comessem, desde já, as interações sobre o que temos recebido, não só da Câmara dos Deputados, como da exposição do Dr. Vicente Ribeiro, neste momento.

Com a palavra o nobre Senador Mem de Sá.

O SR. MEM DE SÁ (Relator) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senhor Dr. Vicente Ribeiro, inicialmente vou apresentar um pedido prévio de desculpas, comunicando a V. Sa. que sou forçado a ser muito rude. Não é do meu feitio ser rude, a não ser quando atacado. Sou um homem de combate mas no caso não tenho nada, absolutamente nada, contra sua pessoa e a de seus colegas, mas tenho muito, absolutamente muito com 45 mil brasileiros que foram lesados pelas transações que V. Sa. descreveu.

Ouvi o seu depoimento, não podia deixar de ser uma peça muito bem escrita, muito bem feita e tenho lido pelos jornais declarações da CBI, da DOMINIUM, da DELTEC.

Ouvi, também, na semana passada, um depoimento extremamente grave proferido pelo Dr. Emerson Herbert de Barros, da CBI, depoimento em que se continham as mais graves acusações aos processos usados pela DOMINIUM, sobretudo processos conducentes a assegurar ao grupo de que V. Sa. é figura principal um controle acionário da DOMINIUM. Por isso digo: peço desculpas antecipadas. Vou ser rude, vou fazer perguntas aparentemente grosseiras, para dar oportunidade a V. Sa. de se defender.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não aceitarei com rudez nem como grosseiras as suas interações, mas como sendo enérgicas,

como é próprio da responsabilidade que V. Exa. sempre demonstrou como homem público.

O SR. MEM DE SÁ (Relator) — Principalmente para dar oportunidade a V. Sa. para que se defenda daquilo que pesa sobre V. Sa., seu grupo e a DOMINIUM. Se as explicações de V. Sa. forem satisfatórias e demonstrarem sua inocência, depois de ouvido novamente o Doutor Cesar de Barros, estarei pronto a fazer justiça a quem merecer, justiça da tribuna do Senado. Caso contrário, usarei a minha tribuna para condenar publicamente a conduta dos homens que atacam a economia popular, desprestigiam o mercado de títulos, comprometem o mercado financeiro brasileiro com as mais graves consequências.

Não está em jogo apenas o problema da DOMINIUM. Os pequenos poupantes do Brasil, há dois anos, foram vítimas do golpe da Mannas-mann e perderam cerca de 30 bilhões de cruzeiros. Nada aconteceu até hoje. Apenas aconteceu o seguinte: eles perderam.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Eu não sei como e gostaria que V. Exa. explicasse.

O SR. MEM DE SÁ (Relator) — É claro. Eu não tenho nada que ver com o caso.

Agora estão novamente arriscados a perder não sei quantos milhões. Já estou começando a receber cartas de viúvas, de oficiais reformados do Exército, dizendo que confiam na minha atuação na defesa das economias que eles entregaram à DOMINIUM, através do processo das ações de renda fixa.

E eu começo a perguntar por estas ações de renda fixa.

V. Sa. disse, e neste ponto concordo com o Dr. Emerson Cesar de Barros, que estas ações de renda eram títulos perfeitamente legais, e que, nesse sentido, têm pareceres de eminentes juristas.

Eu queria formular a V. Sa., a esse respeito, duas indagações: primeiro, por que — se o problema era perfeitamente legal — aquela engrenagem de a DOMINIUM emitir à ad valorem, que era uma subsidiária da DOMINIUM, subscrever, cumprir e entregar para a CBI e para a CIVIA e estas as venderam ao povo, depois, então, a chamada renda fixa era paga nos guichês da CBI, mas com dinheiros recebidos da ad valorem; se a transação era lícita por que esse mecanismo tão complexo?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Sr. Senador, o mecanismo era complexo em virtude da própria complexidade do esquema de capitalização que foi utilizado.

Como expus, não havia renda fixa. Não se pode chamar renda. O que se fez, para dar como atrativo — e o plano não é nosso, foi originário da CBI, no entanto com ele concordamos porque o entendemos legítimo — ao vender uma ação já integralizada, portanto revender aos clientes das revendedoras, a CBI, uma ação integralizada, uma entidade intermediária no caso a "Ad Valorem" — e me perdoe V. Exa. — mas não é do controle jamais foi do controle da "Dominium" ...

O SR. MEM DE SÁ (Relator) — Ao contrário. Ela é que tinha o controle da "Dominium".

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não, jamais teve. Foi pequena acionista.

O SR. MEM DE SÁ (Relator) — Controle relativo.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não havia controle. Era pequena acionista.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Desculpe-me V. S^a. Chego a este ponto.

Pelas informações, determinado momento a "Ad Valorem" tinha mais de 10% do capital da "Dominium". Os demais 80 e tantos por cento estavam distribuídos entre milhares de acionistas.

Como é sabido, os acionistas de pequeno número de ações não comparecem às assembleias. E V. S^a mesmo disse.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Perfeito. Apenas desejava esclarecer o seguinte...

O SR. MEM DE SA (Relator) — Um pequeno grupo que tinha 10, 15% dominaria a assembleia.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Perfeito, não há dúvida.

O SR. MEM DE SA (Relator) — E tanto é assim que a "Dominium" usava a "Ad Valorem" para esta pagar a CBI e esta pagar aos tomadores de ação. Então, havia uma vinculação íntima entre a "Dominium" e a "Ad Valorem".

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Sem dúvida alguma, a "Ad Valorem" foi subscritora da maior parte do capital da "Dominium".

O SR. MEM DE SA (Relator) — Com que recursos?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Inicialmente com as ações que pertenciam ao nosso grupo, individualmente entregues para aumento de capital da "Ad Valorem". Quando ela se transformou em sociedade anônima estas ações foram vendidas e a "Ad Valorem" comprava os direitos, a seguir, com esses direitos, na medida...

O SR. MEM DE SA (Relator) — Ela tinha capital e recursos para subscrever aumento de capital tão vultoso como o que foi feito no ano de 1967?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Ela teve, em todos os momentos em que as subscreveu, tanto assim que em todos os momentos em que a "Ad Valorem" subscreveu ações da "Dominium", ela tinha esses recursos de subscrição em conta corrente. Se V. Ex^a verificar ou quiser examinar as diversas atas das assembleias extraordinárias de aumento de capital, V. Ex^a constatará que o capital foi integralizado por créditos em conta corrente, e a verificação dos livros da empresa já foi feita várias vezes pelo Fisco Federal. Nós temos a Auditoria, não só anual, mas periódica, de Auditores de reputação nacional uma grande empresa que é a Revisora Nacional e não creio que possa ser contestado, de qualquer forma, de que os aumentos de capital foram absolutamente legais, feitos por créditos em conta corrente do que resultava a emissão de novas ações. Estes créditos de tempos a tempos, Senador Mem de Sá, aumentaram porque a "Ad Valorem" era a compradora dos direitos sobre a reavaliação do ativo compulsório.

De modo que como ela era compradora daqueles direitos nas épocas das correções, de acordo com os índices do Conselho Nacional de Reconstrução, aqueles direitos se transformavam em créditos da "Ad Valorem" que assim recebia novas ações da "Dominium".

O SR. MEM DE SA (Relator) — V. S^a, confirma o que eu suspeitava a intervenção da "Ad Valorem" era indispensável para a complementação do sistema.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Perfeito, porque a "Dominium", como sociedade anônima, estava impedida como está por lei, de negociar com suas próprias ações. Então havia uma compradora.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Quer dizer que se fosse declarada de capital aberto ela poderia ter tomado este caminho...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não tinha capital autorizado, ela poderia recomprar mas isto era outra legislação.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Mas a legislação é do tempo em que a "Dominium" começou a fazer isto. A Lei é de 65.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — A de 65 é posterior.

O SR. MEM DE SA (Relator) — De modo que poderia ter entrado em questão sobretudo em 1964.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não poderia, nobre Senador, por uma razão muito simples. Se o problema era capitalizar a empresa não cabia à empresa estar cobrando as suas próprias ações.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Encontrei nas suas respostas exatamente o que esperava. A intervenção da "Ad Valorem" era indispensável porque era através da "Ad Valorem" que o tomador popular obtinha aquela aparência, notem bem, aparência de renda fixa.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Concordo com V. Ex^a e assim já o declarei. Houve o pagamento de um bem vendido e o sistema fazia com que através da "Ad Valorem" o tomador da ação, que era colocado pela C.B.I., tivesse a impressão falsa de que teria assegurada, por tempo indeterminado, uma renda fixa. E estou aqui com uma ação em que havia justamente os quadradinhos mensais nos quais era agêsto o carimbo da "Ad Valorem". E havia, pelo que sei, o carimbo de pagamento mas em que a "Ad Valorem" declarava que era em troca da venda antecipada pelo tomador dos seus direitos a dividendos, a bonificações e a quaisquer outros direitos.

O SR. MEM DE SA — Aguar, justamente aqui é que me vem a pergunta: esse sistema da "Ad Valorem" era feito — e pergunto a Vossa Senhoria se é certo — e quando a ação era vendida ao tomador popular não se lhe fazia nenhuma promessa por escrito de que ele teria direito a uma renda fixa mensal e de que nem teria direito ao reparo?

Segundo o depoimento do Doutor Emerson de Barros era quando o pagamento mensal era feito que se apunha esse carimbo em que se dizia que o tomador da ação, ao receber a renda mensal, abria mão em favor da "Ad Valorem", dos direitos a dividendos, bonificações, etc.

Então eu pergunto a V. S^a, primeiro: É certo de que não havia compromisso escrito por ocasião da venda da ação ao tomador popular.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — E eu lhe responderei, Senador. Se as distribuidoras não assinaram compromisso escrito com os compradores elas traíram o esquema que havia sido aprovado pela Dominium. E exibirei aqui a V. Ex^a um número enorme, inclusive de escrituras públicas, que foi o sistema inicial para a compra desses direitos. Posteriormente vendo-se a desnecessidade de se fazê-las por escrituras públicas e sim por cartilhas particulares, devido às dificuldades e às despesas das escrituras públicas as distribuidoras não poderiam, de forma alguma, adquirir por conta da "Ad Valorem", direitos, a não ser através de um documento legítimo de compra de direitos.

documento legítimo de compra de direitos.

O SR. MEM DE SA (Relator) — O depoimento do Dr. Emerson de Barros diz que só os compradores de grandes lotes é que receberam compromisso por escrito. Os pequenos poupantes, os que adquiriram pequenas correspondências a poucas ações — e, aí, é uma quantidade variável, pode ser 50, 100 ou 200 — esses não receberam documentos escritos de compromissos.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Se isto é verdade é uma lamentável falha, do que tenho, pela primeira vez, conhecimento por parte das distribuidoras. Portanto, cabia a elas o processo de venda dessas ações de compra de direitos, de contratos com os acionistas, e tudo mais. Assim sendo, eu entendo que o depoimento do Sr. Emerson de Barros é uma acusação ao próprio grupo de que ele faz, no momento, parte e recentemente venha a fazer parte da administração da CBI.

O SR. MEM DE SA — Folgo muito que esta resposta fique registrada. Uma segunda pergunta. Sabe Vossa Senhoria o preço que a "Ad Valorem" se comprometia a pagar ao tomador popular da ação, e o prazo ao longo do qual ela garantia a renda fixa?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Isso, aí, não tenho, com absoluta certeza...

O SR. MEM DE SA — Porque, se havia uma transação de venda de direito, devia ser pelo preço certo.

O SR. MEM DE SA (Relator) — O que V. Ex^a diz está confirmado pelos carimbos desses títulos que tenho em mãos. Num deles se fala no preço da NC\$ 60,00 — Cr\$ 60.000,00 devem ser velhos — e, no outro, se fala em NC\$ 50,00 e, num outro, se fala em NC\$ 30,00. Quer dizer que o tomador da ação, ao comprá-lo tinha a promessa, V. S^a disse que escrita...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Deveria ter um contrato.

O SR. MEM DE SA (Relator) — ... do Sr. Emerson de Barros que, no caso dos tomadores de pequenas quantidades, era verbal.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Uma lamentável falha da distribuidora.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Eu não estou perfeitamente preparado a responder isso a V. Exa.

Sei que a compra era feita por preço certo.

O SR. MEM DE SA — (Relator) Por preço certo?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Por preço certo. Agora, houve, se não me engano, período — num período mais curto, no início da delegação — em que o preço era maior porque a taxa de inflação era muito maior, e na medida que esta decrescia, o preço, se não me engano, foi reduzido.

Se não me falha a memória, Senador Mem de Sá, a compra desses direitos pela "Ad Valorem", inicialmente, foram de ordem de 42% sobre o valor, que equivale a 3,5% ao mês.

O SR. MEM DE SA (Relator) — três e meio por cento ao mês.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Exato. E, se não me engano, posteriormente isto foi reduzido para 3%.

É um assunto que lhe confesso de pronto, eu não tenho elementos porque tenho na memória esses elementos — para lhe dar.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Perfeito.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — De qualquer forma, os direitos eram comprados por preço certo até o máximo de 12 meses de prazo e eram rigorosamente pagas nas épocas prometidas.

O SR. MEM DE SA — Tinham um preço certo. Agora surti a pergunta: Quando, em setembro de 1967, foi decidido pela "Dominium" suspender esse pagamento, esse sistema, e adotar o sistema normal de pagamento de dividendos semestrais, após o balanço, neste momento, em setembro de 1967, prorrogado por dois meses até dezembro, já estavam pagos todas as quantias comprometidas pela "Ad Valorem", para os tomadores?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não Senhor. Essas quantias...

O SR. MEM DE SA — Então houve um assalto grosseiro aos tomadores.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não, perdão. Aquêles compradores de ações que venderam os seus direitos, tiveram os seus direitos pagos religiosamente, até o final, e acredito que os pagamentos se efetuaram até dezembro.

O SR. MEM DE SA — Até dezembro estaria saldado o preço, pelo qual a "Ad Valorem" comprava os direitos dos tomadores de ações?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Nenhum credor acionista, e credor por venda...

O SR. MEM DE SA — Acionista não é credor.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não, permita-me qualificar: qualquer acionista credor da "Ad Valorem", por lhe haver vendido os seus direitos, recebeu o preço a que o seu final de pagamento.

O SR. MEM DE SA — Todas?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Todas.

O SR. MEM DE SA (Relator) —

O SR. MEM DE SA — Perfeito. Era uma pergunta importante e uma oportunidade que lhe ofereci para esclarecer esse ponto. Quer dizer que por exemplo agora eu estou tranqüilo e não preocupado porque no mesmo documento que tenho aqui, com carimbos — os carimbos, deve dizer que estão pouco nítidos, são difíceis de ler, mas são bastante visíveis, em alguns deles, "cs pregos — Então, neste aqui (carbo), preço que figura é 60 mil cruzeiros, e é o mesmo título. E neste aqui (carbo), um jai-xo, diz "pelo preço de 50 cruzeiros novos ao portador desta cautela a Ad Valorem..."

Quer dizer, no mesmo título, na mesma ação, nos diversos quadradinhos, num deles fala num preço e, em outro noutro o que me deixou, até agora, sem compreender. E era uma das coisas sobre a qual esperava explicação, ou de V. S^a ou da CBI, estou vendo que V. S^a não está capacitado a responder, porque era um negócio entre a "Ad Valorem" e a CBI.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Devo dizer a V. Exa., Sr. Senador Mem de Sá, que, pelo menos, não é do meu conhecimento a existência de qualquer acionista que reclame pelo preço dos direitos e não pague.

O SR. MEM DE SA — Eles estão reclamando, e eu já tenho cartas, como disse, porque eles contavam, tanto que tenho cartas, não as trouxe comigo. Uma está aqui, de um Sr. Silvío Dias de Arruda, Rua Bernardino de Campos, Campinas, em que ele diz como os outros, que se sente burlado.

Quer dizer, eles esperavam alguma coisa que, de determinado momento em diante, não foi mais cumprida.

O SR. VICENTE PAULA RIBEIRO — Sr. Senador Mem de Sá, sou o primeiro a reconhecer, e disse no meu depoimento que houve uma certa razão para que muitos acionistas ficassem descontentes. E' o que está dito aqui. O fato é que a distribuidora nem sempre vendia as ações usando a melhor ética. Os corretores foram enganados, convicções e estarem comprando papéis financeiros de renda certa. E isto eu fui o primeiro a dizer.

O SR. MEM DE SA' — V. Sa. atribui aos corretores o fazerem promessas que não tinham como cumprir?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Aos distribuidores. A Dominium jamais comercializou suas próprias ações. Ela integralizou-se a fim de capitalizar-se, mas as pessoas da empresa CBI é que estavam no mercado financeiro e conheciam o mercado financeiro. E elas é que fizeram a distribuição embora com aprovação pela Dominium. Das escrituras públicas, V. Exa. verificará ser a Dominium adveniente "apenas para tomar conhecimento".

O SR. ATILIO FONTANA — Inaudível. (O Sr. Senador Mem de Sá solicita a S. Exa. falar a microfone) ... e não teve conhecimento da forma como essa empresa operava?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Nós aprivamos um esquema.

O SR. MEM DE SA' — Pelo que V. Sa. diz e eu apreendo, V. Sa. aprovou o esquema e depois fechou os olhos quanto à execução do esquema. A execução desse esquema passou a ser feita pela CBI e pela Ad Valorem e V. Sa. declara que a Dominium ignorava como se estava procedendo. Só agora tem consciência.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — A administração da CBI ignorava. Senador Mem de Sá. Ignorava totalmente.

O SR. MEM DE SA' — E' uma questão altamente subjetiva, dependerá de prova objetiva a ser feita por quem interessar. Se V. Sa. está realmente dizendo os fatos, de acordo com a realidade...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Eu tenho certeza de estar absolutamente do lado da verdade, Sr. Senador.

O SR. MEM DE SA' — Eu desejo que assim seja.

Uma outra pergunta. Sabe-se que, em maio de 67, houve uma inspeção do Banco Central nas CBIs — de investimentos, não na CBI distribuidora...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Em que data?

O SR. MEM DE SA' — Maio de 67. Esta investigação concluiu por diversas operações irregulares, empréstimos a oradores insolventes ou de difícil solvabilidade. Em decorrência desta situação da CBI Investimentos, diz o Dr. Emerson de Barros que a Dominium, ou melhor o grupo Ribeiro decidiu extinguir as duas CBIs.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Senador...

O Sr. Mem de Sá — Com licença.
O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Pois não.

O SR. MEM DE SA' — ... e, em seguida, que o Dr. Eduardo Guinle

Filho, que era Presidente de uma CBI, não acionista, mas assalariado, o que me causou profunda estranheza adquiriu as duas CBIs por trezentos bilhões de cruzeiros velhos. Quer dizer, o Dr. Eduardo Guinle havia sido diretor da Dominium em 65. Certo?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Certo.

O SR. MEM DE SA' — Era Presidente da CBI? mas assalariado. Certo?

O SR. VICENTE DE PAULA MACHADO — V. Exa. está me dizendo isto. Vossa história é completamente diferente.

O SR. MEM DE SA' — Qual era a preocupação do grupo Ribeiro e do grupo Dominium nas CBIs?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Eu vou relatar-lhe o histórico como na realidade ocorreu, desde que tenho memória.

Eu fui Presidente da CBI — e acionista substancial da CBI, Companhia Brasileira de Investimentos — essa outra não havia até aproximadamente o ano... fim de 61 ou começo de 62.

Eu dela me desliguei totalmente e vendi aos meus companheiros de então, de Diretoria, venderam todas as suas ações para o grupo Guinle.

De lá até aqui, até hoje, jamais tive qualquer contato com a CBI.

Deixe-me explicar um momento. Trata-se da Companhia Brasileira de Investimentos. As Distribuidoras, então, não existiam na época. Aliás, foram constituídas muito mais tarde, pelo Dr. Eduardo Guinle.

O SR. MEM DE SA' (Relator) — Janeiro de 1967.

O SR. VICENTE PAULA RIBEIRO — Exato. A "Dominium" jamais teve o controle da CBI. O que houve foi o seguinte: o controle da CBI sempre esteve nas mãos do grupo Guinle, do Dr. Eduardo Guinle Filho. Em 1961, ou 1962, quando já era diretor e grande acionista, num aumento de capital da "ad valorem" as ações do grupo Guinle contribuíam para o aumento de capital dessa empresa. Foi quando a "Ad Valorem" se transformou em sociedade anônima e as ações do grupo Ribeiro da "Dominium", foram levadas à conta de capital da "ad valorem" e as ações da CBI, se não me engano, a única que havia na ocasião, enfim, as ações da CBI-grupo foram levadas à conta de capital da "Ad Valorem".

O SR. MEM DE SA' — Quer dizer que a "Ad Valorem" saiu totalmente da CBI e o grupo Ribeiro também.

O SR. VICENTE PAULA RIBEIRO — Não, perdão. A "Ad Valorem" aumentou o seu capital e passou a ser acionista da Dominium com ações nossas, passando, também, a ser acionista da CBI Investimentos.

Isto realizou-se se não me falha a memória, em janeiro de 1966. A Empresa só ficou vinculada, indiretamente, ao grupo das empresas CBI, durante um período relativamente curto, porque em julho de 1967 o Senhor Eduardo Guinle havia comprado tudo.

O SR. MEM DE SA' — Nós não nos encontramos, porque V. Exa. está se referindo exclusivamente à CBI Investimentos e a pergunta capital se refere à CBI Distribuidora de Valores.

A CBI Investimentos não era distribuidora de valores. O negócio, de

distribuição de ações da Dominium, através da "Ad Valorem", sempre foi feito, creio eu, pela CBI Distribuidora de Valores.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — A venda das ações? Mas esta é subsidiária daquela, e com administração totalmente à parte.

O SR. MEM DE SA' — Quer dizer: V. S. declarou que jamais teve vinculação com a CBI Distribuidora de Valores; jamais teve vinculação financeira?

O DOUTOR VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Jamais.

O Sr. Mem de Sá (Relator) — Jamais participou com capitais da CBI Ad Valorem? Pergunto se o Grupo Ribeiro, o Grupo Dominium teve participação acionária na CBI Distribuidora de Valores.

O DOUTOR VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Tiveram participação os dois grupos, durante esse período, apenas como acionistas.

O Sr. Mem de Sá (Relator) — Vamos esclarecer: não me refiro à CBI Investimentos. Refiro-me à CBI Distribuidora de Valores e a pergunta nítida é esta: o Grupo Ribeiro, o Grupo Dominium, o Grupo Ad Valorem tinha participação acionária na CBI Distribuidora de Valores?

O DOUTOR VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Tinham, através da Ad Valorem.

O Sr. Mem de Sá (Relator) — Então, a Ad Valorem tinha participação acionária na CBI Distribuidora de Valores. Pode informar qual era a participação?

O DOUTOR VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não posso.

O Sr. Mem de Sá (Relator) — Ela era majoritária?

O DOUTOR VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não era. Mas só conheço o negócio da Dominium. Desde que deixei a presidência da CBI não tive mais contato direto ou indireto com a firma.

O Sr. Mem de Sá (Relator) — Mas tinha com a Ad Valorem.

O DOUTOR VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Nem com a Ad Valorem.

O Sr. Mem de Sá (Relator) — Mas tinha participação acionária?

O DOUTOR VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Menos de 10% do capital.

O Sr. Mem de Sá (Relator) — Mas a Ad Valorem é com grande número de acionistas ou pequena?

O DOUTOR VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Grupo pequeno.

O Sr. Mem de Sá (Relator) — Então, o grupo Ad Valorem, portanto, o grupo RIBEIRO tinha participação muito limitada na CBI Distribuidora de Valores.

O DOUTOR VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Tinha apenas uma participação indireta, via Ad Valorem.

O Sr. Mem de Sá (Relator) — Via Ad Valorem investimentos.

O DOUTOR VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Perdão! A pergunta do V. Exa foi se o grupo RIBEIRO ou a Ad Valorem...

O Sr. Mem de Sá (Relator) — ... tinham participação acionária na CBI Distribuidora de Valores.

O DOUTOR VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Tinha participação indireta e diretamente através da Ad Valorem.

O Sr. Mem de Sá (Relator) — Mas não tinha força de extinguir. Essa participação não lhe dava o poder de dissolver a CBI Distribuidora de Valores?

O DOUTOR VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Jamais!

Este é um assunto sobre o qual, se V. Exa permitir, li apenas o depoimento do parte do depoimento do Dr. Emerson de Barros, reproduzido num Jornal de São Paulo. Não sei se está corretamente transcrito ou não, mas ele, pelo menos, se disse que o desejo era dissolver a CBI para que não houvesse — foi o que li no jornal — possibilidade de os acionistas reclamarem.

O Sr. Mem de Sá (Relator) — E eu não estou fazendo intriga, porque o Diretor não está presente...

O DOUTOR VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não há dúvida.

Quero apenas esclarecer o seguinte: ele disse que eu havia dito isso. Disse, logo a seguir...

O Sr. Mem de Sá (Relator) — Havia dito, não! Ele afirmou que V. Exa havia feito isso.

O DOUTOR VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não disse! Eu não tinha a menor interferência na Distribuidora ou qualquer empresa da CBI.

O SR. SENADOR MEM DE SA' (Relator) — Que depois da inspeção feita pelo Banco Central na C.B.I. — Investimentos, o Grupo Ribeiro decidiu extinguir as duas C.B.I.s — não só de Investimentos, como a Disciplinadora do Valores; e que o Doutor Eduardo Gland Filho, que era o presidente (e, aqui, o ponto curioso) presidente-assalariado e não acionista, adquiriu as duas: a C.B.I. — Investimentos e a C.B.I. — Disciplinadora de Valores; ou, adquiriu o controle acionário das duas, por três bilhões de cruzeiros velhos. E deu por menores dessa transação, dizendo que uma parte (um bilhão e meio ou um bilhão e setecentos mil) foi à vista, precisamente destinada, esta parte, a pagar as operações irregulares que o Banco Central havia verificado na C.B.I. — Investimentos. Então, como o Banco Central havia verificado operações irregulares, operações temerárias, digamos assim, de financiamento de empresas pouco prováveis, os três bilhões de cruzeiros, com os quais o Sr. Gland adquiriu o controle das duas C.B.I.s, foram pagos em duas partes: uma, à vista, a parte maior, e que teve por fim limpar a situação financeira da C.B.I. de Investimentos, corrigindo as operações irregulares ou temerárias; e, a outra parte foi paga através de títulos, com vencimentos vários.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Isto é totalmente inexistente, Senador, pelo que eu conheço. Eu devo declarar o seguinte...

O SR. MEM DE SA' (Relator) — E ele apresentou — e eu digo isso sem fazer intriga, porque o Dr. Emerson de Barros vai ter de explicar, e acho muito interessante que proponhamos a sessão para amanhã, a fim de que façamos uma acatenação entre os dois depoimentos — Ele declarou, mais — e isso está escrito e por isso eu posso dizer — o documento é público, o depoimento dele foi tão público quanto é o seu e, portanto, todos têm acesso a esse documento — ele declarou mais que o objetivo da dissolução das CBIs era ex ar quo o público tomador que V. Sa. denunciava "essa gente", não tivesse a quem se queixar.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Senador, isto é inverdade, isto é uma barbaridade e permito-me usar a expressão: há mentira contida nisso tudo. Eu jamais pensei, porque jamais tive sequer acesso qualquer das Companhias do Grupo CBI, a não ser antes de 1961. Jamais disse isso.

O SR. MEM DE SA' (Relator) — Não vendeu, não extinguiu.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Eu não vendi. Eles compraram de volta se não me engano da "Ad Valorem". Não me lembro bem desses detalhes.

O SR. MEM DE SA' (Relator) — Compraram por três milhões?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Compraram, provavelmente da "Ad Valorem", não me lembro bem. Declaro, também, V. Exa que ignora, como ignorei sempre, qualquer inspeção ou qualquer coisa que se houvesse passado dentro da CBI de Investimentos ou outras. Delas jamais fui dirigente. Dos seus negócios jamais tive conhecimento de que larguei sua Presidência, em 1961.

E permita-me V. Exa afirmar que o que o Sr. Emerson de Barros disse

aqui está desmentido no próprio depoimento dele, porque segundo eu li ele declarou essa enorme inverdade...

O SR. MEM DE SA (Relator) — O Sr. Presidente está nos avisando de que nos estão chamando para uma votação. É meio dia e meio, V. Sa concorda em que retomemos essa agradável tertúlia, como diria um pernóstico, depois das 3 horas da tarde?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Perfeitamente, mas gostaria de concluir: pelo que li no depoimento do Sr. Emerson de Barros, ele disse que eu havia declarado isso numa determinada época. Depois, a seguir disse que o Glúnie comprou, em julho o controle ou recomprou o controle das CBI's e depois ele mesmo se desmentiu, porque disse que, em novembro, portanto quando o controle das CBI's já se encontrava com o Glúnie estando comigo em Nova Iorque, eu havia repetido isso a ele, que desejava dissolver as empresas, as CBI's para que não pudesse haver reclamação por parte dos acionistas. É absolutamente inconsistente.

O SR. PRESIDENTE (José Ermirio) — Em razão do trabalho imenso a ser realizado na Comissão de Projetos do Executivo em diversos Parâmetros, seria melhor recomencarmos os trabalhos às 14.30 horas. V. Sa está de acordo?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (José Ermirio) — Então, recomencaremos às 14.30 horas.

Está suspensa a sessão.
(Levanta-se a sessão às 12.35 minutos.)

Reunião da Comissão de Finanças, a fim de ser curada a Diretoria da Fábrica de Café Solúvel — "Dominium" S. A. pela Subcomissão, incumbida de emitir parecer sobre o pedido de concordata daquela empresa (depoimentos do Dr. Vicente de Paula Ribeiro, continuação, e do Sr. Roberto Ferreira Rosa), às 14.30 horas do dia 19 de junho de 1968.

O SR. PRESIDENTE (José Ermirio) — Estão acabados os trabalhos desta Subcomissão.

Srs. Membros da Subcomissão, vamos reiniciar o interrogatório que estava sendo feito pelo ilustre Senador Mem de Sá, Relator, a quem dou a palavra.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Sr. Presidente, vou prosseguir do ponto em que tínhamos ficado.

A última questão respondida referia-se à extinção das CBI's e o ilustre depoente afirmou categoricamente, que a "Dominium" não tinha nada a ver com a CBI — Distribuidora de Valores, em matéria de participação de capital; que a "Ad Valorem", não deveria ter participação na CBI — Distribuidora de Valores...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Exatamente: pelo que me recordo.

O SR. MEM DE SA (Relator) — ... mas que a participação na "Ad Valorem" no capital da CBI — Distribuidora de Valores, era minoritária.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não, não disse isto.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Não, sabe?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não sei.

Acredito tenha sido majoritária. Durante aquele período — se não me engano disse anteriormente — que decorreu entre janeiro de 1966, mas não tenho bem lembrança de contato das empresas com a CBI.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Mas qual a participação da "Dominium" na "Ad Valorem"?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — A "Dominium" tinha ações preferenciais não votantes, na "Ad Valorem". Mas muito recentemente,

provavelmente, mas não tenho certeza) tenham ficado algumas ações ordinárias que pertenciam ao acionista que se retirou, Arthur Martins Costa, que era o Superintendente da "Ad Valorem", e que foi também o Superintendente da Companhia Brasileira de Investimentos, mas essa participação era pequena.

O SR. MEM DE SA (Relator) — De modo que, é possível o que V. Sa afirma: é que não haveria nenhuma participação da parte da "Dominium" na extinção da CIVIA?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Absolutamente nenhum. Nenhuma menção sobre isto, dentro de nosso grupo, há extinção de qualquer empresa, com a CBI. Nego categoricamente.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Vamos passar, então, a outra pergunta.

Em setembro de 1967 V. Sa declarou que a "Dominium" decidiu abandonar o sistema até então vigente a respeito de colocação de ações. Até então a colocação de ações ao público era feita por intermédio de "Ad Valorem" que assumia para com os compradores o compromisso da compra dos direitos e o pagamento de uma renda fixa. Mas isto era feito, evidentemente, com o conhecimento e o assentimento da "Dominium".

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — O sistema de venda de ações através dos distribuidores aos seus clientes e no ato a compra dos direitos correspondentes a eventuais dividendos ou venda de ações decorrentes de aumento de capital por reavaliação compulsória do ativo, esse esquema era do conhecimento e de plena aprovação da "Dominium".

O SR. MEM DE SA (Relator) — Perfeito. Mas V. Sa declarou que, a partir da assembleia-geral realizada em setembro de 1967, foi resolvido abandonar esse sistema.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — A "Dominium" resolveu abandonar todo e qualquer sistema que anteriormente vinha sendo praticado na relação aos acionistas da empresa, através dos distribuidores e resolveu que, uma vez que estava totalmente capitalizada a empresa, o normal seria que os acionistas recebessem a sua remuneração anual ou semestralmente e os seus dividendos conforme balanços levantados e as distribuições pelas assembleias-gerais.

O SR. MEM DE SA (Relator) — V. Exa. acrescentou que, tendo em vista uma alegação, uma sugestão, uma objeção, na assembleia, ficou resolvido que o sistema de ações se estendesse até dezembro de 1967?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Perfeitamente. Não estive presente a esta assembleia, entretanto, tenho aqui a ata e creio que, havendo sido argüido pelo Presidente da CBI que as distribuidoras haviam se reunido junto aos seus clientes, acionistas da "Dominium", em não ... de qualquer forma, o sistema que vinha sendo adotado, sem um aviso prévio de 60 dias, mas, a assembleia concordou em que, até o mês de dezembro seria ... aquele mesmo sistema, mas, já aí, não mais pela compra de direitos. Não creio que tenha havido compra de direitos. Nos últimos meses, não me recordo durante que período do ano de 67, muito antes de abandonar o sistema de compra de direitos, foram vendidas ações pelas distribuidoras ao público e as distribuidoras faziam um adiantamento por conta de dividendos, de 2% ao mês.

O SR. MEM DE SA — Quando isso?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Isso durante 1967, não posso precisar bem em que período.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Com a concordância da "Dominium"?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Com a concordância da

"Dominium", que não concordou em antecipar dividendos devido às questões fiscais, porque a antecipação de dividendos implicaria num recolhimento na fonte. E, como nós não tínhamos o contato com os acionistas e não sabíamos quais aqueles que poderiam querer se identificar, ou não, e o imposto seria devido se tal pagamento fosse feito, pois implicaria no recolhimento na fonte, concordou a "Dominium" em adiantar, através da "ad valorem", numerário em conta corrente, numerário esse que foi transferido para as distribuidoras para que estas, por sua vez, fizessem, a título de adiantamento de um dividendo a receber, à razão de 2% ao mês.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Então, fica claro que até setembro ou até dezembro, a fonte que fornecia os recursos para esses pagamentos mensais era a "Dominium".

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Era a "Dominium", sem dúvida.

O SR. MEM DE SA (Relator) — A "Dominium" transferia em conta corrente à "ad valorem" e esta e que subscrescia ou adquiria as ações, e por intermédio da CBI ou da CIVIA e outras, fazia a colocação no mercado...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Perfeito.

O SR. MEM DE SA (Relator) — ... comprometendo, numa primeira fase, pelo que V. Sa já disse, aquela compra de direitos de bonificação e dividendos e, numa segunda fase, apenas o adiantamento por conta de dividendos.

Devo dizer a V. Sa, que os documentos que tenho em mãos não se referem a esses adiantamentos. Todos os carimbos são referentes a isso.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Esses carimbos são correspondentes à compra de direitos.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Então o que fica muito claro, portanto, é que o sistema funcionou enquanto a "Dominium" assim quis, e assim se dispôs a pagar.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Exato. Devo também esclarecer que não sei lhe responder se esses adiantamentos para pagamentos por conta de dividendo foram feitos pela "Dominium" ou se também com recursos da própria "ad valorem". Isso é um ponto que não sei.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Mas agora vem a minha pergunta. Por que razões de ordem econômica — V. Sa, acaba de se apoiar em uma explicação de ordem fiscal — por que razões de ordem econômica a "Dominium", depois de um longo período, de adotar esse sistema, de haver captado recursos de 45 mil acionistas, pelo que dizem.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Pelo que dizem, não sei se é este o número.

O SR. MEM DE SA (Relator) — É difícil calcular o número de acionistas, mas de qualquer maneira...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — É um grande número.

O SR. MEM DE SA (Relator) — É um grande número. Por que subitamente ela decide não mais continuar com esse sistema que havia atraído os tomadores, sistema no qual os tomadores confiavam para investir os seus recursos? Quais as razões de ordem econômica, se a "Dominium" era uma empresa prospera, que faturava 20 milhões de dólares por ano?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Respondendo a V. Exa. dizendo que não seria possível a empresa pagar 2 por cento em dinheiro, ao mês, aos seus acionistas, "ad perpetuum". Nessa época a rentabilidade da empresa caiu substancialmente, sobretudo em vista das disputas em torno do Acordo Internacional do

Café e de pressões bem conhecidas no Exterior, disputas entre o Departamento de Estado Norte-americano e o nosso Governo, no sentido de que o Governo impusesse ao café solúvel o mesmo sistema de conflito cambial ao café verde.

Durante esse período, que se estendeu por vários meses, as vendas de café solúvel no exterior caíram vertiginosamente. Os compradores se retrairam e a "Dominium International", que é a distribuidora do produto da "Dominium S. A.", no mercado internacional, chegou a acumular estoques que lotaram totalmente as suas coisas devolventes de créditos com os banqueiros norte-americanos. A empresa, no exterior, se viu forçada a vender grande quantidade de estoques, chamados negócios especiais, a preços reduzidos e pelo contrato existente entre a "Dominium S. A." e a "Dominium International" tais diferenças de preços eram debitadas e corriam por conta da "Dominium S. A."

Desta forma, com a redução, já naquela época, da rentabilidade da empresa, não havia condições sequer de continuar pagando antecipadamente um dividendo mensal. O normal seria a empresa — e isto na defesa do seu patrimônio e, portanto, na defesa de seus acionistas, porque a defesa de um é absolutamente distinta da defesa de outra — proteger o patrimônio e a economia da empresa e colocá-la no regime normal de operações como qualquer empresa distribuindo lucros na medida em que haja esses lucros apurados em balanço e distribuídos em época oportuna.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Aí, V. Exa. val-me perdoar isto deveria ter sido previsto e sabido antes de começar o sistema...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não entendi bem a pergunta de V. Exa.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Com o que V. Sa acaba de dizer, eu concordo plenamente, assim como com a afirmação que V. Sa fez, nesta última indagação, de que a "Dominium" não poderia continuar pagando 2 por cento ao mês indevidamente. Com esta afirmação de que não era possível pagar 2 por cento antes do balanço, antes da apuração do lucro, eu concordo plenamente e essa é a fonte da minha maior surpresa diante do comportamento de V. Sa. V. Sa, são homens do comércio, da indústria, homens conhecedores não de economia teórica, mas da teoria prática e, portanto, V. Sa, deviam saber que uma sociedade anônima garante dividendos de acordo com os resultados apurados em balanço e só depois de apurado.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Perfeitamente.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Mas V. Sa, através de um mecanismo da "ad valorem" começaram, durante um longo período, a pagar dividendos ou uma renda fixa a título de compra de direitos e dividendos que não sabiam se haveria ou não, e só depois em setembro, é que se aperceberam de que isso não podia continuar e que os lucros só poderiam ser distribuídos depois de apurados.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Eu agora, entendi bem a pergunta anterior, que pedi a Vossa Excelência que repetisse, e devo lhe dizer que jamais poderia ser nosso intuito o continuar com um sistema desses "ad perpetuum". Por outro lado, a velha sociedade anônima permitiu, como estímulo a investidores de empreendimentos novos, que até que esses viessem a se operar e produzir lucros, a sociedade lhes pagasse um juro de 6 por cento ao mês. V. Exa. deve se lembrar, com certeza, desse dispositivo legal.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Quando havia garantia de juros de parte do Governo, não é verdade?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Sim.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Mas não é o caso.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Mas eu digo que a ideia, o princípio, é o mesmo.

O SR. MEM DE SA — (Relator) — As situações são muito diversas.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — São muito diversas e os termos também, porque, naquela época, não havia a inflação que depois se verificou.

O SR. MEM DE SA — (Relator) — Naquela época, havia para determinados empreendimentos, que exigiam muito mais, grandes capitais, havia como estímulo que o Governo oferecia, aos empreendedores, havia por parte do Governo, uma garantia de juros, para atrair os capitais para esses empreendimentos muito arriscados. Então a garantia era dada pelo Governo, não pela empresa.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Eu não tenho aqui, comigo a Lei das Sociedades Anônimas. O Senhor, com certeza, Senador, tem razão.

O SR. MEM DE SA — (Relator) — E' pelo menos, o que eu conheço.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — A lembrança que eu tenho é de que a Lei das Sociedades Anônimas permitia o pagamento de juros pela empresa. E' possível e, com certeza V. Exa. tem razão.

Mas eu creio que nós deixamos bem explicado, no relatório escrito, e deixamos, nesta digna Comissão, as razões pelas quais esse sistema — que, aliás, estudado e acho que foi brilhantemente estudado, pela Direção da BCI — local legítimo de compra de direitos, constituiu-se um estímulo para investidores, ao tempo em que, de outra forma, teria sido absolutamente impossível capitalizar um empreendimento desta natureza.

E, olhando para o empreendimento e para o interesse nacional, para a necessidade que todos nós empresários temos, que é uma responsabilidade enorme, de prover este País, nos próximos doze anos, vinte milhões de novos empregos creio que aí o Senhor Presidente, Senador José Euríbio de Moraes, como grande industrial, deve reconhecer, que esta responsabilidade de empresário existirá e nós não podemos ficar simplesmente sentados, sem fazer nada, aguardando que o Governo venha a ser o grande e único empresário o que não façamos nada.

Nós sentimos condições econômicas e administrativas de fazê-lo, não dispunhamos de capital necessário, resolvemos capitalizar por essa forma e o estímulo que encontramos para despertar no público uma reação favorável, para contribuir para esse empreendimento que é um monumento ao nosso País, é a maior fábrica de café solúvel do Mundo, que consome por ano o equivalente ao consumo de toda a República Argentina, acho legítima a maneira pela qual foi capitalizada e, Senador, não houve intenção de enganar ninguém. A intenção do grupo foi construtiva. Está aí a empresa e eu não sei no que estão sendo criticados, por terem estabelecido esse sistema.

O SR. MEM DE SA — (Relator) — Por enquanto não está havendo crítica, nem julgamento. Por enquanto, está havendo uma série de perguntas, de cujas respostas nós tiraremos as conclusões de que a atitude da Dominium foi lícita e moral, ou se ao contrário, foi condenável, e deve sofrer as sanções legais. De modo que, por enquanto, vai apenas a perquirição necessária para chegar à conclusão.

Como disse, o meu objetivo é dar oportunidade a V. Exa. para esclarecer se existe interpretação falsa.

Então, ainda dentro deste capítulo, mais uma pergunta: Em que mês começou o sistema de capitalização

de poupanças populares através do sistema que V. Exa. aponta, isto é, através do sistema de venda de direitos, mediante pagamento de uma renda mensal? Quando começou esse sistema? Foi em 1967 ou 1966?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não, foi em 1964.

O SR. MEM DE SA — (Relator) — Desde 1964?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Sim, senhor.

O SR. MEM DE SA — (Relator) — E vinham sendo colocadas ações através desse sistema até setembro de 1965...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — 2º semestre de 1964, em algum mês. Eu não sei se existe aí alguma coisa. Aqui há uma escritura de dezembro de 1964. Foi no 2º semestre.

O SR. MEM DE SA — (Relator) — De 1 de dezembro de 1964 até setembro de 1967. Quase 3 anos.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Exatamente o prazo que necessário para completar totalmente o programa de construção da fábrica.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Pode V. S. informar, mesmo que seja a grosso modo, o montante do capital captado nesses três anos, por esse sistema?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — O capital nominal captado é da ordem de setenta milhões de cruzeiros novos. Eu digo nominal.

O SR. MEM DE SA — Havia deduções.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não é questão de deduções. Digo nominal porque este capital já é um capital que sofreu todas as reavaliações segundo os índices do Conselho Nacional de Economia.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Quer dizer, a captação, no momento em que se operou, atingiu setenta bilhões ou setenta milhões de cruzeiros novos.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Em todo o período, o valor nominal foi setenta.

O SR. MEM DE SA (Relator) — E, mesmo, independentemente de correção monetária e benefícios?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Com as correções monetárias.

Se os acionistas, inicialmente, vamos admitir que nenhum tivesse desistido vender os seus direitos, o que teria acontecido? Este capital de setenta milhões de cruzeiros novos seria, hoje, o mesmo.

Com o número muitíssimo menor, talvez uma quarta parte do número de acionistas, porque estes, durante o período, haviam recebido o preço referente à venda dos seus direitos.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Teriam recebido ações novas de reavaliações de seus direitos?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Teriam recebido, em vez de o preço da venda dos seus direitos, ações novas de reavaliação do ativo.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Eles não recebiam porque abriam mão disso?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Sim, eles vendiam.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Pergunto: qual foi o montante que a Dominium obteve de poupança popular, ao longo desses três anos através desse sistema, isso em termos de cruzeiros novos, obtidos no momento da captação, porque as ações tinham um valor nominal de mil cruzeiros? Eu faço outra pergunta: quanto milhares de ações foram colocadas?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Cerca de setenta e dois milhões de ações.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Então, segundo V. S. diz, 70 bilhões são o montante do Capital captado pela DOMINIUM, do povo?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Perfeitamente.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Depois, então, de haver durante três anos a DOMINIUM captação 70 bilhões, através desse sistema, só no fim desses três anos é que ela se deu conta de que não era possível manter-se?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Jamais se pretendeu manter esse sistema de continuar comprando direitos de acionistas.

O SR. MEM DE SA (Relator) — E os acionistas que subscriviam eram notificados disso?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Se não o foram, deveriam ter sido, porque jamais eu vi ou soube de uma venda de direitos por prazo superior a 12 meses.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Mas, sendo a DOMINIUM quem fornecia os recursos para fazer esses pagamentos, sendo, portanto, a firma responsável por esses pagamentos, não exercia ela um controle sobre as distribuidoras para verificar o montante das responsabilidades que elas estavam assumindo, em nome ou por conta da DOMINIUM?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não, Senador. A DOMINIUM não adiantava esse numerário, a DOMINIUM se capitalizou.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Capitalizou-se, mas V. S. disse que ela fornecia os recursos.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Apenas durante o ano de 1967. E' o tal adiantamento em conta corrente por conta de pagamento.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Agora é que ficou claro. Quer dizer que em 1965 e 1966 funcionou sem que a DOMINIUM entrasse com um cruzeiro de pagamento por tais rendas mensais.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Exato. Tanto assim que ela recebeu o capital para fazer o seu empreendimento.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Vamos deixar bem nítido isto. Durante os anos de 1965 e 1966 o sistema funcionou sem que a DOMINIUM despendesse um cruzeiro para pagamento da renda fixa mensal aos tomadores das ações.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Creio que a pergunta está mal formulada, se me permite V. Ex. Não havia renda fixa. Havia o pagamento de um preço...

O SR. MEM DE SA (Relator) — Mas, era chamada renda fixa. Durante os anos de 1965 e 1966 a DOMINIUM não pagou um centavo para o preço de venda dos seus direitos.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — E' possível. Eu não posso precisar, mas os livros estão à disposição de quem quiser vê-los, que a DOMINIUM, em determinado momento, tivesse feito adiantamentos em conta corrente à Ad Valorem, para esse efeito. Evidentemente, que o saldo de conta-corrente foi o saldo da capitalização da própria empresa, com cujos recursos foi executado o empreendimento. Houve uma grande movimentação de conta-corrente, entre a Ad Valorem e a Dominium, sem dúvida nenhuma.

O SR. MEM DE SA (Relator) — V. S., me desculpe, mas V. S. está contornando a resposta.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não foi de meu desejo, provavelmente eu não tenha compreendido.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Não sei se o Sr. conhece o sistema americano do "Yes or not".

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Eu não estou entendendo utilizar esse sistema do "Yes or not".

O SR. MEM DE SA (Relator) — Eu assisti a muitos julgamentos nos Estados Unidos. O processo formula uma pergunta à testemunha, a testemunha começa a falar, ele a interrompe e diz: "Your Honour, yes or

not". A testemunha deve dizer "yes or not".

Então, a minha pergunta é para que o Senhor diga "yes or not".

Nos anos de 1965 e DOMINIUM despendeu recursos para pagar aos tomadores de ações um preço pelo qual, eles, tomadores, vendiam os seus direitos, dividendos, bonificações, etc.?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — É uma pergunta a que não posso responder "yes or not", mas vou responder o mais próximo possível do "yes or not".

Eu diria: "Não!" Salvo alguns possíveis adiantamentos em conta-corrente; mas, não sei se são admitidos. Alguns adiantamentos em conta corrente. Honestamente, não conheço o assunto, mas é fácil compulsa a escrita, e após, poderei remeter a V. Exa. Caso V. Exa. assim o quiser, eu os requisitarei.

O SR. SENADOR MEM DE SA — (Relator) — Depois, em 1967, pelo que diz V. Exa., a Dominium passou a sofrer um impacto muito forte para o pagamento desses preços aos tomadores. Certo?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não em todo o ano de 1967, mas já no final do segundo semestre de 1967.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Começou a crescer o vulto da parte que a Dominium tinha, cada mês, que dispender para pagar o preço.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não!

O SR. MEM DE SA (Relator) — Não foi crescendo muito? Foi dito que em 1965 e 1966, em princípio, a Dominium não despendeu, salvo alguns possíveis adiantamentos. Em 1967, sim a Dominium começou a dispende. Então, eu pergunto pelo que eu depreendo da Assembleia de setembro, mês a mês foi crescendo o impacto ou o montante do dispêndio da DOMINIUM para fazer face ao pagamento da compra dos direitos a que tinham direito os tomadores de ações, certos? Yes or not?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Senador, não estou assim perfeitamente em condições de responder a essa pergunta — Yes or not — e mesmo que estivesse procurando qualificar mais minha resposta, sinceramente desconheço e precisaria ver os números que existem para poder responder.

O SR. MEM DE SA (Relator) — E' necessária a resposta para justificar a suspensão do sistema. Se o DOMINIUM até setembro de 1967 não estava sentindo pesado o ônus do pagamento desse preço e V. S. disse que deixou de ser preço e passou a ser adiantamento de dividendos se a DOMINIUM não estivesse sentindo o ônus muito grande em face da conjuntura que se apresentou ao café solúvel em fins de 1967: se não tivesse havido esta razão, V. S. ficaria completamente sem explicação ou desculpa para a suspensão abrupta do sistema, isto porque sempre e desde o início sabia-se que a empresa iria cuidar dos pagamentos normais de dividendos nas épocas de balanço.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Senador, o momento seria aquele quando a empresa tivesse atingido o necessário capital para completar o empreendimento industrial.

Se não havia mais necessidade de captação de recursos, de capitais, evidentemente o momento de entrar — vamos dizer, vamos chamar de normalidade, pagando dividendos como qualquer outra sociedade anônima — o momento foi aquele em que foi completada a capitalização, totalmente completada a construção da fábrica e sua produção e exportação na plenitude.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Devo dizer, sendo extremamente laconista V. S., que as respostas não são satisfatórias.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Lamento, Senador, mas são

respostas reais e sinceras as que dou V. Exa.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Inclusive perguntaria: já deve V. Sa. saber qual o lucro da DOMINIUM apurado em 67. Hoje, em junho de 68, já deve V. Exa. saber o lucro auferido em 67.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Pois não: Consta do balanço de 67, já publicado, que foi de 5 bilhões e alguma coisa mais.

O SR. MEM DE SA (Relator) — 5 bilhões. E em 66?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Em 66 foi de 3 bilhões e pouco, se não me engano.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Então, foi superior à inflação, porque passou de 3 para 6.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não. Ai há fator muito importante a constatar: no período de 67 a empresa duplicou a sua produção, e esta produção duplicada verificou-se a partir de julho do ano passado.

No ano de 68, no ritmo em que ele vem operando, o lucro deverá — se se normalizar novamente a Companhia — deverá ser muito maior. O lucro, considerarei muito pouco, em 67, porque nesse período de duplicação de capacidade, ela estava com a plenitude de suas despesas; dobrando a sua capacidade nessa última fase de construção industrial, ela teve um resultado efetivo depois do segundo semestre desse ano.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Naturalmente que a causa, como disse, deveria ser econômica.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — O lucro teria que ser substancialmente maior se tivesse havido melhores condições do mercado.

O SR. MEM DE SA (Relator) — De certo, é verdade. Porém, outra pergunta que me allora: o Dr. Emerson de Barros, que assumiu a direção da Dominiun imediatamente após V. Sa., sugeriu uma modificação no esquema financeiro da empresa: em vez do continuado de emitir ações ou ao invés de suspender aquele sistema que vinha sendo usado de 1964 a 1967, propunha ele que a Dominiun passasse a emitir debêntures que então seriam títulos perfeitamente legais...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Certo.

O SR. MEM DE SA (Relator) — ... seriam títulos de crédito com uma renda fixa assegurada ao tomador e que permitiriam de capitalizar ou diminuir o capital da empresa. A medida que entrassem recursos, a título de crédito, de empréstimo, poder-se-iam resgatar ações e então o capital diminuiria em proveito da empresa, dos acionistas e do público. Acrescentou ele que V. Sa. achou, em princípio, boa a fórmula, mas que nunca se dispôs a efetivá-la. Por que?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — É verdade que, por volta creio de novembro, eu estive com o Sr. Emerson de Barros que me procurou, a pedido do Presidente da CBI Dr. Eduardo Guinle Filho e sugeriu — parece que havia conversado com meu irmão que é Vice-Presidente da Dominiun — em conformidade com o Banco Central, a possibilidade de ser feita uma emissão de debêntures de um montante a ser determinado que, se não me falha a memória, era de 10 ou 12 milhões de cruzeiros novos; debêntures essas que assim emitidas iriam ser substituídas por ações desses acionistas descontentes, que teriam, então, um papel de resgate a prazo médio e com uma renda mensal. Efetivamente disse ao Dr. Emerson de Barros em Nova Iorque, em princípio a idéia me parecia interessante, no entanto, seria necessário estudar primeiro a viabilidade econômica-financeira da própria Dominiun, ver se este encargo de paga-

mento mensal de 10 ou 12 milhões de cruzeiros novos por debêntures, poderia ser bem atendido, sem prejuízo da integridade patrimonial da empresa. Em segundo lugar, que a emissão de debêntures dependeria de autorização do Banco Central. Meu irmão, Oto, quando estava eu nos Estados Unidos, contou-me. Regressando ao Brasil fui, novamente, ao Banco Central — isto aconteceu no início deste ano — conservei inúmeras vezes com o Banco Central sobre este assunto de tal natureza, mas o próprio Banco desaconselhou-me, não disse que não aprovaria...

O SR. MEM DE SA (Relator) — Verbalmente, apenas?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Creio que até por escrito.

O SR. MEM DE SA (Relator) — E não dava as razões dessa aprovação?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não, mas, verbalmente, lembro-me bem de que o Dr. Germano Brito Lira, alias muito ilustre, Diretor do Banco Central e um homem a quem eu respeito enormemente, na sua prudência, me desaconselhava totalmente a fórmula sugerida, porquanto ele achava que, mesmo o pagamento mensal de um capital assim convertido parcialmente em debêntures, constituiria um ônus e uma descapitalização, a prazo médio, da empresa. Ele achava profundamente prejudicial ao patrimônio e à integridade do patrimônio da Empresa.

Eu entendo que o Banco Central fiscalize as empresas de crédito, de financiamento e as distribuidoras, pois acho que deve fiscalizar, no entanto, jamais ouvimos nem verbalmente, nem por escrito, do Banco Central qualquer alusão ao papel emitido e revendido pelas distribuidoras ao público, fosse outro que não efetivamente uma ação.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Mas o Banco Central não tomava conhecimento do resto?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Nós jamais ouvimos ou recebemos do Banco Central nenhuma alusão...

O SR. MEM DE SA (Relator) — Mesmo por que V. Sa. não participavam inicialmente.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não sei dizer, Sr. Senador, se o Banco Central escreveu ou verbalmente disse ao grupo de empresas da CBI qualquer coisa a esse respeito.

O SR. MEM DE SA (Relator) — O único documento que eu conheço do Banco Central é o de exigir que as ações fossem vendidas em Bolsas. Quer dizer que o Banco Central, inocentemente, ignorava tudo o que a "DOMINIUM" fazia. O Banco Central fazia o papel de marido enganado.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Quando nós pedimos ao Banco Central, aliás, pelo próprio Banco Central, o registro de capital aberto da empresa o que fizemos pedindo também os favores do Decreto-lei nº 157 que dariam a possibilidade de empresas de crédito e financiamento, e mesmo pessoas físicas, adquiriram com parte do Imposto de Renda. Nós achamos que teria sido uma medida muito útil e que iria ao encontro do saneamento desse setor, mas o Banco Central não os concedeu.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Outra pergunta, antes de passar à parte substancial do interrogatório, nós estamos ainda nas preliminares.

O Dr. Emerson de Barros diz, que, quando a "DOMINIUM" suspendeu o sistema, automaticamente ficou suspenso, também, a segunda vantagem que os tomadores populares tinham: senão promessa formal, escrita, pelo menos, promessa verbal e compromisso moral, isto é a segurança do repasse ou da revenda...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não, não.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Com licença. Deixemos terminar a pergunta. Toda a transação o tomador, a C.B.I. e a CIVIA, ao venderem, prometiam oralmente, para muitos, e por escritos para outros, segundo demonstrou V. Sa., através do documento, prometia a compra dos dividendos, bonificações e outros direitos. Prometia, assumia o compromisso de comprar.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não, a Ad Valorem não assumia, o compromisso de comprar.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Mas a C.B.I. assumia.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — A Ad Valorem comprava ou não. Houve muita venda de ação sem recompra de direitos. Toda vez que os direitos eram comprados havia a obrigação da Ad Valorem de pagar os preços dos direitos.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Mas o sistema que funcionava era na base do repasse.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não. Aqui, Senador, isto é um ponto crítico e que considero o mais crítico de todos, além daquela outra parte substancial a que se referiu V. Exa.

O SR. MEM DE SA (Relator) — É a parte importante, por isso é que deixei para o fim.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — O repasse das ações foi prometido pelos distribuidores que até desfiguravam a ação da DOMINIUM, aponto um carimbo, sem qualquer conhecimento ou autorização da... DOMINIUM, nem da Ad Valorem.

Estou mesmo inclinado a acreditar que, como elementos da promoção de venda, e é lógico que uma distribuidora e corretoras gostam de ter os melhores elementos promocionais de venda, isso constituiu um recurso para facilitar a venda.

Acredito que esses recursos, a que recorreram as distribuidoras, o tenham sido de boa fé mas foi altamente imprudente porque as empresas distribuidoras deveriam bem medir uma responsabilidade que assumiram perante seus clientes de repassar, a qualquer tempo, tais ações. Elas não tinham recursos para isso.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Esta resposta já por antecipação atende à que eu ia fazer em seguida.

Quer dizer — eu acentuou para que nenhuma dúvida haja que o compromisso de repasse ou de compra, a qualquer momento, das ações vendidas pelas distribuidoras era compromisso exclusivamente por elas assumido, inteiramente à revelia e com a ignorância da DOMINIUM e da Ad Valorem?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não conheço alguém na Ad Valorem, perguntei recentemente aos diretores que ainda já estão se tinham conhecimento dessa garantia de repasse e negaram.

Deveria perguntar a um Diretor, que foi Diretor da Ad Valorem muito recentemente, que era Diretor da CBI — Companhia Brasileira de Investimentos — Dr. Arthur Kós, se ele tinha conhecimento.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Então como eu disse, evita uma outra pergunta, porque a outra pergunta era a respeito de uma afirmação do Dr. Emerson de Barros que na Comissão da Câmara declarou que, no afã de sustentar o mercado — depois de setembro de 67, quando as ações começaram a ser oferecidas à venda em grande massa, com a ocorrência da decisão da assembleia, e era natural que isso ocorresse porque os tomadores estavam acostumados com um sistema sistema pela qual eles recebiam mensalmente uma quantia no momento em que esse sistema era

suspensão, era natural que houvesse uma grande oferta de ações; um grande número de tomadores, desposos de repassar, e como havia o compromisso dessa pressão da CBI determinou uma desvalorização da queda das ações — de repente as ações e de liquidar os compromissos, vejo eu agora, pelo que V. Exa. disse compromissos das distribuidoras, a "CBI" lançou mão de um bilhão e oitocentos milhões de cruzeiros velhos para sustentar o sistema de repasse, reaguir ações vendidas.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — A "CBI".

O SR. MEM DE SA (Relator) — A "CBI".

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — É a "CBI" fez muito bem por que foram compromissos que assumiu.

O SR. MEM DE SA (Relator) — E chegou até a usar o crédito. Não tinha compreendido isso e assinou prontamente no documento do Dr. Emerson de Barros, ver tanta generosidade no mercado nos negócios, ver tanto altismo nesse mercado de compra, como é o mundo econômico, ver uma ação vendida por uma janela um bilhão e oitocentos milhões apenas para sustentar compromissos que eram de terceiros. Mas, V. Sa., agora, esclarece que esses compromissos foram assumidos por ela.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Por ela.

O SR. MEM DE SA (Relator) — E, então, ela precisava cumprilos.

Vamos, agora, ao ponto mais grave das acusações que pesam contra o grupo de que S. Sa. e o... e a DOMINIUM. É a acusação que se refere ao processo usado para adquirir o controle da DOMINIUM.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — V. Exa., não almeja, refere-se à incorporação.

O SR. MEM DE SA (Relator) — As incorporações.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — As incorporações da Sociedade Anônima Mocho Inglês e da Sociedade...

O SR. MEM DE SA (Relator) — A sociedade se chamava Perval.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não. Paranaquitanga.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Sim, mas a sigla era Perval.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não. Esta a Perval, foi sucedida por uma companhia de Paranaquitanga.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Bem, isso é o de menos. Eu vou dizer a V. Sa. corrigirá o que não estiver certo.

Segundo o que tem sido publicado e os depoimentos, o mecanismo foi complicado e a complicação desse mecanismo é que causa uma má impressão.

Quando se diz, havia um acervo inglês no Brasil, de uma série de moinhos e outros bens. A Deltac Bank Bahamas adquiriu esse acervo inglês total. Dêsses acervo fazia parte o Moinho Inglês, quer dizer, o Moinho Inglês era parte de um conjunto maior, adquirido pela Deltac Bank Bahamas.

Agora vem uma das originalidades ou das esquisitices que não sei explicar: a Deltac Bank não vendeu esse acervo, nem mesmo o Moinho Inglês, diretamente para a Dominiun, mas vendeu para uma companhia brasileira de metalurgia e mineração certo?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Certo.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Depois de haver vendido a Deltac, para essa companhia brasileira...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Sociedade Anônima Moinho Inglês, eu desconheço em relação a isso.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Eu não compreendo porque uma so-

cidade brasileira de metalurgia e mineração, compra um moinho. Mas isso não é da minha conta, comprou porque quis comprar, achou que o negócio era bom, não meio o negócio onde não deve meter. Mas aí vem o interessante: depois que a Deltec havia vendido o Moinho Inglês apenas o Moinho Inglês, a Companhia de Metalurgia e Mineração, ela fez uma promessa de financiamento aos Senhores Ribeiro.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Ela fez mais do que uma promessa.

O SR. MEM DE SA (Relator) — O interessante disso é que foi de 2 milhões e 600 mil dólares...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Exatamente.

O SR. MEM DE SA (Relator) — ... para com o aval e a garantia da Dominion, da qual os Srs. eram os diretores. Por que os Srs. e não a Dominion, compraram o Moinho Inglês...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Perfeitamente. Isto eu vou explicar como se passou, realmente. A compra do S.A. Moinho Inglês foi feita por 3 pessoas físicas: a minha pessoa, Cito Luiz Ribeiro e Avur Kós. Para a compra com o aval da Dominion, o que é autorizado pelas estatutas da Dominion.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Não duvido, evidentemente.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Para aquisição das ações do Moinho Inglês, as três pessoas receberam — não foi apenas uma promessa de financiamento — receberam um financiamento, efetivamente, em dólares americanos de 2.600.000.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Pode dizer a época? Ou por outra, o valor do dólar naquela época?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Creio que era de Cr\$ 2.700,00. Portanto, naquela época, custou a compra das ações do Moinho Inglês, coisa da ordem de oito milhões de cruzeiros novos.

O SR. MEM DE SA — Exato. Posteriormente, e quase logo após, a S.A. Moinho Inglês foi incorporada...

O SR. MEM DE SA — Uma interrupção: não foi criada uma sociedade intermediária — a Seravi?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Essa não é sociedade intermediária. Exatamente a V. Ex. o que é a Seravi. Foi posterior.

O SR. MEM DE SA — Não foi a Seravi que transacionou?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não, a Seravi não existia. A Sociedade Anônima Moinho Inglês foi incorporada à Dominion S.A. Para a incorporação, foi feita legalmente, uma assembléia geral das duas empresas, da incorporada e da incorporante.

O SR. MEM DE SA — Da incorporada como? Do Moinho Inglês?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Das duas sociedades. Quando há incorporação, legalmente exige-se reunião em assembléia de ambas.

O SR. MEM DE SA — Mas já era uma pessoa jurídica.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Indubitavelmente. Houve as assembléias-gerais, tudo a...

O SR. MEM DE SA — Formalística.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — ... formalística, de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, foi rigorosamente seguida. As Assembléias da Dominion foram também devidamente convocadas. Aliás, a Assembléia foi realizada em 3ª convocação, por falta de "quorum" nas duas primeiras. E foi aprovada também, legalmente, dentro de toda a sistemática da lei das Sociedades Anônimas, esta sociedade pela outra, em seguida, extinta a Moinho Inglês, como manda a lei.

O SR. MEM DE SA (Relator) —

Quanto tempo se passou entre uma transação e outra?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Creio que não mais de dois meses.

O SR. ATILIO FONTANA (Inaudível) —

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Eu que fiz o plano crítico. Digo aos Srs. Senhores, portanto, a compra do Moinho Inglês, que além de grande coisa a geral que tem é um grande econômico, que há uma grande diferença, uma grande diferença, entre preço e valor.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Em Economia, não. Em Economia, preço é o valor que se dá na moeda.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não, Sr. Senador, essas pessoas compraram as ações da Sociedade Anônima Moinho Inglês por oito e poucos milhões de cruzeiros. Esse foi o preço por que elas compraram. E o que mudou a lei e o que é correto fazer, e aqui é o ponto crítico, porque, se nós não... e incorporado... e incorporado por um valor maior do que o valor real da S.A. Moinho Inglês, nós estamos, evidentemente, de uma forma, evidentemente, deixando os demais acionistas. Porém, se a incorporação é feita de acordo com a avaliação o valor tem aumento, ou se a incorporação for feita por valor inferior ao real, então não há prejuízo para os acionistas. E eu convidei esta comissão a pedir, inclusive, ao Governo, através de qualquer órgão que pudesse indicar pontos, para fazerem uma verificação no valor do Moinho Inglês porque ele é incorporeável, inquestionavelmente menor do que o valor da incorporação. Então dizer — e, ao afirmar isso, devo esclarecer este ponto — que, a semelhança de um Banco que tem na "goodwill" que se chama carta-patente, um moinho de trigo tem a sua coisa de trigo, que é o seu "goodwill", que não é escriturado e não é objeto de transação.

A coisa do trigo do Moinho Inglês na Guernakara — o é facilitado a esta Comissão averiguar — só a coisa de trigo, que não foi levada em consideração, vai do três e meio a quatro mil dólares por tonelada de capacidade em vinte e quatro horas, vale dizer, que o valor da coisa, e a coisa de coisa que não foi considerada do Moinho Inglês é de dez milhões de cruzeiros novos.

O SR. ATILIO FONTANA — A coisa do trigo já teve valor. Hoje, o Governo Brasileiro tem a uma oportunidade que devia ter sido tomada há muitos anos. Ultimamente, o Governo Brasileiro oferece trigo na quantidade que os moinhos queimam. Então, as coisas do trigo, praticamente não têm mais valor, porque está cobrando trigo. Então, a veracidade.

O SR. MEM DE SA — Não vamos falar do principal, para cair no acessório. Estamos falando de coisa de trigo.

É uma pergunta muito importante que vou colocar. V. Ex. de informalidade, é certo juridicamente e certo, V. Ex. fez uma boa compra e, depois, incorporou o Moinho Inglês, de acordo com a lei brasileira através de duas assembléias de acionistas, realizadas com toda a perfeição de forma, etc., foi feita a valorização e, nesta avaliação, os peritos chegaram ao valor de incorporação de cerca de vinte e nove milhões.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Exato.

O SR. MEM DE SA — (Relator) — 29; três e noventa milhões.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — V. Ex. me permite explicar como chegaram os peritos a esse resultado.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Isto não interessa. Interessa antes, outra coisa, ou seja: saber quais foram os peritos.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Os peritos foram: o Contador da Dominion; o subContador da

Dominion e um terceiro perito, indistintamente, os três os avaliaram.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Então, não há dúvida de que eu estou falando a verdade, porque eu comparei as coisas, não é verdade?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não, Sr. Senador, não há dúvida de que eu estou falando a verdade.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Vou dizer que não há dúvida de que eu estou falando a verdade, porque eu comparei as coisas, não é verdade?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Então, Sr. Senador, a Contabilidade e o preço de custo, e os custos, portanto, a diferença que os custos da S.A. Moinho Inglês, e os custos de custo, não há dúvida de que eu estou falando a verdade, porque eu comparei as coisas, não é verdade?

O SR. MEM DE SA (Relator) — Neste caso, Sr. Senador, a conta de pagadores, V. Ex. diz que a conta por oito milhões de cruzeiros e, dois meses depois, os peritos, de acordo com os princípios legais, corretos, independentes, chegou a conclusão de que esse valor era, portanto, os acionistas das três vezes maior, ou seja, vinte e nove milhões de cruzeiros.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não, Excelência — aí o preço distingue entre valor e preço.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Mas a incorporação se faz pelo preço.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Faz-se pelo valor em moeda, de acordo com a paridade.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Valor em moeda é exatamente o preço. Qual é o valor de uma casa? É o preço dela, o valor-válido.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Se o Sr. pode comprar uma casa no Jardim Europa, em São Paulo, que vale, digamos, um milhão de cruzeiros e tiver a sorte de poder comprar por duzentos mil.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Distingue, Sr. Senador. O que quero afirmar inicialmente, é que o preço é o valor expresso em moeda. É uma das poucas coisas que o conceito de economia, inclusive a teoria marxista, a teoria marginalista que, até hoje, não pode chegar a um ponto sobre o conceito econômico de valor de coisa, se valor é o resultado da contabilidade e o resultado da produção. De modo que vamos falar do que é conceito jurídico ou econômico, em Direito Comercial e na vida econômica: Preço é o valor expresso em moeda.

Agora, o que V. Ex. fizeram foi isto: adquiriram o valor do Moinho Inglês por 3 milhões de cruzeiros e incorporaram o valor do Moinho Inglês por 29 milhões.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — O que vale dizer: pagamos um preço muito baixo por uma coisa que não valia nada.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Então, a pergunta é outra.

Não creio que os diretores do Moinho Inglês sejam proprietários da V. Sas., ou seus tios, ou sejam um "fundo de caridade". Não creio que a "The Deltec Easing Corporation" seja também aparentado com V. Sas., pois, realmente, ou seja da sua família e tenha querido fazer um regalo de 29 milhões de cruzeiros assim, sem qualquer para quê.

A DELTEC, quando comprou o acervo e depois vendeu o Moinho Inglês para a Companhia de Metalurgia e Mineração e quando esta o vendeu para V. Sas. por 8 milhões, estava certa que fazia um bom negócio, que aquele era o valor...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO Não.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Se não achava que era o valor estavam eles fazendo um presente.

Quais as relações de V. Sas. com a "Dominium" com a DELTEC, não há para receber e comprar por um preço inferior, como o financiamento para essa compra?

A situação se torna muito grave, V. Ex. compraram um valor pela terceira parte e para comprar a DELTEC fez um financiamento para os seus diretores, que tiveram a fiança das empresas que iriam, depois, receber os montantes advindos por vezes muito maior. Esta é o problema extremamente grave que para sobre os senhores.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — É uma situação realmente que levanta várias dúvidas. Aliás, estou levantando dúvidas no espírito de V. Ex.

Do que eu conheço dessa transação da DELTEC com o acervo do Rio de Janeiro Mourão Millo and Grains, que ela comprou em Londres (e não compreendeu, mas não sei quais foram os outros grupos), compravam eventuais por preço inferior, em Londres, cuja companhia estava virtualmente falida. A DELTEC como empresa de negócios, como grande corretora que é, fez um negócio para comprar coisas, vendê-las imediatamente e apurar logo um preço lucrativo.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Foi o que perturbou. A DELTEC tem 49% de ações e a "Dominium" tem 51%.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Exatamente.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Mas não existe relação entre uma coisa e outra. V. Ex. disse agora — depois desse negócio de moinho.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Depois que foi comprado o moinho é que a DELTEC passou a ser sócia da "Dominium Internacional". E posso afirmar a V. Ex., Senador Mem de SA, que não houve relação entre uma coisa e outra porque havia muito tempo que eu, pessoalmente, vinha procurando, nos Estados Unidos da América um grupo financeiro capaz de ascender ao topo na importação e comercialização de café solúvel e que nos pudesse dar os recursos necessários para isto. Procurei a DELTEC e propus a associação com a "Dominium Internacional", para que pudéssemos ter, com a garantia dela no exterior, as necessárias linhas de condução para o café solúvel e comercialização do café solúvel no mercado internacional o que efetivamente obtivemos. Foi dada a garantia e a "Dominium Internacional", hoje, tem uma linha recente do crédito de 5 milhões de dólares em três bancos através de garantia.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Por que a compra não foi feita diretamente pela "Dominium"?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Talvez pudesse ser feita, mas aí houve um duplo objetivo: a "Dominium" antes estava procurando vender as suas atividades industriais, de um lado, e do outro lado havia, efetivamente um interesse no negócio legítimo, do grupo que, de as origens da "Dominium", tinha o controle da empresa. Reconquistamos esse controle a fim de que se pudesse, tranquilamente, desenvolver a empresa com que nos pudéssemos impor medidas, tais como pagar dividendos mais altos, impossíveis ou coisa que o valha. Fizemos isto, então, e ligo digo que quem fez isso foi a V. Ex. nisto uma excelente oportunidade para a própria desenvolvimento da "Dominium". Acho que a incorporação foi feita por um valor mais do que justo acreditado que qualquer avaliação idônea...

O SR. MEM DE SA (Relator) — Mas a compra inteira foi feita por um preço injusto.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Ela foi feita por um preço ridículo, o preço que pagamos individualmente foi ridículo.

O Senador José Ermirio de Moraes, que é um homem de negócios, sabe que o Molino Inglês do Rio de Janeiro é uma propriedade cujo terreno, no Cais do Porto do Rio, na Gamboa, mede 42 mil metros quadrados. Hoje, naquela região, o metro quadrado vale mais de 300 mil cruzeiros antigos, podendo ser até negociado por mais, só o terreno já valeria 18 milhões de cruzeiros novos, tem 80 mil metros quadrados de área construída, de edifícios de primeira ordem, edifícios sólidos de estrutura metálica, tijolos laminados, cobertura de lousa. Tem silos com capacidade de 18 mil toneladas e o Senhor Senador José Ermirio de Moraes, como industrial, sabe que não se consegue construir um silo, hoje, por menos de quinhentos mil cruzeiros. Possui instalações portuárias completas para cargas e descarga sugadores para embarque ou desembarque, um transportador de esteiras, subterrâneo, por baixo da avenida fronteira ao cais, com todos os equipamentos e tudo o mais. Eu desapiaria a qualquer perito idôneo que viesse avaliar aquele moinho, a chegar a um preço que fosse equivalente ou inferior ao valor da incorporação. O equipamento do moinho de trigo foi, em grande parte restaurado, tanto assim que nós passamos no teste da Sunab e foi mantida a quota. Estávamos em processo de importação da Itália, com financiamento a 10 anos, de equipamentos novos para modernizar aquele moinho e aumentar-lhe a rentabilidade.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Mas, tudo isso foge de nosso assunto. Se V. Exa. permite, acho que tudo é muito interessante se tivéssemos mais tempo. O importante é isto: a DELTEC vendeu — e V. Sa. disse com toda a franqueza — por um preço ridículo. A minha opinião no mundo dos negócios, é que não compreendo que uma organização internacional do porte da DELTEC faça negócios por preços ridículos. Essas organizações internacionais costumam fazer vendas por preços exorbitantes.

O SR. ATTILIO FONTANA — Disse V. Exa. no começo dos trabalhos que um dos problemas da DOMINIUM era o capital de giro e que por isso lançavam ações.

O SR. MEM DE SA — A DELTEC financiou.

O SR. ATTILIO FONTANA — Não, os capitais de giro. Agora, como se justifica que uma empresa que precisa de capital de giro para os seus negócios, incorpore uma outra por 29 milhões?

O SR. MEM DE SA — Mas é porque aumentava o capital.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não senhor, está aqui no depoimento por escrito. Nós sempre fomos bem atendidos em capital de giro através da letra de câmbio futuro, a não ser a partir de 3 de janeiro — isso tudo só deu muito trabalho de 3 de janeiro — com a instrução número 82 e a Circular número 111, do Banco Central. Nós nunca tivemos dificuldades com capital estrangeiro.

O SR. MEM DE SA — Então, o que houve foi isto: a DELTEC, Bank Internacional, fez uma venda de um patrimônio imenso, por preço ridículo, a três cidades que depois transferiram para a sociedade de que eram diretores e incorporaram esse acervo por um valor real, e até abaixo do real, pelo que V. S. acaba de mostrar.

Mas vamos deixar isso de lado. Causa surpresa que a DELTEC tenha feito esse negócio tão fora dos hábitos do mundo dos negócios, so-

breto internacional, causa surpresa também que, depois disso, a DELTEC tenha passado a ser sócia da DOMINIUM. Mas há ponto que V. Exa. ficou com toda lisura, mostando, portanto, que não tem nada a ocultar a respeito, e eu precisava, então, ter esclarecimentos precisos.

V. Sa. disse que achava muito fazer a transação em nome de três pessoas físicas, dos dois Irmãos Ribeiro e do Dr. Kós, e depois a transição para incorporação do capital da DOMINIUM, a fim de que os senhores tivessem o controle do capital, ou pelo menos aumentassem o controle.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Perfeito.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Então eu queria perguntar, principalmente, qual era o capital da DOMINIUM antes da incorporação.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Era da ordem de sessenta e um milhões de cruzeiros novos. E foi aumentado para noventa milhões seiscentos e oitenta e dois mil cruzeiros novos.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Tem V. Sa. a data dessa incorporação?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — A data é 28 de agosto de 1967.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Qual era a participação dos Irmãos Ribeiro e do Dr. Kós no capital da DOMINIUM antes, quando era só de 61 milhões o capital?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não sei precisar mas acredito que foi da ordem de 7 a 8 milhões de cruzeiros novos.

O SR. MEM DE SA (Relator) — O que vem a ser 11%.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — 10 a 11% e com isso passamos a ter um terço do capital atual.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Vamos por partes: tinham 7 a 8 milhões, o que vinha a ser 11 a 12%. Depois quando fizeram a incorporação o capital da DOMINIUM passou a 90 milhões e o capital dos Irmãos Ribeiro passou a 36 e 37 milhões.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Isso posteriormente.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Não, eu digo quando se fez a incorporação.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não, aí há uma diferença. Gostaria de somar os valores. Passou a 60, isto é, passou a ter um terço mais ou menos.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Não, desculpe, se quando houve a incorporação o capital passou a ser de 90 e se a incorporação foi feita por 29 milhões, Vs. Sas. ficaram com 29 mais 8 ou seja 37.

Talata e sete é bom mais do que um terço de 90, são 35%.

Depois da incorporação, vamos dizer, entre 35% e, ou melhor, cerca de 35% mais ou menos.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — É. Mais ou menos.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Mas houve, também, a incorporação da "Fazenda Buri".

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Houve a incorporação, não da "Fazenda Buri", mas da atual "Companhia de Melhoramentos do Parapitanga".

O SR. MEM DE SA (Relator) — cujo patrimônio principal era a "Fazenda Buri".

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Tenho, aqui...

O SR. MEM DE SA (Relator) — Era sociedade.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Era a "Perval", que foi transformada em "Companhia de Melhoramentos do Parapitanga".

O SR. MEM DE SA (Relator) — E o capital...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — O capital foi aumentado.

Há um acervo anexo. É uma empresa que adquirimos de um grupo há muitos anos.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Também a pessoas físicas.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não. Através de outras empresas nossas que não sabemos, no momento, precisar quais: foram tantas...

O SR. MEM DE SA (Relator) — Quando se é rico...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Perdão, não sou rico.

Mas perdemos o fio.

O SR. MEM DE SA (Relator) — V. Sa. estava explicando...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Ah! Sim. A "Perval" foi transformada na "Companhia de Melhoramentos do Parapitanga".

A "Perval" tinha um ideal...

O SR. MEM DE SA (Relator) — No Rio?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não, em São Paulo. Aliás um imóvel bastante valioso: uma grande loja, sobreloja e subloja. Um imóvel urbano pertencente à "Perval" — que se transformou na "Companhia de Melhoramentos do Parapitanga" — foi permutado por essa "Fazenda Buri".

O SR. MEM DE SA (Relator) — O imóvel em São Paulo foi permutado?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Sim, houve uma permuta.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Mas a quem pertencia um e outro?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — O imóvel urbano pertencia à "Paranapitanga", a "Perval" que depois se transformou na "Paranapitanga".

O SR. MEM DE SA (Relator) — E a fazenda, pertencia?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — A fazenda passou a pertencer à Perval, que depois mudou de nome. A fazenda pertencia a um Sr. chamado Antônio Motim.

O SR. MEM DE SA — Então a fazenda é que passou a ser o patrimônio, o ativo principal.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — O ativo principal. Havia uma quantia a receber, etc., mas o principal era a fazenda.

O SR. MEM DE SA — A avaliação, nessa permuta da fazenda pelo imóvel urbano, foi em torno de...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — O preço quer dizer o valor atribuído à permuta, naquela época, foi, se não me engano, de um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros.

O SR. MEM DE SA — Não foi de noventa milhões?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Eu creio que foi mais, Senador, mas, em todo caso, é um número que eu não tenho certo.

O SR. MEM DE SA — Mas foi incorporada depois a esta Sociedade de Melhoramentos do Parapitanga.

O controle acionário integral era dos Irmãos Ribeiro.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Era de nosso grupo. Não sei se direta ou indiretamente, mas era de nosso grupo.

O SR. MEM DE SA — E esta Companhia de Melhoramentos, com o acervo, o patrimônio ativo foi também incorporada à Dominiun?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Foi.

O SR. MEM DE SA — Houve avaliação?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Houve exatamente o mesmo processo. Aliás, os mesmos avaliadores.

O SR. MEM DE SA — E por que valor foi incorporado?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Oito milhões, quinhentos e setenta e quatro mil cruzeiros novos, o acervo da Companhia, incluindo o imóvel. A fazenda foi avaliada em cerca de quatro...

O SR. MEM DE SA (Relator) — Qual era o acervo da Companhia?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — O acervo total foi avaliado em 8 milhões.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Eu não digo em quanto foi avaliado, quanto ele tinha no seu balanço?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — No seu balanço o valor era inferior, porque foi primeiramente incluído no ativo, o valor desapropriado.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Quanto custou ao Grupo Ribeiro, a aquisição dessa Companhia de Melhoramentos, com seu ativo?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Esta Companhia vinha de longa data, não sei me dizer, sei que a permuta, o imóvel que pertencia a essa Companhia, foi feita pela fazenda.

O SR. MEM DE SA (Relator) — O imóvel, a fazenda, na permuta foi avaliada em...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Na permuta foi 1 milhão e quarentos mil.

O SR. MEM DE SA (Relator) — E na incorporação, em 4?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Foi feito aumento de capital, foi reavaliada reajustado o preço e depois, incorporada.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Qual o valor da fazenda?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Quatro milhões e alguma coisa, de cruzeiros novos.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Também, cerca de três vezes mais?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Cerca de três vezes, mais.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Houve, então, um novo aumento do capital na DOMINIUM.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Exato, que chegou a 110.

O SR. MEM DE SA — A Dominiun passou para 100. Isto, em setembro de 1967.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — 25 de setembro de 1967.

O SR. MEM DE SA (Relator) — E aí, nessa ocasião, com essas incorporações, qual passou a ser o capital do grupo Ribeiro? Já era 35%, ou 29 mais 8, 37, e agora com mais esta Sociedade de Melhoramentos, 8 milhões...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Bom, ele não soma tudo isso, porque parte dessas ações, que nós tínhamos anteriormente, foram dispostas, foram vendidas. O total de ações do grupo...

O SR. MEM DE SA (Relator) — Digo, antes da venda quanto é que era? Com quanto o grupo ficou quando houve a incorporação da sociedade de melhoramentos?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Quando houve a incorporação nós ficamos com um total de 36...

O SR. MEM DE SA (Relator) — 35 tinha quando vendeu o Molino Inglês.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não, depois dessa incorporação também.

O SR. MEM DE SA — Ah, não!

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — É. Mas, aí houve certas ações de ação de permuta.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Bem, mas eu digo se não tivesse havido essa venda.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Ah! Se não tivesse havido a venda, nós seríamos o que temos hoje, mais cerca de 7 a 8 milhões.

O SR. MEM DE SA — Quanto é que tem hoje?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — É exatamente o correspondente ao capital de SERAL, que o senhor me perguntou o que é. Nós,

depois de feito essas incorporações, a fim de manter íntegra a maioria votante da empresa, dentro do grupo, nós constituímos essa sociedade chamada SERAL — Serviços de Administração Ltda., sociedade civil por cotas. De início, incorporamos o capital dessa empresa apenas a sua propriedade, e o capital das ações e o direito de usufruto também. Hoje, a SERAI — Serviços de Administração Ltda., sociedade civil, tem apenas a propriedade de um bloco de ações que representa pouco mais de 50% do capital da empresa.

O SR. MEM DE SA — Mais de 50%?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Pouco mais de 50: 50 virgula alguma coisa. Como capital votante.

O SR. MEM DE SA — Perfeitamente, porque ações preferenciais.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — São cerca de trinta e seis milhões: trinta e seis e quinhentos, trinta e seis e seiscentos, uma coisa assim.

O SR. MEM DE SA — Num total de 70. Os dados que tenho são de que o capital era de cento e dez milhões, e as apenas...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Cerca de setenta.

O SR. MEM DE SA — ...setenta que são as ações ordinárias.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Destas ordinárias, temos 50% e mais alguma coisa.

O SR. MEM DE SA — Cerca de 40 milhões.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Trinta e seis e meio, mais ou menos.

O SR. MEM DE SA — (Relator) — Cerca de 40 milhões.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Então temos mais ou menos trinta e seis.

O SR. MEM DE SA — (Relator) — Quase quarenta.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Tem cinquenta virgula qualquer coisa. Não chega a 51.

O SR. MEM DE SA — (Relator) — V. Ss. alcançaram essa maioria antes da Assembleia Geral de 25 de setembro?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Perfeitamente.

O SR. MEM DE SA — (Relator) — De modo que, na Assembleia Geral de 25 de setembro, puderam determinar a mudança de sistema para o processo normal do nosso sistema clássico.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Exatamente.

— Há uma outra interrogação, aliás, mais duas interrogações. Há uma acusação do Dr. Emerson de Barros de que houve Assembleias Gerais diversas, em junho, julho e agosto, das quais ninguém tomou conhecimento. Praticamente, essas Assembleias Gerais eram resolvidas em grupos fechados.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Todas as Assembleias eram convocadas pelo Diário Oficial e por outro jornal. Todas as Assembleias da firma foram realizadas justamente de acordo com a lei.

O SR. MEM DE SA — (Relator) — E' a convocação no Diário Oficial e em um outro jornal, num canto discreto da página e estão satisfeitas as exigências e, depois, passa-se a saber do aumento de 20% do capital de uma sociedade anônima, pois a maioria dos acionistas, os chamados acionistas que dormem, não comparecem porque quem resolve é o grupo que detém a maioria das ações quem vai, vai apenas para ornamentar a reunião.

Mas, o importante não é o fato da convocação ter sido feita de modo discreto, é o fato de as atas só terem sido redigidas com muito atraso.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não é exato. Foram publicadas dentro dos prazos da lei. Aliás, Senador, permita-me fazer uma observação. O Dr. Emerson de Barros passou a pertencer ao grupo da CBI apenas por volta de setembro, fins de setembro do ano passado, e me parece que, sobre todos esses assuntos — e é V. Exa. me a guio sobre uma série delas a respeito da CBI, da distribuidora, etc. — Não me parece ser o Dr. Emerson de Barros e homem mais indicado para responder essas perguntas, mas alguém que esteve sempre na presidência dessas empresas, o Dr. Eduardo Guinle Filho. — Acho estranho que o Dr. Emerson de Barros venha prestar declarações —

O SR. MEM DE SA — (Relator) — parte dessas declarações à imprensa — declarações tão extensas de fatos tão remotos, revelando, aqui, tantos detalhes, inclusive acusações à minha pessoa, quando ele não participava nem da CBI nem de qualquer companhia ligada a este grupo. Creio que um esclarecimento melhor de tudo isso que se passou deveria ser dado por aquele que esteve sempre presente como Presidente da Companhia Brasileira de Investimentos e das distribuidoras e mães colitadas do Grupo CBI: o Dr. Eduardo Guinle Filho.

O SR. MEM DE SA — V. S. tem toda a razão, mas pode ficar certo de que não passou despercebido a todos nós que era estranho que o Doutor Eduardo Guinle Filho, que pertencia, há muito tempo, ao Grupo...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Ele é meu primo irmão. Trabalhávamos juntos, durante trinta anos.

O SR. MEM DE SA — ...que foi Diretor da DOMINIUM, até fins de 1965 e não se ipor que deixou de ser depois, a partir de 1966. Mas não nos passou despercebido o fato de ele não pertencer...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Ele pertenceu até 1967, se não me engano.

O SR. MEM DE SA — Não, o que diz o Dr. Emerson de Barros é que foi até 1965.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Em 1967 ele fazia parte do Conselho da empresa.

O SR. MEM DE SA — Um Conselho é flor, é vaso de flores, fica muito ornamental, da Diretoria: até 1965.

Não nos passou despercebido, pode V. S. ficar certo, esse fato, mas mesmo tendo vindo um grande advogado, e não o Dr. Eduardo Guinle Filho, e o fato de ter vindo um grande advogado para depor mostra que era preciso ser um grande advogado sem o que não teriam valor as afirmações que ele fez, o, sobretudo, V. S. deve ser grato a ele porque, graças às informações que ele nos prestou é que podemos ouvir, agora, as respostas que V. S. tem para dar, e que tem dado, algumas boas e outras más.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Algumas más, na opinião de V. Exa. Se V. Exa. me permite — e creia-me um grande admirador seu...

O SR. MEM DE SA — Eu também o sou de V. S. ainda mais, agora. Se já era antes, seu admirador, ainda mais o sou agora. Creio que estou defronte de um homem altamente inteligente e mais até: já tenho dito que o Brasil não é País subdesenvolvido quando tem um grupo de homens com capacidade de criar empresas como a DOMINIUM, e realizar negócio como este. E' a demonstração de que não é só a velha geração do Senador José Ermírio, mas que há gente nova com a mesma capacidade de empreendimento e de impulso ao desenvolvimento nacional. Mas, a outro ponto — este eu

tenho certeza de que V. S. vai ter dificuldade para esclarecer, mas que, em todo o caso, convém ser focado, — é este:

V. S. não ignora e consia, aliás, da ata da DOMINIUM, que, na véspera da assembleia, isto é, no dia vinte e nove de abril, houve uma derradeira ou uma notícia muito segura da intervenção do governo e então houve uma expectativa muito grande de que o Governo tinha decidido intervir e iria fazê-lo através do IBC, que compraria ações para tomar o controle.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Houve três fases depois de frustrados nossos esforços junto ao Banco do Brasil, do Ministério da Fazenda, a fim de que pudessemos continuar a vender nossas cambiais futuras, o que deixou de ocorrer em grande escala a partir de março, quando daquelas duas instruções do Banco Central. Como expliquei, revelamos a gravidade da situação financeira ao Governo e foi a São Paulo o Sr. Germano e assessores seus estiveram inclusive na empresa, na DOMINIUM, onde fizeram uma verificação e, no fim da semana que precedeu a segunda-feira desta assembleia, fui convocado pelo Senhor Germano Lyra e ali estavam presentes diversas pessoas: diretores de bancos, inclusive da Deltec.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Eram sócios.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Declarou-me ele que o Governo resolveria que a melhor solução para o "caso DOMINIUM" seria o IBC adquirir o controle acionário da empresa.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Exato.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — No domingo à noite, estivemos na casa do Dr. Caio de Alcântara Machado, Presidente do IBC, que nos convocou para a manhã seguinte, dia da assembleia. Bem como às 6,30, o Dr. Caio foi-se avistar com o Ministro da Fazenda. Na reunião com o Dr. Caio estavam presentes e Doutores Celso Lima Araújo, do Banco do Central, Brizaid, advogado...

O SR. MEM DE SA (Relator) — Para fazer uma "carta-de intenção".

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — ...e resolveu-se fazer uma "carta de intenção". Inclusive o Dr. Brizaid mostrou ao Dr. Caio as inúmeras dificuldades que haveria para de pronto, o IBC poder comprar o controle acionário: vários atos do Governo e tudo mais. Parecia-lhe mesmo, salvo maiores estudos, talvez não fosse possível, dentro da legislação vigente o IBC comprar uma indústria. Autorizado pelo Dr. Caio e pelo Banco Central (que estava presente a todas essas negociações) eu declarei na Assembleia Geral Extraordinária, que havia este fato novo: que as autoridades do Governo vinha estudando uma fórmula para compor a DOMINIUM, inclusive com possibilidade eventual da compra, para o IBC, do controle acionário. Com isto suspendemos a Assembleia aguardando as providências do Governo.

No dia seguinte o Dr. Germano Lyra informou-me que aquele esquema não seria viável, devido à legislação vigente, e que o Governo estava estudando uma fórmula para financiar a empresa, tendo uma fiscalização especial, aquilo que se chamaria de "intervenção branca". Esquema este que caiu naquele mesmo dia, ou no dia seguinte, porquanto o Governo achava que o precedente seria mal visto, devido ao grande número de empresas no país estarem enfrentando situações difíceis, com isto, poderia abrir a porta a que o Banco do Brasil não tivesse limites nos socorros necessários ao mercado, de um modo geral.

O Dr. Lyra, com seu extraordinário espírito de luta e de coordenação, tentou, como último recurso no fim

daquela iniciada em 25 de abril formar um consórcio de credores, quase todos ou todos eles banqueiros. Tive eu de assumir o controle da empresa e dos necessários recursos financeiros. Mas duas semanas antes da segunda-feira, dia 6, estivemos articulados com os nossos advogados para propor um eventual pedido de concordata porque víamos a situação da empresa difícilíssima, impossível de prosseguir sem uma concordata, a não ser que lhes fossem concedidos créditos pelo Banco do Brasil, para compra de cambiais futuras, que era a única coisa que pleiteávamos.

Então na segunda-feira, dia 6, depois do havido reunião e discussão no sábado e no domingo precedentes entre esses credores e autoridades do Banco Central, logo antes da hora do almoço, o próprio Dr. Germano Lyra nos comunicou, pessoalmente que haviam sido frustradas todas as suas tentativas de uma composição e não havia outra alternativa a não entrar com o pedido de concordata o que fizemos no mesmo dia, ao fim do expediente.

Devo declarar — está escrito no relatório, creio — que durante toda esta fase de negociações, desde a ideia da aquisição pelo IBC do controle majoritário da empresa, todos os companheiros detentores deste controle acionário, tiveram o maior espírito de renúncia, puseram à disposição as suas ações para serem entregues, ainda que de graça, se necessário a fim de evitar um colapso, enfim, da empresa.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Mesmo assim não houve quem aceitasse?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não, mesmo assim não houve...

O SR. MEM DE SA (Relator) — Se eu soubesse disso...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — O Dr. Roberto Vieira da Rosa, durante estas negociações, havia um grande interesse de parte, sobretudo desses credores — banqueiros — em comprar, um grupo entre eles mesmo, homens experimentados em café e desejosos de participar de uma indústria de café solúvel, surgiram boatos de toda natureza, que eram levados para dentro das salas de reunião, inclusive dizendo que o passivo da empresa era maior do que o seu capital, dizendo, também que a DOMINIUM operava no mercado paralelo em larga escala, que havia bilhões, ou dezenas de bilhões. Chegou-se a falar nuns 40 tudo isso o que não é verdade. De modo que tornara-se muito difíceis, com esses votos, qualquer saída, qualquer negociação nesse sentido.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Há duas perguntas que são também importantes e muito delicadas. A DOMINIUM nacional DOMINIUM, Distribuidora de café solúvel, colocou esse café solúvel no mercado norte-americano através da DOMINIUM INTERNACIONAL, da qual era sócia a DELTEC. De modo que quem comprava da DOMINIUM brasileira era a DOMINIUM internacional?

DOMINIUM brasileira e V. Excelências, portanto, como responsáveis, são acusados de fazerem o câmbio português.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Absolutamente verdade. Jamais foi feita uma exportação sequer de café solúvel em que não se tivesse que recorrer ao chamado câmbio português.

Quando nós iniciamos as nossas exportações em fins de 1965, o melhor registro, o mínimo que conseguíamos — e era então Presidente do IBC o Dr. Leonidas Bório, foi o registro de 1 dólar e 8 centavos por libra peso, FOB. Os preços correntes naquela época para a mercadoria a granel, como vendíamos aos produtores norte-americanos variava de 80 a 95 centavos por libra peso, dependendo da

matreza do produto, peso específico, cor — pureza — qualidade, etc.

Esse registro mínimo que conseguimos a duras penas, depois o Senhor Leonidas Bório queria impor o registro de 1 dólar e 26, porque o preço do Santos 4, naquela época, era 42 centavos por libra e dizia ele: tem que ser 3 vezes 42 então ele queria impor o registro de 1 dólar e 26. Foi conseguido graças ao ilustre Ministro Buiões, interferência pessoal, porquanto, já na administração do Senhor Leonidas Bório — e nós o comprovamos — havia sido exportado café do tipo que nós usamos como matéria prima quer dizer. Escolha os Gaiúnders, ao preço do Vitória 7, que na época era mais baixo. Então o Vitória 7 era um terço desse 1 dólar e meio. Foi o máximo que conseguimos.

Desde aquela época até o presente, vimos lutando incessantemente, não só pela baixa do registro — mas — inclusive, pela eliminação do registro, porque entendíamos sempre, e assim entendiam na época, várias altas autoridades do Governo Federal, do Governo passado, que tratando-se de produto industrializado e não cotado em Bolsa, não havia razão alguma, como não há, de haver o registro. — Pleiteávamos então a exportação pela CACEX, pela fiscalização da CACEX a preços reais do mercado internacional.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Mas eu faço uma pergunta pelo preço real de mercado que, ao que ouvi dizer, era em torno de US\$ 0,72 (setenta e dois cents) a libra-peso.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Hoje US\$ 0,72 seria o preço real FOB.

O SR. MEM DE SA (Relator) — E o preço do registro era de 37. Então pergunto o seguinte: o preço real no mercado americano, de US\$ 0,72 era lucrativo ou dava prejuízo?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Ele sempre deu lucro.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Então, se a US\$ 0,72 a DOMINIUM podia vender com lucro e se ela vendia para uma subsidiária, para uma associada que era a DOMINIUM INTERNACIONAL, da qual ela tinha maioria de ações...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não, ela não vendia para a DOMINIUM INTERNACIONAL, a DOMINIUM INTERNACIONAL era a importadora e era a distribuidora. A DOMINIUM, na realidade, mantém um estoque lá mas, pelos termos do contrato entre a DOMINIUM S. A. e a DOMINIUM INTERNACIONAL, esta última recebe uma comissão de 5%.

O SR. MEM DE SA (Relator) — E' o sistema, mas eu pergunto: Não era viável — e porquanto porque não sou homem de negócios e de café só sei que gosto de tomá-lo — em vez do sistema de distribuidora por comissão fazer um outro sistema? A DOMINIUM INTERNACIONAL comprava pelo preço de registro. Então obedecia ao regulamento do Instituto Brasileiro do Café e depois podia vender no mercado americano pelo preço do mercado.

Tinha um prejuízo que seria perfeitamente compensado porque a 72 cents a DOMINIUM ganhava dinheiro.

Isto faria com que a DELTEC passasse a ser sócia da DOMINIUM porque, ao invés de fazer câmbio português, ele teria compensação, não no câmbio português mas no lucro dos 72 cents.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Estou convencido da necessidade de uma associação no mercado americano para comercialização de produtos especialmente naquele País uma vez que o crédito necessário para a importação e distribuição é muito grande e os banqueiros norte-americanos não emprestariam, — não dariam este crédito a uma empresa que fosse 100% da DOMI-

NIUM, a não ser que a DOMINIUM tivesse a faculdade de ficar com o que eles chamam "equity", o que não seria possível.

A presença da DELTEC me parece muito útil na DOMINIUM Internacional porque ela o conseguiu, através de duas coisas: ela tomou um empréstimo em debêntures que a "DOMINIUM INTERNATIONAL" emitiu no valor de meio milhão de dólares e colocou quinhentos mil dólares — meio milhão de dólares — na "DOMINIUM S. A.", o que os banqueiros norte-americanos consideraram "equity" e, paralelamente deu um "open guaranty" — uma garantia em branco — a um consórcio do banco: o "UNITED CALIFORNIA INTERNATIONAL", o "SHOULDER (?)", o "PHILADELPHIA NATIONAL BANK", uma linha de crédito revolvente de cinco milhões de dólares, que é que tem garantido a movimentação do nosso produto; estocagem lá quando necessário e distribuição. De modo que eu acredito útil e necessário. Acho que seria muito difícil a uma empresa 100% brasileira, que não tivesse capital lá, poder obter de bancos norte-americanos e a taxas de "prayer wait", taxa corrente de mercado americano, créditos desse vulto necessários para a comercialização.

O SR. MEM DE SA (Relator) — V. Exa. não ignora que há acusações, e não apenas do Dr. Emerson de Barros, mas acusações de outras fontes, de que essa operação de "câmbio português" era fictício.

V. Exa. terá que explicar, não — aqui, porque...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Eu vou explicar a V. Excelência.

Isso é um assunto que, aliás, nos tem preocupado e muito, mais agora que esteve tão em voga a posição da "DOMINIUM".

Nós pedimos em primeiro lugar, ao Banco Central, ao próprio Dr. Germano Lyra, que mandasse fazer uma inspeção nos livros da DOMINIUM INTERNACIONAL, que tem a sua contabilidade feita a rigor tendo como auditores Arthur Anderson, de reputação internacional. A fim de que fosse feito um cortejo entre as saídas dos cruzeiros dos livros da DOMINIUM S. A. e as correspondentes entradas, em dólares, na DOMINIUM INTERNACIONAL, de modo a que ficasse perfeitamente comprovado que todas as remessas feitas dentro do chamado câmbio português ou mercado paralelo, foram legitimamente feitas para cobertura de diferenciais de preço.

Eu tive oportunidade mesmo de, há cerca de duas semanas, ou vinte dias, entregar pessoalmente ao Senhor Ministro da Indústria e Comércio uma grande relação de faturas, certificadas por notário público e visadas pelo Consulado Brasileiro, — atestando os preços de vendas nos Estados Unidos.

Tal inspeção não foi feita e, quando eu depois, também recentemente, no Serviço Nacional de Informações, no Rio pedi a esse mesmo serviço que tomasse providências para fazer tal inspeção. Não tendo sido feita, recorremos ao Governo de Câmbio do Banco do Brasil, em São Paulo, Senhor Barcelar, a quem pedimos que se comunicasse com a Gerência Geral de Câmbio do Banco do Brasil, pedindo que um técnico da Agência do Banco do Brasil, ou outros que indicasse em Nova Iorque, fizessem tal inspeção.

Os livros acham-se abertos a qualquer inspeção que queiram fazer e a comprovação de todas as remessas feitas, estará absolutamente, rigorosamente, correta.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Como V. S.ª vê, eu apenas fiz a pergunta, sem ter nessa pergunta nenhuma dúvida, nenhuma base para duvidar.

Pego licença para afastar-me por um momento a fim de atender ao Presidente Gilberto Marinho que me pede uma palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Ermirio) — Tem a palavra o nobre Senador Atílio Fontana.

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Sr. Presidente, do que ouvimos aqui, muitas das perguntas que eu devia formular já estão esclarecidas. Em resumo, o que devemos estranhar é o que todos estranham, é que as indústrias de café solúvel, em nosso País, têm tido renda altamente satisfatória.

Eu conheço outras indústrias, seis que têm tido lucros muito bons e que há mesmo entusiasmo, como todos sabemos, para outras se instalem também com o mesmo ramo. Inclusive, existe um projeto que faz restrição à participação do capital estrangeiro no Brasil para essa indústria porque é negócio tão bem que deve ficar para nós brasileiros.

Esta a primeira conclusão a que chegamos. A DOMINIUM foi à concordata, de qualquer maneira, um insucesso e este insucesso, como bem disse o nobre Senador Mem de Sá, atinge não apenas às dezenas de milhares de acionistas, mas a própria economia nacional porque, em face de situações como esta e outras, a Mannesmann, o mercado de ações, tende a desaparecer, porque é um negócio que parece vantajoso, apenas, para aqueles que dominam o problema.

Em segundo lugar, também é estranhável que uma indústria, uma empresa, com um ramo de indústria excelente como é o café solúvel, porque até há pouco, ou até agora, ele não sofria o confisco cambial era exportado livremente, que essa empresa incorporasse patrimônio de outras, como, no caso, o Moinho Inglês, pelo preço por que foi vendido, por ordem de 3 bilhões, e depois foi incorporado por 29 bilhões. O Moinho Inglês eu conheço, é um moinho que data, talvez, de mais de 50 anos, com seu equipamento muito usado, muito gasto e obsoleto. Tanto é verdade que o ilustre Diretor, disse que já estavam entrando em negociações com uma indústria italiana para substituir essa maquinaria. E' estranhável, portanto, que uma empresa que, naturalmente, precisava de capital de giro para movimentar uma vez que industrializaria 500.000 sacas de café por ano, o que vale dizer 17.000 sacas por dia, se estendera em outras indústrias que, na verdade, não são nada promissoras nos últimos anos.

Ademais, há uma outra empresa no Paraná, que também foi incorporada. De sorte que é estranhável esta orientação.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — E' no Estado de São Paulo.

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Tenho anotado o nome, mas parece que fala em Paraná.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Paranapitanga.

O SR. ATTÍLIO FONTANA — De qualquer maneira, mesmo que esteja em São Paulo estender a essa empresa me parece também uma forma cavilosa para a própria Indústria Domínum S. A.

Ademais, o que me chamou a atenção — não sei se ouvi bem, posso não ter ouvido bem — setenta e tanto bilhões de cruzeiros foram vendidos em ações, no mercado. A empresa está, atualmente, com cento e doze bilhões de cruzeiros capital registrado, se é que entendi bem do próprio Grupo Ribeiro de que o Sr. Vicente de Paula Ribeiro é um dos compradores, que mantém uma ordem que controla o sistema acionário. De maneira que a conclusão a que chegamos é de que, realmente, o Governo precisa tomar em alta consideração situações como esta, avarar, com detalhes e com maior eficiência, a res-

pensabilidade por esta trama de venda de ações, através de duas Empresas que são a CBI e a AD VALOREM.

De sorte que, se continuarmos assim, os responsáveis, não sendo chamados às barras dos Tribunais, o País só poderá sofrer mais um fator de desprestígio das nossas empresas. E' uma situação de fato lamentável. Não sei se o Sr. Vicente Ribeiro deseja esclarecer algum ponto.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Em primeiro lugar, quero dizer que aceito toda a responsabilidade e achoque é altamente digno e construtiva esta Subcomissão da Comissão de Finanças estar investigando esse caso.

Quanto à primeira parte em que o Sr. Senador Atílio Fontana perguntou a respeito do capital de giro da Empresa, creio que já expliquei bem que o capital de giro da Empresa era ótimo ao tempo em que se possuía as simples faturas.

Tínhamos ampla cobertura de capital do giro e a situação financeira sempre foi muito boa.

Quanto à lucratividade, estou de acordo com V. Exa., também é muito lucrativa. Quando da concordata, havia sofrido um colapso financeiro, apenas um colapso de caixa devido à mudança do sistema cambial do dia 3 de janeiro, o que também já foi explicado.

Quanto a esses dois empreendimentos, o Moinho Inglês e a Cia. Melhoramentos Paranapitanga, desejo explicar o seguinte: nessa propriedade do Moinho Inglês, no Rio de Janeiro, não só estávamos tratando da aquisição de máquinas modernas como estávamos em negociações adiantadas com um grupo norte-americano para, na Guanabara, fazerem-se instalações para beneficiamento de soja, no montante de 300 toneladas por dia, produção de óleo para beneficiamento parcial da torta e para retomar as atividades de produção de rações balanceadas que os ingleses haviam interrompido. De modo que ali havia como que um estudo, um esquema para fazer com que aquela propriedade no Rio de Janeiro seja altamente lucrativa, a qual poderá, eventualmente, ser mais altamente lucrativa que a atividade do café solúvel.

O SR. PRESIDENTE (José Ermirio) — Gostaria de reapropundar nas indagações feitas pelo Senador Atílio Fontana. V. S. poderia nos fornecer os últimos balanços do Moinho Inglês, na parte do trigo? V. S. poderia nos fornecer dados sobre a parte relativa à rentabilidade?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Senhor Senador José Ermirio, não se trata, apenas, de uma terra. Há ali, um grande projeto que está no Ministério da Agricultura, e, segundo nos disseram, foi o maior projeto aprovado de reflorestamento. Já importamos temos em mãos sementes do Estado da Geórgia, Estados Unidos, e, ali, foi feito um estudo, pelo Dr. Guido Rando, que Vossa Excelência deve conhecer uma grande autoridade.

O SR. PRESIDENTE (José Ermirio) — Sim, conheço, mas, aí, a rentabilidade é a prazo longo, o que não convém à empresa.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Queríamos justamente, garantir a integridade do capital da empresa a longo prazo. E, ali, temos um projeto, que está em início de execução, para o plantio de nove milhões e oitocentos mil "pinas eliotis". Levará de doze a quatorze anos...

O SR. PRESIDENTE (José Ermirio) — A longo prazo.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — A longo prazo, sim, mas uma floresta de pinheiros, do ponto de corte para tábuas, sabe V. Exa., que a árvore de pé, naquele local,

vale cerca de quatro dólares. Portanto é investimento a longo prazo, sim, mas que ao cabo de doze, quinze ou quinze anos daria à empresa um patrimônio de, aproximadamente, trinta a quarenta milhões de dólares norte-americanos. Tudo isso foi feito dentro de estudos, de esquemas, não foram feitas essas transações todas no ar, sem objetivo, sem concatenação de todos esses projetos. O objetivo da empresa, da administração era, além de a curto prazo, a médio prazo, também uma garantia de patrimônio a longo prazo. Certo ter esclarecido devidamente V. Exa.

O SR. ATÍLIO FONTANA — V. S. procurou esclarecer, mas, como homem experiente em administração não pode aceitar os argumentos que V. S. apresenta para fazer coleção de ações de acionistas que esperam um resultado anual, pensando em empregar o capital e reflorescimento e em outros investimentos que só poderiam, de certo modo, ser considerados como negócio favorável para aqueles que dispõem de capital para investir a longo prazo. Um reflorescimento só se pode tornar rentável depois de vinte anos.

Ora, esses milhares de acionistas — uns duzentos mil acionistas, se não me falha a memória...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não! Fala-se aqui em 45 mil acionistas.

O SR. ATÍLIO FONTANA — Bem, que sejam 45 mil acionistas, aos quais foi prometido um resultado satisfatório anualmente. Como poderia a administração da empresa empregar esse dinheiro em atividade que só a muito longo prazo pode dar resultado?

Os melhores industriais do ramo de café solúvel, como todos nós, temos o máximo cuidado de não fazer promessa, em não angariar ou procurar obter dinheiro da economia privada através de ações para negócio duvidoso, a longo prazo. Se o Moimho Inglês foi vendido é porque os ingleses estavam muito interessados em vender um equipamento altamente obsoleto e que precisava ser renovado. O negócio pode ter sido bom há 25 anos, mas os moinhos de trigo, como sabemos, nos últimos anos, apresentam resultados, conforme balanços, de uma rentabilidade mínima. De sorte que o Moimho Inglês foi vendido por oito ou nove bilhões de cruzeiros e a rentabilidade não era as melhores, quanto mais por vinte e nove bilhões como a DOMINIUM e incorporou. Para um capital dessa natureza, com sinceridade, não podemos conseguir resultados satisfatórios.

Em resumo, lamentamos que o Governo tenha que tomar providência para que seja apurada a responsabilidade deste triste fato que é a concordata.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Sr. Presidente, desejava fazer, em primeiro lugar, uma observação em relação às considerações do nobre Senador Atílio Fontana: aceito a responsabilidade; em segundo lugar, a DOMINIUM não fez reclamações; terceiro, acredito firmemente na política de diversificação de uma grande empresa.

Era só o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Ermirio) — Tem a palavra o nobre Senador Paulo Torres.

O SR. PAULO TORRES — Senhor Presidente havia alinhavado algumas perguntas para formulá-las ao Sr. Vicente de Paula Ribeiro. Entretanto, os eminentes Senadores Mem de Sá — Relator, o Atílio Fontana já as concretizaram.

Desejo somente fazer uma inquirição.

Estamos diante do fato consumado: a concordata da DOMINIUM, com prejuízos para os acionistas, para a própria DOMINIUM e para o Governo também.

Como sair, pois, deste impasse?

Eu, então, formulo a seguinte pergunta: que providências V. Sas. estão solicitando do Governo no sentido de possibilitar o levantamento da concordata da DOMINIUM e, assim, permitir que ela continue a exportar café solúvel?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — A primeira providência que solicitamos — e já há um mês aprovada pelo Presidente do IBC, e igualmente pelo Sr. Ministro da Indústria e Comércio foi a diminuição ou baixa do registro de exportação.

Certo que uma empresa em regime de concessão não pode praticar o comércio português, visto estar sob a fiscalização de um comissário, nomeado pelo Brasil.

Temos estoques de produtos acabados, inclusive em Santos, que poderiam ser prontamente exportados, e com isto começamos a receber recursos e por, novamente, a máquina em movimento.

O SR. PRESIDENTE (José Ermirio) — Mas tem também uma outra consequência: quem vai continuar a vender, qual a comissão que recebe?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — A comissão paga é de cinco por cento, sendo que está ela a cargo da DOMINIUM que é quem vai continuar a vender. A comissão de 5% inclui não só os juros aos banqueiros norte-americanos, a comissão a cargo da DOMINIUM INTERNACIONAL, como todas as despesas de estocagem, comercialização. Considero uma comissão justa, razoável para esse tipo de negócio.

Voltando a V. Exa. Marechal Torres, esta providência já foi aprovada pelo Presidente do IBC e pelo Sr. Ministro da Indústria e Comércio, na mais de um mês. Infelizmente, ainda não foi posta em prática, visto que, um ou outro — não sei se precisar exatamente quem — houve por bem ouvir o Sr. Ministro da Fazenda.

Sr. Ministro da Indústria e Comércio me declarou recentemente que várias vezes havia solicitado ao Ministro da Fazenda que soltasse esse processo, a fim de que se pudesse liberar o registro de exportação, e havendo recebido repetidas vezes a mesma resposta, que aguardasse mais um ponto, nós continuamos aguardando.

O SR. PAULO TORRES — Parece, então, Sr. Presidente que sem o caso de, em nosso nome, se dirigisse ao Sr. Ministro da Fazenda solicitando a liberação desses processos.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Muito obrigado.

O SR. CARLOS LINDERBERG — Sr. Presidente confesso que não sei se caberia a esta Comissão fazer um pedido dessa ordem ao Sr. Ministro da Fazenda.

Sugiro ao proponente, o eminente e nobre Senador Paulo Torres, um pedido de informações doativo por que este processo está preso. Pedir para soltar pareceria uma intervenção nossa, como se quiséssemos favorecer a companhia.

O SR. PAULO TORRES — Já fiz um pedido de informações ao Senhor Ministro da Fazenda.

O SR. PAULO LINDERBERG — Estou de acordo com o nobre Senador Paulo Torres.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Outras providências que estamos tomando, embora, eu não tenha o direito de revelá-la em detalhes, por se tratar até certo ponto, de segredo comercial, é a venda do controle acionário a outro grupo que possa melhor nesta emergência prosseguir no desenvolvimento da DOMINIUM S. A. Temos uma negociação que está em curso, sob o comando do Sr. Ministro da Indústria e Comércio, para vender o controle acionário da Empresa a outro grupo nacional, grupo esse que se propõe também a intervir no mercado de capitais e comprar as ações tomadoras que ainda pretendam vendê-las. Como tam-

bém de nossa parte, o preço que eventualmente recebêssemos pela venda das nossas ações estaria também a disposição para ser aplicado na compra de ações dos srs. acionistas que ainda pretendam vendê-las.

Informo o grupo interessado na aquisição já ter, segundo parece, ate aprovação do Conselho de Segurança Nacional, da assessoria da Presidência da República. Parece que já existe até despacho do Sr. Presidente da República.

Está dependendo apenas do Senhor Ministro da Fazenda, porquanto este grupo nacional propõe-se a fazer uma opção ao de repasse a Alemanha, no equivalente a 15 milhões de dólares norte-americanos.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Permite fazer umas perguntas. Não são indagações de proximidade, mas eu gostaria saber o seguinte:

Em que data disse a "DOMINIUM" que não poderia mais prosseguir com os seus negócios e se varia, em face da crise reinante, das dificuldades reinantes, obrigada a requerer concordata?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Bem, no dia 3 de janeiro de 1968, com a publicação da Instrução número 82 e da Circular número 111 do Banco Central, nos sentimos imediatamente que haveria dificuldades enormes no mercado para a venda de câmbio futuro.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Foi em agosto de...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não, em janeiro. Foi em 3 de janeiro de 1968. Fizemos todos os esforços para conseguir não só que o Banco do Brasil comprasse nossas... porque o que houve com a "DOMINIUM" foi apenas um colapso financeiro, porque a economia é excelente, a lucratividade é excelente e esse colapso financeiro, que aliás está explicado no relatório escrito que deixei para esta Comissão, verificou-se com a diminuição abrupta e imensa do nosso capital de giro, que era baseado na venda de câmbio futuro.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Quer dizer que essa crise que essa impossibilidade de prosseguir nos negócios normais da empresa foi em janeiro de 1968.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Dia 3 de janeiro nos previmos queíamos ter grandes dificuldades, e fizemos um esforço para financiar a empresa até que passasse esta crise cambial, gerada pela situação reinante.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Mas só a esta data é que sentiram a impossibilidade de prosseguir?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — A impossibilidade de prosseguir nós sentimos há cerca de dois meses, quando vimos que era virtualmente impossível obter recursos de giro, uma vez que não vimos outra possibilidade de vender câmbio futuro para obter o capital de giro através do Banco do Brasil, onde pleiteávamos tais medidas e que julgávamos absolutamente normais.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Após essa data da verificação das dificuldades econômicas e financeiras não houve mais captação de recursos populares?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não, a captação de recursos populares passou em setembro do ano passado, aliás quando a situação da empresa era excelente, econômica e financeiramente.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — V. Sa. falou anteriormente quando respondeu às perguntas do nobre Senador Mem de Sá, de uma grande quantidade de café solúvel na Europa ou na América.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — No mercado mundial, a grande maioria do café solúvel é exportado para o mercado norte-americano.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Em que data foi feita essa venda que, V. Sa. teria dito em seu depoimento ao Senador Mem de Sá, ou no seu relatório?

Houve uma declaração de que tinha havido uma venda, nos últimos tempos, de grande quantidade de café solúvel ao estrangeiro.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — As vendas eram sempre normais. Sempre produzidas. A fábrica trabalhou dia e noite, todos os dias da semana, inclusive feriados. Trabalhava, inclusive, na noite de Natal, pois que o sistema industrial de circuito fechado não permite interrupção, a não ser para reparos. A produção é contínua e levado para o porto e embarcado para o exterior.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Para facilitar a sua resposta: a última venda de café solúvel registrada — é importante — foi feita em que data? Lembra-se, ou não?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Foi nas vésperas da concordata; provavelmente em fins de abril.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Em fins de abril?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Sim, o pedido de concordata foi no dia 6 de maio, e os últimos vendas foram em fins de abril.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Sabe V. Sa., mais ou menos, o montante dessa venda?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Bem. Embarca-se diariamente, semanalmente, na medida em que há disponibilidade.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Não havia estoque, no estrangeiro, de café solúvel?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Sempre há um estoque.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Essa última venda — V. Sa. não sabe precisar bem?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Esse estoque é flutuante. Esse estoque, normalmente, seria de se desejar que fosse de um mês a um mês e meio.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Depende da procura.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Sim. Depende da procura.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — V. Sa. não sabe precisar quanto?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — O estoque deve ser de dois milhões de libras-peso de café solúvel.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — A última venda foi realizada quando a empresa estava em dificuldades, em crise?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Estava em grande dificuldade financeira.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — E os preços foram menores do que os de compra?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Foram exportados pelo preço de registro.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Em prejuízo da "DOMINIUM"?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não em prejuízo. A empresa jamais teve prejuízo com a venda do café solúvel.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Entendi, no seu depoimento, que essas vendas tinham sido feitas em prejuízo: Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Ermirio) — Com a palavra o nobre Senador Mem de Sá.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Tenho um novo lote de perguntas que me vieram às mãos agora, e de citem altamente idêntica, por isso mesmo não posso deixar de formulá-las. Algumas delas já foram respondidas por V. Sa., eu já as havia feitas, antes de entrar nesse interrogatório.

Indagaria se V. Sa. tomou conhecimento de uma notícia publicada no "Jornal do Brasil" de domingo, com

o título: "DOMINIUM PASSOU ACERTAR ANTES DE PEDIR CONCORDATA". Não leu?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não li.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Diz assim:

"Antes de pedir concordata em São Paulo, a DOMINIUM transferiu para o patrimônio de uma firma carrega, SAMI Representações e Administrações, a maior parte dos bens imóveis que havia recebido em consequência da incorporação do Moimho Inglês."

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Eu vou esclarecer, é muito fácil esclarecer isto, consta de todos os registros contábeis, de contratos, tudo isso.

A Sociedade Anônima Moimho Inglês era proprietária, além do Moimho Inglês, propriamente dito, na Gamboa, no Rio de Janeiro, de um edifício no centro do Rio e de umas terras em São Paulo, um loteamento.

Quando efetuamos o contrato de compra com a DELTEC, esses dois imóveis foram especificamente excluídos da transação, como foram especificamente excluídos de avaliação e tudo mais. Na época, havia necessidade de atualizar a escritura para transferência desses imóveis, que levou inúmeros meses. Esse nome SAMI é S. A. Moimho Inglês. É uma empresa.

O SR. MEM DE SA (Relator) — É uma subsidiária do Moimho Inglês.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — É uma subsidiária que pertence à DELTEC, e conforme o contrato de compra do Moimho Inglês, já naquele contrato consta isso, já é remoto, e claramente, em toda a escrituração.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Portanto, houve transferência de imóvel.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Essa transferência foi efetuada muito depois.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Da incorporação?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Da compra das ações do Moimho Inglês, cujo contrato excluiu especificamente esses imóveis. Na escritura de transferência, desses imóveis estavam claramente excluídos da compra, que era feita só da propriedade do Moimho Inglês da Gamboa. Ela só foi efetuada por escritura mais tarde, porque os advogados da DELTEC levaram meses e meses para atualizar a escritura.

O SR. MEM DE SA (Relator) — A transferência, então, foi feita pela DOMINIUM para SAMI?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Sim, a transferência foi feita pela DOMINIUM, como não podia deixar de ser, porque a DOMINIUM se tornou sucessora da S. A. Moimho Inglês.

O SR. MEM DE SA (Relator) — De modo que esse valor de 20 milhões...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não, já estavam excluídos.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Os excluídos como?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não lido...

O SR. MEM DE SA (Relator) — Já estavam excluídos como?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não lido...

O SR. MEM DE SA (Relator) — Tanto não estavam excluídos, que foi o DOMINIUM que vendeu.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não, a DOMINIUM assinou o ato de transferência apenas, Senador Mem de SA.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Então era proprietária?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Ela ainda tinha o título de propriedade, vamos dizer, mas a com-

pra da S. A. Moimho Inglês que foi incorporado à DOMINIUM excluiu estes imóveis.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Houve simulação, então.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não houve simulação. É que esses imóveis poderiam ter sido transferidos...

O SR. MEM DE SA (Relator) — Deveriam ter sido.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Deveriam ou poderiam ser transferidos. Não, não poderiam. Diz V. Exa. muito bem: deveriam. Mas, eles não puderam ser transferidos imediatamente porque os advogados da DELTEC não nos entregaram, não prepararam a escritura.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Veja V. Sa. que os advogados da DELTEC deixaram a DOMINIUM e os senhores em situação muito difícil, porque o que se apresenta da exposição feita é que a DELTEC financiou os irmãos Ribeiro, para comprarem o ativo e o Moimho Inglês.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Excluídos nesse contrato, especificamente, esses imóveis.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Muito bem. Mas, essa exclusão não impediu que houvesse a incorporação dos imóveis. Foi a DOMINIUM que transferiu os imóveis.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Foram incorporados evidentemente, mas não objecto. Parte do ativo avaliado...

O SR. MEM DE SA (Relator) — Foram incluídos, então, ao preço de 20 milhões.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não, foram excluídos.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Seria preciso então...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Eu vou lhe esclarecer, transferência, e como devia ser feita, inclusive, como não podia ser feita a como bem disse V. Exa.

O meu irmão Oto e eu demos em garantia uma promissória, no valor se não me engano de um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros, que era o valor estimado desses imóveis, até que fosse completada a transferência.

Foram especificamente excluídos, como consta da escrituração da DOMINIUM, como pode se verificar e no laudo.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Na escritura de venda da companhia de Mineração para os Srs. Ribeiro não houve essa ressalva?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não, não houve.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Então, eu gostaria que V. Sa. remetesse esta escritura, para se verificar que nela consta a ressalva de que não faz parte da transação tal e tal imóvel.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Vou-lhe mandar imediatamente.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Li esta notícia no domingo, e achei interessante.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Mas V. Exa. vai compreender bem, quando lhe remeter os documentos, o próprio contrato. Está devidamente esclarecido.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Fiz as perguntas. A primeira já conheço.

"Até que data o Sr. Eduardo Guinle foi diretor da Domini-um?"

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Diretor?

O SR. MEM DE SA (Relator) — Diretor; não do Conselho Consultivo.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não posso precisar no momento.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Parece que até 65.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não posso precisar a não ser consultando as diversas atas.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Muito bem.

Qual foi o motivo que explica a sua não recondução? Porque, geralmente, nessas sociedades, como era a Domini-um sociedade dirigida e controlada por um grupo de amigos, parentes até, as reconduções são uma rotina; são sempre reconduzidos os membros dirigentes. E, até, quando entra um de fora, cria-se um novo cargo para não tirar alguém do seu lugar.

A pergunta é esta: Houve algum desentendimento que justificasse a não recondução do Sr. Eduardo Guinle?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não. Se me recordo bem, a saída do Sr. Eduardo Guinle da Diretoria da Empresa foi apenas em virtude de ele ser Presidente das CBIs e parece que há alguma restrição quanto a isso. Mas, não houve desentendimento nenhum, tanto assim que ele passou da Diretoria para o Conselho, e nele permaneceu bastante tempo.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Ele ainda era Conselheiro em 1965.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Mas isso não foi feito contra a vontade, as relações eram as melhores possíveis entre a Empresa e o Sr. Eduardo Guinle.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Então não houve desentendimento.

E quando é que ficou pronta a fábrica? Quando a fábrica entrou em funcionamento?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — A fábrica foi construída em várias etapas, é composta de várias unidades autônomas. O início das operações, da produção, verificou-se em setembro de 1965, e o final do projeto chegou à sua plenitude, em julho de 1967.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Perfeito.

Outra pergunta: durante toda a fase da captação de recursos do público, o Dr. Eduardo Guinle estava perfeitamente vinculado, entrocado na Domini-um?

A captação de recursos do público foi feita até julho de 1967. Pergunto a V. S. se até esta data ele estava vinculado, entrocado na companhia, inclusive no Conselho.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — O Dr. Eduardo Guinle deixou de ser resido Diretor da Domini-um na Assembleia Geral de 3 de maio de 1967.

O SR. MEM DE SA — Diretor?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Sim.

O SR. MEM DE SA — Foi Diretor durante todo o ano de 1967?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Sim.

O SR. MEM DE SA — Daí passou para o Conselho.

Estava, portanto, perfeitamente vinculado, em plena harmonia com a Domini-um.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Partilha. Participou da direção da CBI.

O SR. MEM DE SA — Agora, acredita V. S. e tem consciência de que a concordata da Domini-um, nos termos em que se encontra o balanço do último balanço, não a pode levar à falência?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não. Em face do balanço e da potencialidade e lucratividade da empresa, a única coisa que poderia levá-la à falência seria a não baixa do registro mínimo de capital.

Por isso que uma empresa, sob o regime de concordata, sendo fiscalizada por um Comissário nomeado pelo Juiz, não pode evidentemente praticar o câmbio português.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Claro!

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Um comissário técnico não poderia aprovar esse pagamento.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Se o IBC baixar a cotação de registro, a Domini-um prosperará e sairá da dificuldade?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Sem dúvida.

O SR. MEM DE SA (Relator) — É verdade que no balanço feito para concordata figuram débitos dos diretores da Domini-um? Ou melhor, se, na verdade, os diretores devem à Domini-um? É verdade isto?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não!

O SR. MEM DE SA (Relator) — Os diretores sabem como foi elaborado o balanço? Foi elaborado pelos mesmos contadores e sob os mesmos critérios, com fidelidade, sem artifícios?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Os balanços, inclusive o balanço especial, apresentado no pedido de concordata, foram elaborados exatamente dentro da mesma norma contábil, pelos mesmos contadores e auditores da empresa. Não houve artifício de espécie alguma.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Quanto vale o alqueire de terra no município de Buri, no Estado de São Paulo?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Lá se tem negociado ao preço que varia entre mil a mil e duzentos cruzeiros novos o alqueire.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Quem formula a pergunta está muito divorciado dessa realidade, porque ele pergunta se, ao preço cobrado da Fazenda Buri, o alqueire não deveria ser de trezentos cruzeiros novos...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Quem comprar por este preço faz um grande negócio, too bom quanto a compra do Moimho Inglês.

O SR. MEM DE SA (Relator) — V. S. acha que o preço da incorporação, de quatro milhões cento e cinquenta mil cruzeiros novos, é um preço perfeitamente razoável?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Acredito que sim — foi o resultado de um laudo pericial. Lavado pericial?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Já não de pericial.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Uma publicação da CBI, no "O Estado de São Paulo", de 25 de maio de 1963, diz que foi a Fazenda Buri avaliada por 500 cruzeiros novos.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — A fazenda foi objeto de avaliação.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Mas V. S. tinha falado em mil e duzentos cruzeiros novos.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Sim, mas não me dá a memória. Não tenho os dados no momento.

A CBI diz, no "O Estado de São Paulo", que foi 500 cruzeiros novos.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Essa fala da fazenda de 500 mil cruzeiros, é do Sr. Guinle.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — V. Exa. Sr. Presidente, é grande proprietário daquela fazenda e deve conhecer o valor atual das terras.

O SR. MEM DE SA (Relator) — É certo que a SRAAD tem cada vez mais vendido ações recentemente, em últimos meses, a uma companhia nacional de petróleo — a CONFERT.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Há pouco V. Exa. não estava presente e era muito difícil determinar o nome dessa empresa, disse que entre as diversas medidas que estamos tomando, para correção da atual situação da Domini-um, tinham negociações para vender o controle acionário da empresa a um grupo que se propõe também sanar totalmente o mercado de capitais nesse área.

O SR. MEM DE SA (Relator) — É a CONFERT.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — V. Ex.^a o disse. Eu não estava autorizado a fazê-lo, mas não sei e a CONFERT. Ainda não houve transferência alguma de ações.

O SR. MEM DE SA — Já começou a vender e houve carta de cessão?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Este contrato firmado em que pagou promessa de isenção de transferência mas ainda não foi ultimada a transação.

O SR. MEM DE SA — Esse contrato é para instrumento em particular?

O SR. PRESIDENTE (José Ermirio) — Para me esclarecer: isto é empresa nacional ou estrangeira?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — É empresa nacional.

O SR. MEM DE SA — É como a companhia nacional de fertilizantes.

O SR. PRESIDENTE (José Ermirio) — Nacional sim, mas com capital estrangeiro; porque a nossa Constituição diz que toda companhia nacional pode ser com por cento estrangeira.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não tem razão porque juridicamente considero nacional toda empresa que tem sede e organização aqui no Brasil, embora seu capital seja de origem estrangeira.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Os diretores são brasileiros. Eu desconheço qualquer sócio ou acionista desta empresa que se proponha ser diretor, com capital estrangeiro. Tivemos o Presidente Almirante Octacílio Cunha, mas houve um contrato em que se propunha um diretor com capital estrangeiro.

Houve um instrumento particular de promessa e cessão de transferência destas ações. Aliás, as negociações têm todo curso sob a égide do Ministro da Indústria e Comércio.

O SR. PRESIDENTE (José Ermirio) — Um esclarecimento: como ficarão os acionistas dessa Companhia, com essa transação?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Eu acho que ficariam muito bem. Porque o grupo comprador, de um lado, se propõe a interferir no mercado de capitais e saná-lo nesta área, comprando ao par ações de acionistas que ainda pretendam vendê-las. E, de outro lado, o grupo vendedor, em protocolo anteriormente firmado no Gabinete do Sr. Ministro da Indústria e Comércio, comprometeu-se a utilizar-se do preço que eventualmente recebesse por essas ações, por esse grupo comprador, para a compra, também, de ações de acionistas que quisessem vendê-las.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Quer dizer: o grupo Ribeiro, com o dinheiro que recebemos, recomprava as ações e, dessa maneira, então, serviria em tomadores de boa-fé.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — E os compradores também.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Os compradores vão comprar — e seria indiscreção perguntar a V. Ex.^a — vão comprar ao par as ações?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Ao par. Compram ao par dos acionistas no mercado. Não vão comprar ao par de nós.

É processo complicado e que depende de avaliações.

O SR. MEM DE SA (Relator) — A alma do negócio é o segredo. Assim, não entro lá.

Apenas pergunte: como eles vão comprar as ações do grupo Ribeiro, que tem o controle, e depois assumam o compromisso de comprar ações de terceiros ao par?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Sim.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Mas não dizem a quantidade que se comprometem a comprar.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Tantas quantas forem oferecidas por acionistas que queiram vendê-las.

O SR. MEM DE SA (Relator) — É preciso fazer uma declaração pública.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não sei se fizeram.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Figura no contrato?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Consta de um protocolo posteriormente firmado entre os permitentes compradores e as autoridades federais do País.

O SR. MEM DE SA (Relator) — E, por outro lado, em irmãos Ribeiro.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Por outro lado, o protocolo anterior ao contrato, que foi uma espécie de carta de intenção, firmado no próprio gabinete do Senhor Ministro da Indústria e Comércio, o grupo detentor do controle majoritário também pôs à disposição o preço que eventualmente recebesse por suas ações, a fim de comprações, ao par, dos acionistas que quieram vendê-las. Será uma solução brilhante que virá resolver todos os problemas, tanto para o Governo, que terá o restabelecimento das exportações prontamente, como para os acionistas que, se não quiserem permanecer na empresa, poderão vender as suas ações ao par.

O SR. MEM DE SA — É verdade que do capital da DOMINIUM 110 milhões de cruzeiros novos, o seja, mais de 40%, correspondem a verba de ações da aduana?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não sei precisar esse número, mas a venda de ações do ativo que houve, foi toda compulsória, de acordo com os índices do Conselho Nacional.

O SR. MEM DE SA — Os comadores de ações não receberam dinheiro, em consequência da venda de direitos. De modo que, todos os direitos passaram a pertencer...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não, é a totalidade dos compradores de ações que vendem os direitos posteriormente. Todos os direitos das novas ações passaram a pertencer a quem comprou os direitos, a Ad-Valorem.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Essa pergunta agora é extremamente delicada. É verdade que a "DOMINIUM" teve sua conta encerrada em um banco em um banco em São Paulo, após o pedido de concordata, por ter emitido um cheque sem fundos?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — É verdade. Porém esse cheque não foi emitido em pagamento, mas dado em garantia.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Qual o valor?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Um bilhão 200 e poucos milhões. Isto prende-se às operações do chamado câmbio português em que as remessas eram feitas por correio, as vezes financiada por 8, 10, 15 dias, dava-se um cheque em garantia e na data do pagamento substitua-se por outro. O valor exato desse cheque foi incluído na relação de credores da CBI, em contas... perdão, credores da "DOMINIUM" como crédito em conta corrente.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Uma pergunta que vou fazer a seguir. No pedido de concordata da "DOMINIUM" foram anexadas contas do "DOMINIUM" onde se verifica serem devedoras da "DOMINIUM" as seguintes firmas ligadas à "DOMINIUM":

Motor S. A. Veículos Motorizados pelo valor 1 milhão, 435 mil cruzeiros novos; Ad Valorem S. A. pelo valor de 5 milhões, 207 mil cruzeiros novos, e mais 16 milhões e 4 mil cruzeiros novos a Companhia administradora CBI pertencente ao grupo Ribeiro, antigamente, pelo valor de dois milhões e 60 mil cruzeiros novos, a Serpa Ribeiro Utilida-

des Domésticas, com 962 mil cruzeiros novos, a IMERIL S. A. por 291 mil 829 cruzeiros novos...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Devo esclarecer o seguinte: a grande maioria dessas firmas a que V. Ex.^a se referiu, tais sejam a Serpa Motor Utilidades Domésticas e outras, todas essas firmas a que Vossa Excelência se referiu foram empréstitos que, conforme mencionei em meu Relatório escrito que entreguei ao Sr. Senador José Ermirio, foram postas em regime de liquidação.

Essas firmas eram pertencentes totalmente à DOMINIUM, na fase em que ela estava no auge, e a DOMINIUM adiantou essas importâncias sobretudo para pagamento de indenizações trabalhistas e despesas de liquidação e tudo mais.

O SR. MEM DE SA (Relator) — De modo que elas estão em liquidação, não precisavam pedir concordata nem falência?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não. A Serpa Motor Utilidades Domésticas não. Quanto a IMERIL é empresa própria, que pertence 100% à DOMINIUM, é uma malharia moderna com máquinas inteiramente automáticas.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Mas também é devedora da DOMINIUM, apesar dessa importância de 291 mil 829 cruzeiros novos e 42 centavos.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Deve haver uma discrepância, Senador, porque, segundo me recordo, a DOMINIUM ainda deve uma parte substancial de integralização de capital na empresa.

O SR. MEM DE SA (Relator) — E a Ad Valorem? Essa é devedora?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Essa é devedora.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Cerca de vinte e um milhões de cruzeiros novos?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não sei precisar. Mas sei que nos autos de concordata...

O SR. MEM DE SA (Relator) — Qual o participação que a "DOMINIUM" tem na Ad Valorem?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — A "DOMINIUM" tem apenas ações preferenciais, sem voto, e pequeno lote de ações ordinárias que pertenciam ao Sr. Arthur Kós.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Quem são os Diretores da "Ad Valorem"?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Os Diretores da "Ad Valorem" são: Dr. Oto Ribeiro...

O SR. MEM DE SA (Relator) — Oto Ribeiro

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Presidente: Arthur Kós, que foi superintendente até recentemente e que saiu e não houve restrição.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Não tendo ações senão as preferenciais, era Diretor-Presidente?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Perdão. A "DOMINIUM" é que só tem ações preferenciais.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Ele, particularmente, o "Grupo Ribeiro", quanto é que tem?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não sei precisar, no momento quanto tem. Mas o "Grupo Ribeiro" é acionista.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Quantas cotas?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Terá, tudo junto, talvez 50%, 40% da Ad Valorem.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Da "Ad Valorem".

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Exato.

O SR. MEM DE SA (Relator) — As pessoas físicas e não a "DOMINIUM"?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Exato.

O SR. MEM DE SA (Relator) — As pessoas físicas: Oto Vicente Ribeiro e Arthur Kós, que detem o controle da "Ad Valorem"?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Exato.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Essas firmas, "Serpa-Motor"...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Senador, eu me permitiria dar um esclarecimento: a maior parte desse débito da "Ad Valorem" para com a "DOMINIUM" foi extornado dos livros, posteriormente, porque este débito constitui, na sua maior parte, escriturações feitas em relação ao câmbio português, a título de atendimento para compra de café verde.

Posteriormente, esses lançamentos foram extornados e nos registros dos livros da DOMINIUM, hoje, estas operações que estavam nesta conta, constam como "compra de moeda estrangeira para pagamentos diferenciais de preço".

O SR. MEM DE SA (Relator) — Agora essa Serpa Motor...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Foi liquidada, era totalmente da DOMINIUM.

O SR. MEM DE SA (Relator) — A Ad Valorem, V. Ex.^a já disse que 40 a 50% é do Grupo Ribeiro e o restante?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — O Sr. Eduardo Guinle Filho e o maior acionista individual da Ad Valorem.

O SR. MEM DE SA (Relator) — É um grupo pequeno, não é uma Sociedade?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — É um grupo fechado.

O SR. MEM DE SA (Relator) — A Serpa Motor Utilidades Domésticas...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Também já foi liquidada a Ad Valorem.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Não e estando que a SERAD Administradora tenha o controle da DOMINIUM — conforme V. Ex.^a disse a SERAD que tinha 50% — que ela estava liquidando como devedora para importância de 1 milhão, seiscentos e vinte e oito mil e poucos cruzeiros novos? Qual a origem dessa dívida?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — São créditos legítimos, não sei especificar de pronto, mas estão perfeitamente escriturados e são todos absolutamente legítimos.

Acho que, ser acionista de uma sociedade não é irregular, ser devedor talvez seja. Ela é credora da DOMINIUM, mas por crédito legítimo.

O SR. MEM DE SA (Relator) — A escrita é que vai me dizer como, se há diretores que são vendedores.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não, não há diretores que são devedores, afirmo isso com certeza.

O SR. MEM DE SA (Relator) — A CBI subscrive aumento de capital com crédito em conta corrente? Talvez capital da DOMINIUM?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Que eu tenha memória, não. Acho que não.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Qual é a origem dos créditos em conta-corrente da CBI, nesta contabilidade da DOMINIUM?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Eu não tenho presente, inclusive a existência desses créditos.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Mas, parece que figura no balanço?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Eu não tenho o balanço aqui, mas, isso consta, não é dos autos em Juízo, como na escrita da firma. Eu estranho muito isto. Porque não me parece que a distribuidora CBI, ou a própria CBI, ou qual-

essa companhia do grupo da CBI, seja credora da DOMINIUM.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Mas, a Ad Valorem, administração e participações, subscreeu aumento de capital da DOMINIUM, com crédito em conta corrente.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Exato. Eu já expliquei intensamente a V. Ex^a.

O SR. MEM DE SA (Relator) — São 12 milhões, em 4 de janeiro de 1967; 16 milhões, em 8 de maio de 1967, e 10 milhões, em 25 de setembro.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Exato.

Todos esses créditos eram legítimos.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Mas provê o aumento de capital?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Sim, mas com crédito em Conta-Corrente.

O SR. MEM DE SA (Relator) — De modo que era uma grande financiadora da DOMINIUM.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não é propriamente financiadora. E que esses créditos eram constituídos, precisamente, pela compra de direitos. Se ela era detentora de compras de direitos, ...

O SR. MEM DE SA (Relator) — Quer dizer que esse crédito provinha do que ela pagava aos acionistas, da subscrição de ações. Apenas em Conta-Corrente; ficava apenas contabilizado o crédito. A DOMINIUM não recebia o dinheiro, que é o bom mesmo ...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Isto ela não recebeu. Quer dizer, nas épocas oportunas, quando eram feitos os aumentos de capital, com novas ações, então entrava o dinheiro.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Então figurava apenas como uma intermediária, que não entrava com nada.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Exatamente.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Está claro.

SERAD subscreeu também aumento de capital, em 28 de agosto de 1967. São as incorporações. Subscreeveu, mas aqui, pela pergunta, será que foi constituída antes das incorporações? Porque as incorporações já foram feitas em nome da SERAD. A SERAD é que subscreeu o aumento de capital: em 28 de agosto de 1967 e 5 de setembro de 1967. Em 28 de agosto aconteceu o aumento de Capital de vinte e nove milhões.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não. Está errado, absolutamente errado, totalmente errado. A SERAD foi constituída posteriormente.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Quem subscreeveu foram os irmãos Ribeiro.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Quem subscreeveu o quê?

O SR. MEM DE SA (Relator) — Os aumentos de capital.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — A incorporação gerou novas ações e transferências.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Foram 29 milhões de ações, e foram subscritas pelos acionistas.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Só depois é que foi organizada a SERAD.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Sim, só depois é que foi organizada a SERAD. Os bens incorporados eram necessários aos fins sociais da DOMINIUM?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Eu acredito que necessários, não, mas úteis, porque creio em diversificação de uma grande empresa.

O SR. MEM DE SA (Relator) — A Empresa estava no começo...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — A Empresa tem uma dinâmica que não deve ser interrompida. Eu expliquei já a um outro Senador — creio que V. Ex^a não estava presente — sobre os projetos existentes para o total aproveitamento de propriedade, no Rio de Janeiro, do Moinho Inglês e o grande projeto de reflorestamento, em especial na Fazenda Buri.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Ai é que justamente uma pergunta tem cabimento a um homem de empresa, como é V. S^a: uma empresa que como V. S. diz, começa a produzir em 66 e alcança a plena produção em 67, e um ano depois imobiliza cerca de 40 milhões...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não imobilizou.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Imobilizou, porque o Moinho Inglês é uma imobilização.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não houve saída de recursos. Houve emissão de capitais, de ações.

O SR. MEM DE SA — Portanto, imobilização. Se tivesse havido colocação de debêntures, poderia servir para, por exemplo, a expansão dos negócios, o capital de giro, etc. ao passo que essa imobilização dependeria de uma liquidação dos imóveis, que é um processo longo e arriscado para uma empresa em começo.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não, porque a rentabilidade da empresa e as projeções financeiras lidas, cuidadosamente estudadas, indicavam a perfeita viabilidade e, até, seria de recomendar que aplicássemos grande parte dos lucros da empresa.

O SR. MEM DE SA — Não foi aplicação de lucros.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não, daí por diante, quer dizer, não houve saída de numerário da empresa dessas incorporações. Daí por diante, do projeto ou dos vários projetos, tanto os relativos ao Rio como da Fazenda Buri, a empresa pretendia aplicar grande parte dos lucros em reaplicações.

O SR. MEM DE SA — Eram lucrativas essas empresas, a Moinho Inglês e a Fazenda Buri?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — A Fazenda Buri é uma aplicação a longo prazo, para reflorestamento, como já expliquei anteriormente.

O SR. MEM DE SA — Está perfeito.

Outra pergunta: até que data os Srs. Ribeiro pertenceram à Companhia Distribuidora de Títulos e Valores, CBI? Nunca pertenceram?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Nunca pertencemos. Essas ações, se não me falha a memória, pertenceram transitivamente à Ad Valorem.

O SR. MEM DE SA — Da CBI e Distribuidora de Valores?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Exato.

O SR. MEM DE SA — V. Sas. foram acionistas da CBI Investimentos?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não.

O SR. MEM DE SA — Também não?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Nós, quem?

O SR. MEM DE SA — Pessoas físicas e a DOMINIUM.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Eu fui acionista da CBI até 1961 e 1962, e fui Presidente da empresa. De lá para cá não tive nenhuma ação.

O SR. MEM DE SA — Quando foi constituída a empresa Ad Valorem?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não tenho memória da data. Sr. Senador. Mas, ela foi constituída ...

Eu não sei responder. Mas, não é muito remota. A sua existência data de quatro ou cinco anos.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Tenho aqui mais uma pergunta, esta de caráter técnico.

Do pedido de concordata da DOMINIUM consta:

"Ultimamente, respeitando a nova tendência legislativa, abriu seu capital requerendo o competente registro do Banco Central, com o cumprimento das formalidades legais".

Pergunta-se: em que data foi feito este pedido e qual a decisão do Banco Central?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Temos cópia de toda a correspondência com o Banco Central e V. Ex^a poderá verificar.

O SR. MEM DE SA (Relator) — O Banco Central deferiu o pedido?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — O Banco Central indeferiu.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Quais os motivos?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Foram três os motivos, só não me engano. O primeiro foi a que o Banco Central havia recebido denúncia da Bolsa Oficial de Valores do Rio de Janeiro de que ações da empresa estavam sendo negociadas em mercado de balcão e, conforme legislação corrente, isto é proibido.

O SR. MEM DE SA (Relator) — A DOMINIUM requereu registro da emissão de suas ações para colocação delas junto ao público?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não, porque vinha sendo objeto de colocação no mercado de balcão.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Esta pergunta é uma confirmação categórica que me fez uma pessoa honesta.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Mas se estiveram em venda, é curioso que a Bolsa só reclamasse, ...

O SR. MEM DE SA (Relator) — Inclusive tenho a fotocópia do memorando da Fiscalização notificando a CBI que não podia vender mais em balcão, porque as ações só poderiam ser vendidas em Bolsa de Valores.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Durante quanto tempo?

O SR. MEM DE SA (Relator) — 25 meses.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — É curioso. Jamais vi cotação — e não duvido, evidentemente, da palavra de V. Ex^a, pois deve estar bem informado...

O SR. MEM DE SA (Relator) — A palavra não é minha, e, sim, do Dr. Emerson de Barros.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Pois acho curioso uma bolsa de Valores transacione com ações de uma empresa antes de essas ações da empresa serem objeto de registro naquela Bolsa.

O processo é registrar. Só pedimos registro recentemente, tanto na Bolsa de Valores do Rio como na de São Paulo.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Requereram recentemente?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Depois de setembro.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Só depois de setembro é que requereram registro?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Creio que sim.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Quer dizer, antes de setembro, não houve pedido de registro de emissões para colocação junto ao público. A colocação era feita toda em balcão.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Era toda feita na forma já explicada: pelos distribuidores.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Quem autorizou a impressão das cau-

telas — porque a CBI não podia imprimir sem autorização de alguém — a DOMINIUM?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Evidentemente, só a DOMINIUM é que poderia autorizar a impressão das cautelas.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Quais os diretores que assinavam as cautelas?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não sei responder a V. Ex^a. São muitos. Eu jamais assinei uma cautela.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Aqui tem uma relação enorme da maior parte das ações. E segundo o registro que está aqui, eram assinadas pelo Dr. Eduardo Guinle Filho.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Acho que seria, então, necessário fazer uma pesquisa sobre isso.

O SR. MEM DE SA (Relator) — A informação é de que o Sr. Eduardo Guinle foi um dos que mais assinaram cautelas. Era quem numerava as ações?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — É uma pergunta difícil de responder, porque eu funcionei num setor fora dessa atribuição, porque era o Presidente da Companhia.

O SR. MEM DE SA (Relator) — E qual era o Diretor que controlava esse setor, em que havia contato com as cautelas?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Esse controle era feito mais no Rio de Janeiro.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Não há possibilidade de haver cautelas falsas?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Evidentemente que há possibilidade de haver cautelas falsas. Inclusive, recentemente, houve cautelas da Braham que foram vendidas no Rio Grande do Sul, falsificadas.

Mas ocorre, facilmente, quando não há o controle de numeração e, evidentemente, deve existir o controle de numeração.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Qual o Diretor encarregado das compras de café?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — O Dr. Roberto Ferreira da Rosa, aqui presente, Diretor Comercial.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Qual a matéria-prima usada pela DOMINIUM, preferencialmente?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — "Grinder" ou seja escólia, esse tipo baixo.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Naturalmente, tinha uma influência decisiva sobre o gosto e a qualidade da bebida.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não, o "grinder" ou escólia é apenas o café quebrado, é o produto do beneficiamento do café, o grão quebrado.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Dá um bom café?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Dependendo da qualidade do café. Isso é sempre muito testado na fábrica. V. Ex^a encontra "grinders" de bebida excelente.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Dependendo da qualidade do produto, Se é tipo 4, 5, 6 e 7.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — O tipo do café não tem nada que ver com a bebida, o tipo é ordinário.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Não influi sobre a qualidade de café solúvel?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — O tamanho e a forma do grão não influem, de forma alguma, na industrialização do produto.

No mundo inteiro toda a indústria se utiliza de grinders, ou seja café quebrado, para a fabricação de café solúvel.

O SR. MEM DE SA — (Relator) — Dependendo do tipo da bebida: se mole, quente, arrefecida...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Se o grão quebrou, se a escuma ou a matéria-prima utilizada é de bebida ruim, evidentemente que não...

O SR. MEM DE SA — (Relator) — Qual era o tipo preferido? Era do café mole? Duro? Arrefecida ou frio?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Duro, para melhor; nunca arrefecida.

O SR. MEM DE SA — (Relator) — Qual era o preço médio desse tipo de café, em 66, que a DOMINIUM comprou?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Posso passar a palavra ao Dr. Roberto Ferreira da Rosa, que conhece, mais do que eu, este assunto.

O SR. ROBERTO FERREIRA DA ROSA — Até janeiro de 1967 o preço médio da matéria-prima, pago pela DOMINIUM é individualizado, exatamente porque tínhamos um contrato de fornecimento exclusivo com um único fornecedor que se comprometia a fazer a aquisição dos lotes no interior, o seu beneficiamento, a catagão eletrônica, e os lotes eram entregues a nós por 25 cruzeiros novos por saca.

Em 1967, depois de muitas pesquisas, conseguimos estabelecer nosso Departamento de Compras de café verde, diretamente e, logo no início de 67, conseguimos, através de compras diretas no interior eliminando, portanto, essas intermediações, a baixa do preço. Nos primeiros meses de 1967 iniciamos comprando, se não me falha a memória, por NCr\$ 13,50 e esse preço vai subindo, chegando até a 32 e 34 cruzeiros novos, no fim do ano.

Posso lhe dizer que a média, do último semestre de 1967 até a presente data, até a última compra, foi de NCr\$ 29,00 a saca. A compra foi feita sempre diretamente pela DOMINIUM por seus agentes, compradores da própria empresa, e o café era entregue na Capital com seu tipo e padrão especificados.

O SR. MEM DE SA — (Relator) — V. S. já explicou que em 1966 era comprado o café, indiretamente, por um fornecedor, através de um contrato. Pode-se saber o nome desse intermediário?

O SR. ROBERTO FERREIRA DA ROSA — Júlio de Queiroz Filho. Era uma empresa muito bem organizada que possuía um sistema de catagão eletrônico em São Paulo, com máquinas de elevado custo, e somente ele, naquela época, estava habilitado a fornecer o volume de café demandado pela indústria da Dominiun.

Mais tarde, pudemos comprar diretamente porque outras indústrias desse tipo de beneficiamento e catagão eletrônica estabeleceram-se em várias praças.

O SR. MEM DE SA — (Relator) — Ai então, em 1967, quando passou a ser a compra direta, quais eram os fornecedores?

O SR. ROBERTO FERREIRA DA ROSA — Passamos a comprar de dezenas de fornecedores, a maioria, inicialmente, no Estado de São Paulo e, mais tarde começamos a comprar no Estado do Paraná.

O SR. MEM DE SA — (Relator) — Ai indistintamente. As firmas tinham agentes compradores que percorriam as zonas adquirindo?

O SR. ROBERTO FERREIRA DA ROSA — Não exatamente, assim, Sr. Senador. A firma tem um departamento de compras situado na própria fábrica, onde recebe os produtores que vão lá oferecer as amostras, verifica as amostras e faz as ofertas, de acordo com o tipo do café desejado.

O SR. MEM DE SA — (Relator) — Uma pergunta de ordem técnica, para esclarecimento da Comissão: Os entendidos acharam a pergunta completamente desnecessária.

Quanto às sacas de café em grão são necessárias para a produção, do tipo equivalente, de café solúvel?

O SR. ROBERTO FERREIRA DA ROSA — Sr. Senador, eu tenho a impressão de que posso responder a esta mesma pergunta de maneira que será mais clara a resposta.

Com o café brasileiro, com o padrão que nós produzimos, e o padrão de café brasileiro que produzimos é de alta qualidade, porque a exigência do mercado é muito grande — a nossa taxa média de exportação, isto quer dizer que, a quantidade de café solúvel produzido com determinada quantidade de café verde, é de 28%, desde o início até agora. Para manter o padrão de qualidade que nós temos, no momento, o máximo que se pode alcançar é 30%.

Isto quer dizer que, para cada quilo de café verde entrado na fábrica, pode-se produzir até 300 gramas de café solúvel. No entanto, na "Dominiun" essa média, hoje, seria 280 gramas, porque a nossa média é de 28%.

O SR. MEM DE SA — (Relator) — E qual era o volume médio das compras mensais em 1967?

O SR. ROBERTO FERREIRA DA ROSA — Sr. Senador, em 1967 isto já dependia de verificação. Inicialmente no ano de 1967, em janeiro, com a produção da ordem de 400 toneladas mensais, aproximadamente a metade da produção atual.

Com a produção atual, da ordem normal de 800 toneladas mensais, o consumo médio mensal é de 45 mil sacas ou seja 600 mil sacas por ano, ritmo de produção atingido desde agosto de 1967.

O SR. MEM DE SA — (Relator) — Perfeito.

Agora vem uma pergunta decorrente dessa. A diferença entre o preço real e o preço pelo qual poderia ser escriturado não forneceria recursos para pagar aos tomadores de ações aquelas quantias mensais?

O SR. ROBERTO FERREIRA DA ROSA — Sr. Senador, a única coisa que posso dizer, como responsável que era pelo setor comercial da Companhia, e que todas as compras efetuadas pela DOMINIUM, de café verde, foram contabilizadas pelo valor real e efetivo.

Lamento dizer que não consegui alcançar esta segunda parte da pergunta de V. Exa.

O SR. MEM DE SA — (Relator) — A pergunta é se se poderia encontrar, aqui, a fonte de recursos quer para pagar o preço dos tomadores de ações, quer para pagar o "cábio português"?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não. Todas as compras de café foram rigorosamente contabilizadas pelo preço real de aquisição.

O SR. MEM DE SA — (Relator) — Bem.

Então me sobra uma última pergunta: os Deputados afirmaram, diversas vezes, que a situação da firma, até novembro, era muito boa; que foi em decorrência de registro alto do "IBO" e das circulares do Banco Central que advieram as dificuldades da empresa.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não. O fato de registro alto não altera a posição de prosperidade da empresa.

O SR. MEM DE SA — (Relator) — ... sobretudo as ...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Foi exclusivamente...

O SR. MEM DE SA — (Relator) — Sim.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — ... decorrente da Circular

111 e da Instrução 82, do Banco Central.

O SR. MEM DE SA — Bem, mas então...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Para dar uma ideia a V. Exa. Excelência, no dia em que nós pedimos a concordata, nós tínhamos apenas 72 dias vendidas de câmbio futuro, quando vínhamos vendendo...

O SR. MEM DE SA — Sete ou dois dias.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Sete e dois dias apenas de câmbio futuro vendido, quando anteriormente a estas instruções, tínhamos 120 a 150 dias.

No dia do pedido de concordata nós tínhamos, portanto, aquilo que sempre consideramos ser reserva de câmbios futuros por vender, dentro da nossa capacidade de produção de quase três milhões e quinhentos mil dólares.

Se não tivesse havido essa alteração, a empresa estaria com encargo ao ordem de dez bilhões de cruzeiros antigos.

O SR. MEM DE SA — (Relator) — A minha última pergunta é esta: essas circulares que foram tão nocivas ou prejudiciais à saúde, à vitalidade da empresa, explicam o passivo de 40 bilhões que surgiu no balanço de concordata, em cinco meses?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Bem, eu não sei qual é o passivo dela.

Evidentemente, Senador, vou procurar algum dado para esclarecer mais.

V. Exa. sabe que, numa concordata, todos os vencimentos futuros são antecipados para o dia da concordata. Então, a soma do passivo da empresa, que dentro da dinâmica e perfeitamente razoável, aliás, bastante baixo, aparenta ser mais alto devido ao pedido de concordata, quando foram adiantados, todas as datas de vencimentos.

O SR. PRESIDENTE (José Ernani) — Acompanhando o estudo desse problema, eu só tenho mais uma pergunta. As duas primeiras, elas já foram feitas por intermédio de Senador Atílio Fontana.

E a seguinte: quando os Ribeiro compraram a Companhia de Mineração e Metalurgia, esta garantia dada pela DOMINIUM ao vendedor foi ditada pela DELTEC, por que e qual a razão dessa garantia dada pela DOMINIUM à compra feita por acionistas e diretor da empresa?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — A garantia foi solicitada pela DELTEC e foi concedida pela empresa o aval e os estatutos o permitiam, porque já no ato da compra a intenção de incorporar aquele patrimônio à DOMINIUM existiu.

O SR. MEM DE SA — (Relator) — Já tinha dito isso.

O SR. PRESIDENTE (José Ernani) — Tem alguma outra pergunta a fazer? Quero informar o seguinte: Dr. Vicente Ribeiro nos ponderou que tem de embarcar no avião das 7 horas, que amanhã tem que depor, tem algumas coisas para ver em São Paulo. De modo que eu pediria, se fosse possível, respondesse à última pergunta, do Senador Carlos Lindemberg.

O SR. CARLOS LINDEMBERG — Serei rápido, Sr. Presidente.

Qual é o passivo declarado na concordata e qual o ativo da Companhia?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — O total do Passivo soma quarenta milhões de cruzeiros novos, porém, se deduzidas as operações autoliquidáveis e contratos de câmbio já com documentos entregues a bancos, café já embarcado, feitas estas deduções, o passivo total da Empresa se reduz a pouco mais de vinte milhões de cruzeiros novos.

O SR. CARLOS LINDEMBERG — E o ativo?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — O Ativo Imobilizado...

O SR. PRESIDENTE (José Ernani) — Seja importante, Dr. Vicente, se deixasse uma cópia desse balanço a Comissão.

Ai podia ser entregue ao Senador Lindemberg. Seria melhor. Ai seria estudado com cuidado.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Este, Senador Carlos Lindemberg (exibiu), é o Balanço Financeiro que foi apresentado junto com o pedido de concordata, de que deixei cópia com V. Exa., para análise.

O SR. CARLOS LINDEMBERG — Entregue à Presidência.

Agora, outra coisa: o Sr. diretor declarou que há um protocolo para a transferência dessas ações para determinadas organizações. Se for segredo de negócio, eu me escuso de perguntar.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Dependendo do Poder federal. Dependendo de resolver umas tantas coisas.

O SR. CARLOS LINDEMBERG — Outra coisa: o Sr. Diretor declarou que os diretores da Dominiun compraram o acervo do Moinho Inglês e venderam a própria Dominiun, da qual eram diretores. Não é isso?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Tinham incorporado.

O SR. CARLOS LINDEMBERG — Como foi feito esse pagamento?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Em ações. Uma sociedade foi incorporada à outra, houve aumento de capital, e essas ações então passaram a essas pessoas.

O SR. CARLOS LINDEMBERG — Agora, a Dominiun tinham conhecimento de que as ações eram vendidas não como ações, mas como títulos de renda fixa?

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não, jamais foram títulos de renda fixa, sempre ações.

O SR. CARLOS LINDEMBERG — Eu conheço vários tomadores destas ações ou desses títulos que tinham comprado como sendo títulos de renda fixa. Quando a DOMINIUM reduziu o juro, eles reclamaram do Sr. Eduardo Guinle, que prometeu, e havia prometido anteriormente, o repasse.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Eu creio que esta questão já foi amplamente esclarecida, por perguntas do ilustre Senador Mem de Sá, amplamente, acho que exaustivamente esclarecida.

O SR. CARLOS LINDEMBERG — Eu entendi que a DOMINIUM não tinha conhecimento dessa renda fixa. Mas se o Sr. Eduardo Guinle era Diretor de uma e de outra, era impossível que a Companhia não tivesse conhecimento disso.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não era propriamente, renda, era um preço pago pela venda dos direitos de revenda. Isto está amplamente explicado, se V. Exa. depois recorrer ao Relatório.

O SR. CARLOS LINDEMBERG — Eu estava presente e assisti, mas não entendi.

O SR. MEM DE SA — (Relator) — O que o Dr. Ribeiro explicou é que não havia a renda fixa. Havia, por parte de Ad Valorem, um contrato com o doador, um contrato de compra de direitos de dividendos, de bonificação. E então esse contrato era feito por um preço X e pago mensalmente. Já a DOMINIUM sabia e era a DOMINIUM que fornecia os recursos para a AD VALOREM, tanto que a AD VALOREM figura como credora da DOMINIUM, em Conta Corrente. A CBI entregava aos tomadores. Mas ele não quer que se diga que era renda fixa. Ele prefere que se diga, ticamente, que era o pagamento mensal de um preço. Agora, o que também o Dr. Ribeiro afirmou é que a DOMINIUM ignora-

va totalmente o segundo compromisso, o compromisso do repasse, que esse compromisso foi tomado inteiramente à revelia da DIMINIUM, com a ignorância da DOMINIUM por exclusiva responsabilidade da CBI.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Exatamente.

O SR. CARLOS LINDEMBERG — O que acontece é que um dos Diretores da DOMINIUM era o Dr. Eduardo Guinle, que era, também, das outras companhias que faziam esse repasse, essa promessa e ele, pessoalmente, prometeu a diversos que recompraria as ações. Por isso eu digo que os acionistas, esses que compraram esses títulos foram enganados.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Eu disse isso, por escrito, ao relatório que deixei aqui. Acredito que muita gente tenha sido enganada e que muita gente tenha comprado ações da DOMINIUM, supondo tratar-se de títulos outros.

O SR. CARLOS LINDEMBERG — Se um Diretor fazia isso, a conclusão a que se chega é de que a DOMINIUM sabia disso.

O SR. MEM DE SA — É claro dizer, há pessoas físicas e pessoas jurídicas. As pessoas jurídicas ignoravam e as pessoas físicas sabiam.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Eu não sabia, pessoalmente, e os Diretores da DOMINIUM. Todos os atuais ignoravam totalmente.

O SR. MEM DE SA — Mas o Dr. Edmundo Guinle foi Diretor até princípio de 1967.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Até maio de 1967, aliás um Diretor bem pouco ativo.

O SR. SENADOR MEM DE SA — Mas ele sabia e se ele sabia...

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — E a deve saber, porque Presidente da CBI.

O SR. MEM DE SA — Mas os demais Diretores também souberam.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Mas não sabiam.

O SR. MEM DE SA — Sr. Presidente, estou satisfeito.

Quero, ao encerrar agradecer a paciência e a tolerância com que o Dr. Ribeiro suportou as minhas perguntas que, como eu disse, foram propositalmente rudes. Mas quero que V. S. não veja nelas qualquer resíduo de animosidade pessoal. Ao contrário, que V. S. me deixou sob impressão de simpatia. E terei prazer em encontrar V. S. em condições mais amáveis mais tarde a nós dois. Mas, fique certo de que sou representante do povo que tem o dever de defender a economia nacional e a dos tomadores de ações, ludibriados por esse grupo.

O SR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Senador Mem de Sá, agradeço suas amáveis palavras e, mais uma vez, repito, não considere, em momento algum, sua atitude como atitude rude, mas como atitude de energia e de imparcialidade, como digno representante desta Casa do Legislativo que é.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Ermirio) — Dando por encerrada esta reunião, convocamos, para amanhã, às 10 horas, o Dr. Emerson de Barros.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Sr. Presidente, quando poderíamos ter, de nosso serviço de gravação, o depoimento do Dr. Vicente de Paula Ribeiro? Porque se o tivéssemos logo, poderíamos, na terça-feira, encerrar o depoimento do Sr. Emerson de Barros e do Sr. Vicente de Paula Ribeiro e assim poderíamos fazer perguntas a um e outro, concomitantemente.

O SR. JOSÉ ERMIRIO (Presidente) — Passo a sugestão ao Dr. Vicente de Paula Ribeiro.

O DR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Não creio que tal idéia seja uma boa sugestão, pois seria uma espécie de acareação e no caso de

afirmações, como já declarei, totalmente inverdadeiras de parte do Dr. Emerson de Barros, estaríamos num jogo em que seria a palavra de um contra a do outro. Não creio que viesse a ser construtiva uma reunião desta natureza.

O SR. PRESIDENTE (José Ermirio) — Então ficamos combinados para a próxima terça-feira. As 10 horas da manhã e depois poderemos solicitar a vinda do Dr. Edmundo Guinle e talvez fosse interessante, também, a vinda do Dr. Vicente de Paula Ribeiro. Dêse modo a convocação não seria somente ao Dr. Emerson de Barros.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Proponho que os dois compareçam.

O SR. PRESIDENTE (José Ermirio) — Solicito então a V. S. que informe pessoalmente ao Dr. Edmundo Guinle a nossa convocação para que compareça aqui na próxima terça-feira e depois procure se comunicar conosco, para assim solucionarmos mais rapidamente esse problema.

O DR. VICENTE DE PAULA RIBEIRO — Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (José Ermirio) — Dêse modo, nada mais havendo que tratar agradeço a paciência dos Srs. Senadores e dos depoentes pelo grande trabalho que foi feito hoje aqui em benefício de acionistas que desconhecem as manobras que podem existir no mercado de títulos no Brasil, quando feita por intermédio da Bolsa de Valores ou por venda de particulares. E isto servirá de exemplo para que esta Nação, no futuro, evite dificuldades e talvez distorções como estas que acabam de ser vistas aqui.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 50 minutos).

Subcomissão destinada a estudar a participação do Instituto Brasileiro do Café na produção do café solúvel e a concordata da Dominiun S. A.

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 1968

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, sob a Presidência do Sr. Senador José Ermirio, presentes os Srs. Senadores Mem de Sá, Paulo Torres e João Cleofas, reúne-se a subcomissão destinada a estudar a participação do Instituto Brasileiro do Café na produção de café solúvel e a concordata da Dominiun S. A.

Comparecem ainda os Srs. Senadores Carlos Lindemberg, José Leite, Atílio Fontana e Edmundo Levy.

Inicialmente, o Sr. Presidente comunica à Subcomissão os motivos desta reunião, ou seja, o depoimento do Dr. Emerson Cerbette de Barros, o qual, após fazer breve exposição se coloca à disposição dos Srs. Senadores para os esclarecimentos que forem necessários. Nessa oportunidade, são feitas indagações pelos Srs. Senadores Mem de Sá e Carlos Lindemberg.

Finalmente, o Sr. Presidente agradece ao Sr. Emerson Cerbette de Barros a sua presença.

Os debates travados na presente reunião foram taquigrafados e serão publicados como parte integrante desta Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues de Figueiredo Secretário da Comissão a presente Ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ANEXO DA ATA DA 2ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 1968, AS 10:00 HORAS DA MANHÃ

Publicação devidamente autorizada pelo Senhor Presidente da Comissão Presidente: Senador José Ermirio de Moraes

Relator: Senador Mem de Sá

Integra do apanhamento taquigráfico referido na Ata.

O SR. PRESIDENTE (José Ermirio) — Havendo número legal declarou aberta sessão.

O nosso convidado de hoje é o Dr. Emerson César de Barros, que nos diz que trabalha na PETROBRAS, e que já foi depoente aqui no Senado, quando veio em companhia do Marechal Queirós. Assim sendo, passaremos a palavra ao Dr. Emerson César de Barros, que nos fará sua exposição.

O SR. EMERSON DE BARROS — Sr. Presidente, Srs. Senadores, permito-me iniciar este depoimento perante a Comissão de Finanças do Senado nos mesmos termos em que iniciei o depoimento perante a Comissão de Economia da Câmara dos Deputados.

Desejo, faço questão fechada mesmo, que este depoimento seja feito sob o compromisso, mais que isso, sob a palavra de honra de dizer a verdade, apenas a verdade e toda a verdade.

No depoimento que prestei perante a Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, ao meu ver, contei todos os fatos de que tenho conhecimento, e procurei expor esses fatos de maneira franca, sincera e absolutamente honesta, como é do meu feitio e como se coaduna com o meu passado. A ele tenho apenas uma ratificação a fazer depois dessas três ou quatro semanas decorridas, depois de haver ouvido o depoimento do Dr. Vicente de Paula Ribeiro, Presidente da Dominiun S. A., Indústria e Comércio. E essa ratificação é a seguinte: afirmo, perante a Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, que as ações da Dominiun haviam sido cotadas na Bolsa durante, disse, na ocasião, textualmente, se não me falha a memória vinte e cinco meses. Quero, neste momento retificar meu depoimento, Sr. Presidente. Não foram vinte e cinco meses — foram trinta e três meses.

O registro das ações da Dominiun na Bolsa foi feito a 10 de setembro de 1963, e tem o nº 6.832. Aqui estão, e ponho-os à disposição e ao exame da Comissão, Boletins da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, mostrando a cotação das ações da Dominiun, no período que começou em janeiro de 1966 e se estende até 6 de maio de 1968, o dia mesmo em que, no fim do expediente forense a Dominiun requereu concordata. As ações haviam sido registradas na Bolsa sob esse número. Foram cotadas aqui tenho os boletins da bolsa, e todos eles da bolsa, de cotação da Dominiun. Não eram apenas vendidas em balcões.

E, aqui está, Sr. Presidente, Srs. Senadores o boletim da bolsa, de 6 de maio de 1968, dia em que foi requerida a concordata da Dominiun. Aqui está a cotação de ações da Dominiun. Esta é a única explicação que eu desejava aditar ao meu depoimento.

Em primeiro lugar, trazer essa prova documental, porque não só o Sr. Vicente de Paula Ribeiro, Presidente da Dominiun, como, segundo depreendi da pergunta que me foi feita na Comissão de Economia da Câmara, também o Sr. Celso Lima Araújo, gerente do Mercado de Capitais do Banco Central, fizeram afirmações em sentido oposto, pondo portanto, em jogo as minhas afirmações, e preci-

sava prová-lo para demonstrar, mais uma vez, que no meu depoimento nada há a retificar.

Sr. Presidente, tive a oportunidade de entregar à Comissão de Economia da Câmara, um jogo de documentos numerados de 1 a 57 e perguntarei a V. Exa., se este material foi encaminhado pela Comissão de Economia da Câmara dos Deputados à Comissão de Finanças do Senado?

O SR. MEM DE SA — (Relator) — A Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, através do seu Presidente, devido à premência de tempo, apenas nos cedeu dois exemplares do depoimento do Dr. Emerson de Barros e um jogo desses documentos. Esse jogo foi o único que nos foi enviado.

O SR. EMERSON DE BARROS — Então, Sr. Presidente, faria entrega a V. Exa. de um novo jogo dos mesmos documentos, para instrução da Comissão de Finanças do Senado.

Em carta ao senhor Deputado Adolpho de Oliveira, após meu depoimento, prometi, como havia prometido no depoimento, remeter as notas taquigrafadas da Assembleia Geral da Dominiun, realizada em 20 de maio de 1963.

Como logo a seguir verificarei que os depoimentos continuariam na Comissão de Finanças do Senado, retive os exemplares dessas notas taquigrafadas, que passo às mãos de V. Excelência agora.

Antes de fazer algumas afirmações complementares e não retificadoras de depoimento que prestei na Comissão de Economia da Câmara, poderia vênia, Sr. Presidente, para retificar, no que tive a oportunidade de dizer a essa Comissão, longe do microfone, na sessão da última quarta-feira, dia 19. V. Exa., por sugestão do Sr. Senador Mem de Sá, inquiriu a mim e ao Dr. Vicente de Paula Ribeiro sobre se concordávamos em tomar parte de uma acareação perante esta Comissão. Prontifiquei-me imediatamente a aceitar essa acareação, declarando que o fazia prontamente. Como o declarei longe do microfone certamente essa afirmação não corrige das notas taquigrafadas e faço questão de reafirmá-la agora, para que conste dos autos das investigações feitas por esta Comissão. E não só reafirmo como reitero, porque lamento profundamente que não esteja presente, neste momento, o Sr. Vicente de Paula Ribeiro, pois gostaria inenunciavelmente de dizer, na presença dele e não na ausência, as coisas que precisaria dizer a esta Comissão, hoje.

Sr. Presidente, tenho, graças a Deus, memória muito boa e do que ouvi do depoimento do Sr. Vicente de Paula Ribeiro, creio poder contar que, no essencial, Sr. Exa. não contraditor meu depoimento prestado na Comissão de Economia da Câmara que se dividiu, de fato, em quatro partes.

Afirmo que o esquema de venda das ações da DOMINIUM parecia, a mim e a juristas consultados, legítimos do ponto de vista jurídico e seria moralmente legítimo à medida em que os recursos arrecadados fossem honestamente aplicados. Neste ponto, não divergiu do meu depoimento o Sr. Vicente de Paula Ribeiro.

Em segundo lugar, disse que a mudança do sistema de remuneração das ações fora unilateral e injusta, certamente ilegítimo do ponto-de-vista jurídico e moral de parte da direção da DOMINIUM, contra a vontade, o conselho, a opinião das companhias seguradoras. Neste ponto, o depoimento do Sr. Vicente de Paula Ribeiro é a confirmação do meu depoimento.

A terceira parte do meu depoimento se referiu à maneira ilegítima, ilegal, imoral, por que se fizeram incorporações de bens à DOMINIUM

adquirindo Diretores certos patrimônios por um preço e os cedendo, sob a forma de incorporações, logo a seguir, a empresas de que eram Diretores, por três ou quatro vezes esse preço, e mais, adquirindo uma parte desse acervo, com o aval e a garantia da empresa de que eram Diretores.

Nesse ponto, o depoimento do Dr. Vicente de Paula Ribeiro é mais do que a confirmação do meu depoimento, é a confissão clara — em outro ambiente eu diria deslavada — de que esses crimes foram, realmente, praticados.

Por último, o meu depoimento procurou demonstrar como as distribuidoras se comportaram na luta em defesa do interesse dos acionistas, seus clientes, e de como foram surpreendidas, primeiro, pela afirmação, na Assembleia Geral de 29 de abril, de que o Governo, através do IBC, assumiria o controle acionário da DOMINIUM, e, logo a seguir, por uma incrível e até hoje inexplicada concordância.

Neste ponto, também, o depoimento do Dr. Vicente de Paula Ribeiro é a confirmação integral do meu depoimento, confirmação, inclusive, quando procura justificar a concordância com base na alteração do sistema de venda de câmbio futuro, reduzindo-se o prazo — S. Sa. disse que chegava a 150 dias, e ele próprio afirmou que se transformou em 72 dias, ou seja, 78 dias de câmbio futuro. 78 dias de câmbio futuro significam, na exportação da DOMINIUM, cerca de 4 milhões de dólares. 4 milhões de dólares ao câmbio atual, significam cerca de 14 bilhões de cruzeiros. E o passivo é de 40.

Parece difícil entender que a deficiência de capital de juro de 14 bilhões de cruzeiros explique o descalabro de um passivo de 40 bilhões de cruzeiros acumulados.

Aqui também cito o Sr. Vicente de Paula Rodrigues Ribeiro em seu depoimento no período de janeiro a maio, ou seja, S. Sa., muito expressivamente, que até 3 de janeiro, até a data da Resolução 83, se não me falha a memória, e a Instrução 103, do Banco Central a situação econômico-financeira da firma era — palavras de S. Sa. — excelente.

Uma firma não passa de uma situação excelente para a de concordância, com 40 bilhões de cruzeiros de passivo, apenas porque 13 ou 14 milhões de cruzeiros deixaram de entrar por mudança do sistema da venda de câmbio futuro.

Deixado de lado, porém, esse aspecto geral do depoimento de S. Sa., comparado com o meu depoimento, creio alguns fatos, alguns aspectos do depoimento de S. Sa. exigem, de minha parte, destaque o comentário.

O Sr. Vicente de Paula Ribeiro procurou distinguir como empresas totalmente desvinculadas entre si, na época em que as ações foram lançadas ao público, isto é, de fins de 1965 ao fim do 1º semestre de 1967. Totalmente desvinculadas e sem correlação a DOMINIUM, a AD VALOREM, e a CBI, distribuidora de títulos e valores. Chegou a afirmar Sua Senhoria que não tinha contratos com a AD VALOREM, da qual detinha apenas cerca de 10 % de capital. A verdade, porém, é que, nesta fase considerada, o controle acionário da AD VALOREM e da CBI distribuidora estava firmemente nas mãos do grupo de venda.

Deixarei com a Comissão os documentos e peço vênia para não os fr enfiando a porporção em que a eles me refiro, porque não tive tempo material de ordená-los e numerá-los, mas o farei antes de me retirar da Comissão, e deixarei com o Sr. Presidente.

A AD VALOREM foi organizada como sociedade civil por cotas de responsabilidade limitada, com o capital de 12 milhões de cruzeiros antigos.

O SR. MEM DE SA — Doze milhões de cruzeiros?

O SR. EMERSON DE BARROS — Lerei para V. Exª o relatório.

O SR. MEM DE SA — Só queria saber se eram milhões ou bilhões.

O SR. EMERSON DE BARROS — Também fiquei em dúvida quando li. Mas são doze milhões de cruzeiros antigos.

O SR. MEM DE SA — Ah! Sim. Doze milhões de cruzeiros antigos.

O SR. EMERSON DE BARROS — Sim, doze milhões de cruzeiros antigos, tendo como sócios: Vicente de Paula Ribeiro, Oto Luiz Ribeiro ...

O SR. MEM DE SA — Pode Vossa Senhoria dizer a percentagem de cada um?

O SR. EMERSON DE BARROS — Em igualdade de condições. Eram seis sócios e cada um com dois milhões de cruzeiros antigos de capital de participação. Mas, como ia dizendo: Vicente de Paula Ribeiro, Oto Luiz Ribeiro, Dalton Tibert Agertsi (?) Roberto Ferreira da Rosa, que foi Diretor de "DOMINIUM" e que acompanhou o Dr. Vicente nos seus depoimentos, Guilherme Luiz Ribeiro — filho de um dos dois, Oto ou Vicente, não garanto — e Eugênio Gonçalves Jimenez Martinez.

A 26 de maio de 64 foi criada uma filial da "AD VALOREM" no Rio, e constituídos Procuradores ...

O SR. MEM DE SA — A 26 de maio.

O SR. EMERSON DE BARROS — A 26 de maio de 64.

O SR. MEM DE SA — Fundada em São Paulo?

O SR. EMERSON DE BARROS — Fundada em São Paulo e sede em São Paulo.

O SR. MEM DE SA — Dois anos e pouco depois.

O SR. EMERSON DE BARROS — Não. Três meses depois. Fevereiro de 64 a maio de 64.

O SR. MEM DE SA — A instalação foi em 64. Então foi três meses depois.

O SR. EMERSON DE BARROS — Foi criada filial no Rio.

O SR. MEM DE SA — Mas filial, tipicamente filial, não era subsidiária?

O SR. EMERSON DE BARROS — Filial, por aditamento ao contrato. E o contrato e seus aditamentos fazem parte dos documentos que entregarei à Comissão.

E constituídos procuradores no Rio, para administração dessa filial: Eduardo Gueiroz Filho, José Tomás Ribeiro (e me permitam um ponto, para dizer um homem de bem a toda prova) o Hiel José Moreira. Não sócios, não cotistas: procuradores.

O SR. MEM DE SA — Não convém o senhor dizer os inocentes, porque a gente fica pensando que os outros não são.

O SR. EMERSON DE BARROS — Não estou me referindo a inocentes ou culpados, mas fazendo menção a um homem de bem que conheço.

O SR. MEM DE SA — Mas, fazendo assim, dará a impressão de que os demais citados...

O SR. EMERSON DE BARROS — Tenho outras exceções no meu depoimento.

O SR. MEM DE SA — Seria melhor não fazer.

O SR. EMERSON DE BARROS — Esse acho que devo ressaltar, esse acho um homem excepcionalmente correto.

A 31-12-65 foi operado o contrato social:

1º) para o fim de aumentar-se o capital de doze bilhões de cruzeiros velhos para sete bilhões e duzentos milhões de cruzeiros velhos.

2º) a distribuição das cotas, quando deu entrada na sociedade, logo depois, Eduardo Guinle Filho e Eduardo Guinle Neto, e Arthur Antônio Martins Costa.

3º) retirada do sócio Eugênio Martinez que cedeu suas cotas a um ou-

tro, Adauto Ribeiro, que já era sócio.

Por essa indicação de capitais, a participação dos sócios pagou na Dominiun, em 31-12-65, e se V. Exª me permitir dizer-lhe darei depois uma cópia do quadro que facilitará o exame das mesmas.

Em 28-66, isto é, vinte e oito dias depois a Ad Valorem se transformou em sociedade anônima com o mesmo capital e a mesma participação.

Desta sociedade anônima foram eleitos diretores os Srs. Othon Luiz Ribeiro, Arthur Antônio Martins Kós, Dalton Costa e Hélio José Moreira...

O SR. MEM DE SA (Relator) — A participação que nesta época tinha a Ad Valorem na Dominiun, qual era?

O SR. EMERSON DE BARROS — Nobre Senador a participação da Ad Valorem na Dominiun, como tive oportunidade de expor em meu depoimento perante a Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, foi sempre flutuante, porque a função da Ad Valorem era subscrever o aumento de capital da Dominiun, integralizá-lo por créditos em conta-corrente e, a seguir, vender ao público essas ações, de modo que ela não teve posição acionária permanente, nem mesmo essencial, na Dominiun. Havia uma flutuação de aumento de capital, a seguir vendia ao público com o decréscimo dessa participação até zero, ou quase zero. A seguir, nova participação do capital e, assim, sucessivamente.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Esse capital era subscrito em dinheiro à Ad Valorem?

O SR. EMERSON DE BARROS — Era subscrito por crédito em conta-corrente da Ad Valorem na Dominiun. Créditos esses sobre os quais não estu em condições de opinar porque não tive oportunidade de examinar os livros das duas empresas, para verificar como se acumulavam esses créditos em conta-corrente. Grande parte desses créditos eram legitimamente constituídos pela avaliação do ativo da Dominiun que provocava emissão de ações. A Ad Valorem recebia essas ações e as cedia, por sua vez, ao público. Não tendo porém oportunidade de examinar os livros, não tenho condições de dizer como se formaram esses créditos em conta-corrente.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Voltando à constituição do capital. Pela relação que V. Sª me deu, no capital de dezembro já a Dominiun tinha 50% desse capital.

O SR. EMERSON DE BARROS — Ações em ações preferenciais. O capital votante ou divididos: 50%, no grupo Ribeiro. Somando-se as participações do Sr. Vicente de Paula Ribeiro, do Sr. Oto Luiz Ribeiro, do Senhor Guilherme Luiz Ribeiro, do Senhor Roberto Ferreira da Rosa, também primo dos Ribeiro e companheiro de trabalho e do Sr. Dalmo Tibore da Costa, essa participação significava 50% a participação do Sr. Arthur Kós era de 15%.

O SR. MEM DE SA (Relator) — O Sr. Arthur Kós era do grupo Ribeiro ou do grupo Guinle?

O Sr. Arthur Kós era o homem de confiança dos Ribeiro, o homem forte do grupo, o eixo e o centro de todo esse esquema e do seu desenvolvimento.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Então deve figurar no grupo Ribeiro.

O SR. EMERSON DE BARROS — Eu o considero, nessa época, como do grupo Ribeiro, porque ele só rompeu com o grupo Ribeiro nos últimos meses do ano passado.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Quer dizer que nesses 50% V. Sª não incluiu o Sr. Arthur Kós?

O SR. EMERSON DE BARROS — Não.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Então os Guinle tinham apenas...

O SR. EMERSON DE BARROS — Tinham 35%. Os Ribeiro 50% e o Senhor Arthur Kós 15%. V. Exª, com a pergunta, antecipou o meu comentário a respeito da figura do Sr. Arthur Kós no episódio. Creio que, para definir a sua vinculação aos Ribeiro, basta dizer que no episódio da incorporação da Dominiun três diretores da Dominiun tomaram parte: O Senhor Vicente de Paula Ribeiro, o Senhor Oto Luiz Ribeiro e o Sr. Arthur Antônio Martins Kós. Se esta era a posição dos Ribeiro em relação à Ad Valorem não era diferente senão para a existência de um controle maior em relação à CBI — Distribuidora de Títulos e Valores. E, também, a CBI Financeira. Como esta não estava em causa, não salientei. O documento apresentado à Comissão, sob o nº 17, traz um contrato de cessão das ações da CBI, Companhia Brasileira de Investimentos e da CBI — Distribuidora de Letras e Valores, assinado a 4 de setembro de 1967, sendo cessionárias as empresas do Grupo Eduardo Guinle Filho e Francisco Augusto de Faria Batista, e cedentes outras empresas do Grupo Ribeiro.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Perdoe-me, mas os cedentes não foram Companhias, mas pessoas físicas.

O SR. EMERSON DE BARROS — A CBI Administradora é que cedeu as pessoas físicas Eduardo Guinle Filho e Francisco Augusto de Faria Batista.

O SR. MEM DE SA (Relator) — De modo que a CBI Administradora é quem tinha as ações? Precisamos ver a composição do capital da CBI Administradora.

O SR. EMERSON DE BARROS — Procurei verificar, Sr. Senador, para trazer à Comissão um número exato, porque, como soube, a CBI Administradora é cem por cento possuída ou pela Dominiun, ou pela Ad Valorem.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Preciso de alguns esclarecimentos. Primeiro: a CBI Administradora é a mesma CBI Distribuidora de Valores?

O SR. EMERSON DE BARROS — É a terceira companhia.

O SR. MEM DE SA — Então havia três CBIs? É a primeira vez que o senhor me diz isso. Havia três CBIs: a CBI Administradora; CBI, companhia de investimentos e CBI Distribuidora de valores?

Agora, V. Sª está me noupanando, porque eu queria desembrulhar esse emaranhado de CBIs.

O SR. EMERSON DE BARROS — Não é outro o meu intuito, Senador.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Então, queria, como nós somos ignorantes no assunto e V. Sª não desce, eu vou facilitar. Querida pergunta a V. Sª, primeiro: a Administradora CBI, quando foi constituída?

O SR. EMERSON DE BARROS — Confesso que não sei, Sr. Senador. Não tive tempo ainda de chegar lá.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Qual era o capital?

O SR. EMERSON DE BARROS — Não tive tempo de chegar lá. Esta companhia estava completamente fora do âmbito das CBIs.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Se ignora o capital, ignora quais os detentores desse capital?

O SR. EMERSON DE BARROS — Tenho apenas a informação verbal de que cem por cento possuído ou pela Ad Valorem ou pela Dominiun.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Era?

O SR. EMERSON DE BARROS — É.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Pois ela cedeu...

O SR. EMERSON DE BARROS — Cedeu as ações financeiras, a CBI financeira e distribuidora.

O SR. MEM DE SA (Relator) — V. Sª não sabe quando foi constituída não sabe qual é o capital e tem informação verbal de que é possuída pela Dominiun e Ad Valorem

A CBI Investimentos, todas, eram S. A.?

O SR. EMERSON DE BARROS — Todas são sociedades anônimas.

O SR. MEM DE SA (Relator) — A CBI investimentos foi constituída em 19...

O SR. EMERSON DE BARROS — Em 1945. Esta é a CBI. O capital dela, hoje, é de quinhentos milhões de cruzeiros velhos.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Mas nessa época...

O SR. EMERSON DE BARROS — Desde essa época, há muitos anos que o capital é de quinhentos milhões de cruzeiros.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Qual é a distribuição?

O SR. EMERSON DE BARROS — Chegamos ao ponto que eu ia abordando: noventa e poucos por cento desse capital — tenho a nota aqui de quantos por cento exatamente — 94,5% deste capital pertenciam à CBI Administradora, à Companhia Administradora CBI.

O SR. MEM DE SA — Pertencia à Administradora.

O SR. EMERSON DE BARROS — E foi objeto deste contrato que V. Ex.^a tem em mãos. E cedeu esses 94,5%, a 4 de setembro de 1967, a Eduardo Guinle e Francisco Augusto Batista. Agora vem afirmando esse contrato, como representante da CBI Administradora, V. Ex.^a verá inclusive no cabeçalho deste contrato, Vicente de Paula Ribeiro e Arthur Antônio Martins Costa.

O SR. MEM DE SA — Exato. E agora, a terceira CBI distribuidora de valores?

O SR. EMERSON DE BARROS — Foi criada com a transformação da Companhia Distribuidora de Papel que se chamava "Divisa".

O SR. MEM DE SA — Bem, isso não interessa. Ela foi criada em?

O SR. EMERSON DE BARROS — Foi transformada em CBI Distribuidora de Valores, salvo equívoco de memória, em 64 ou 65.

O SR. MEM DE SA — Mas, entre 64 e 65 são 24 meses. V. Ex.^a tem a data, o mês?

O SR. EMERSON DE BARROS — Não tenho sequer o ano. Não me preocupo em verificar a data em que a Companhia Divisa tomou o nome de CBI Distribuidora de Títulos e Valores. Não poderia dar essas informações a V. Ex.^a.

O SR. MEM DE SA — Qual é o capital da CBI Distribuidora?

O SR. EMERSON DE BARROS — Quinhentos milhões de cruzeiros.

O SR. MEM DE SA — Também?

O SR. EMERSON DE BARROS — Também.

O SR. MEM DE SA — E a composição?

O SR. EMERSON DE BARROS — Por este mesmo contrato se verifica verifica que 99,76% das ações pertenciam à CBI Administradora e foram cedidas a Eduardo Guinle e Francisco Augusto Batista.

O SR. MEM DE SA — Então, os Ribeiro ficaram só com a Administração?

O SR. EMERSON DE BARROS — Só. A Administradora era uma companhia que existiu para ser proprietária de ações.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Então, V. S.^a verifica que o mais deplorável é essa omissão a respeito do capital da CBI Administradora. Tudo indica que ela dominava pelos Ribeiro?

O SR. EMERSON DE BARROS — Pertenciam à Ad Valorem. Não consegui ainda tirar a limbo apenas este ponto. Mas me comprometo com V. Ex.^a a prosseguir na investigação e assim que obtiver os dados darei conhecimento a V. Ex.^a.

Quando o Sr. Vicente de Paula Ribeiro declarou que não mantinha qualquer contacto com a Ad Valorem, que nada sabia da CBI Administra-

dora, desde 1961, que não sabia como, quando e por quanto foram vendidas as ações da CBI Distribuidora de Valores, e da CBI Financeira a Eduardo Guinle Filho e a Augusto Ferreira Batista. Sua Senhoria, pelo menos, omitia a verdade, porque da Ad Valorem era acionista, o seu grupo tinha o controle majoritário e o seu irmão era Diretor; das duas CBIs, Financeira e Distribuidora de Títulos e Valores, ele era Diretor da companhia que detinha mais de 95% do capital de ambas.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Era Diretor da Investimentos?

O SR. EMERSON DE BARROS — Era Diretor da Administradora e, em nome da Administradora, vendeu as ações, porque assinou a escritura de cessão.

O SR. MEM DE SA (Relator) — V. S.^a não sabe que participação que ele tinha na Administradora?

O SR. EMERSON DE BARROS — Sei que a Administradora pertencia à Ad Valorem, que era controlada pelo grupo dele, ou à Dominium, que era dirigida por ele.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Bem, esse é outro ponto. A Dominium era já dirigida pelos Ribeiro ou tinha, como V. S.^a disse, sete milhões e sessenta?

O SR. EMERSON DE BARROS — Eles eram Diretores da Dominium, ele e seu grupo. O controle acionário não tinha, ninguém tinha.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Isto é muito importante: eles não tinham o controle acionário.

O SR. EMERSON DE BARROS — Da Dominium, não.

O SR. MEM DE SA (Relator) — E em sociedade anônima manda quem tenha o controle acionário.

O SR. EMERSON DE BARROS — Manda quem tenha o maior lote de ações ou consiga reunir o maior lote de ações. Nesse caso, eles mandavam, porque sempre conseguiram realizar as Assembleias Gerais com seu grupo. A coleção de datas das Assembleias Gerais faz parte do grupo de documentos entregues e mostra quem comparecia às Assembleias Gerais e quem decidia. Apenas o público não comparecia.

O SR. MEM DE SA (Relator) — O Sr. Vicente Ribeiro era Diretor da Ad Valorem também?

O SR. EMERSON DE BARROS — Não, o seu irmão Oto Ribeiro era Diretor da Ad Valorem e da Dominium, de ambas.

Outra afirmação do Sr. Vicente de Paula Ribeiro parece-me merecer destaque e retificação: que "as distribuidoras deveriam assumir o compromisso escrito de compra de direitos, e, se não o fizeram, foi lamentável falha" — creio esta a expressão usada — "e de que só agora" — dizia S. S.^a — "tomo conhecimento".

Os documentos entregues à Comissão de Economia, e hoje a esta Sub-comissão de Finanças de números 1 a 8 — e outros serão entregues hoje, infelizmente ainda não numerados, todos emitidos pela Ad Valorem, todos assinados pelo Sr. Hiel José Moreira, Diretor da Ad Valorem, Diretor da Dominium e sócio da SERAD, portanto beneficiário da incorporação do Molino Inglês — ditam normas sobre toda a colocação das ações; entram, inclusive, em pormenores sobre essa colocação, sobre a rentabilidade das ações, sobre a maneira de calcular e não contém uma só palavra sobre a necessidade ou mesmo a conveniência de que houvesse um compromisso escrito de pagamento de renda.

O SR. MEM DE SA — (Relator) — Posso ir em auxílio de V. S.^a, acrescentando que, em 6 de dezembro de 1967 e 5 de janeiro de 1968, a Ad Valorem mandava pagar à CBI 100 milhões de cruzeiros na primeira vez, e 100 milhões na segunda para pagamento do repasse feito à CBI.

O SR. EMERSON DE BARROS — Chegarei ao repasse, Excelência.

Gostaria de prestar um esclarecimento, principalmente a V. Ex.^a: quando afirmei antes, em depoimento a Comissão de Economia, que não havia compromisso escrito de pagamento de renda, parece que deixei claro que me estava referindo à inexistência de um instrumento específico, contendo esse compromisso, mas não quis dizer que não houvesse a promessa expressa, e, mais do que a promessa expressa, até um princípio de prova, por escrito, de que esse compromisso existia. Quando se entregava ao acionista a ação entregava-se, junto com ela, um carnê com o nome Dominium e a inicial, símbolo Dominium, monograma da Dominium. E esse carnê se referia a pagamentos mensais de quantias certas.

O SR. MEM DE SA — (Relator) — V. S.^a chama carne.

O SR. EMERSON DE BARROS — Eles chamavam também...

O SR. MEM DE SA — (Relator) — Guia-Recibo?

O SR. EMERSON DE BARROS — Não. Guia-Recibo foi um documento anterior emitido no início do desdobramento das ações por não haver caute-las expressas disponíveis. Sobre essas guias-recibo, apresento esses documentos que entrego, hoje à Comissão e o parecer do Dr. José Nabuco, tomado na ocasião sobre a legitimidade do procedimento. Era uma coleção de cartões IBM, perfurados para pagamento da renda mensal e controle para pagamento desta renda, o que constituía um princípio de prova por escrito de que havia compromisso.

Afirmou também o Sr. Vicente de Paula Ribeiro que o compromisso de direito se fazia sempre pelo prazo máximo de 12 meses.

Não há, na correspondência de "Ad Valorem" para a "CBI Distribuidora", entregue e a ser entregue à Comissão detalhada e minuciosa, como já referi, uma só palavra a respeito. Pelo contrário: num desses exemplares de ação — e V. Ex.^a dispõe de um deles — há um carimbo na de número 1507, quer dizer, a cautela número 135.458, que diz: "Foi entregue talonário" — como eles chamavam o "carnet" contendo como último cupom o de nº 33.

Acontece que a cautela começava em julho de 68. Não está bem legível o número do cupom, mas indo-se para trás pode-se chegar a ele: 21, 20, 19, 18, 17, 16, 15, 14, 13, 12, 11, 10. Do 10 ao 33. Se se entregava talonários que iam de 10 a 33, evidentemente não havia o prazo máximo de 12 meses, nem nunca foi objeto de cogitação esse prazo máximo. A intenção sempre foi a continuidade de pagamento da renda.

O SR. MEM DE SA — (Relator) — Permite uma interrupção?

O SR. EMERSON DE BARROS — Pois não. Com todo prazer.

O SR. MEM DE SA — V. S.^a traz só essa ação com esse carimbo? Porque, nos exemplares que V. S.^a deixou na Comissão de Economia, não figura esse carimbo.

O SR. EMERSON DE BARROS — Deixei dois exemplares com a Comissão de Economia iguais a esses.

O SR. MEM DE SA — Iguais a esses.

O SR. EMERSON DE BARROS — Num deles figura o carimbo; no outro não figura.

Não tive tempo de fazer uma busca para encontrar outros em que figurassem.

O SR. MEM DE SA — Quer dizer, não era comum o carimbo?

O SR. EMERSON DE BARROS — O carimbo era comum. A razão da diferença entre esses dois é que essa ação foi vendida no regime do 3% ao mês, e esta foi vendida no

regime de 2% ao mês, mais a valorização de um e meio por cento, que seriam distribuídos por ocasião do balanço. V. Ex.^a verá que nos dois carimbos apostos as duas ações são substancialmente diferentes.

O SR. MEM DE SA — Realmente, uma delas tem o carimbo, e outra não tem. Quer dizer que o carimbo é...

O SR. EMERSON DE BARROS — O sistema de 2%, retendo o acionista o sistema da valorização quando estava em 2% ao mês, foi de 67. Como se vê da correspondência da Ad Valorem que está entregue e vai ser entregue à Comissão.

Não cabe, portanto, a afirmativa do Sr. Vicente de Paula Ribeiro de que nenhum acionista se queixa de haver recebido o preço integral da cessão de direitos. Todos os acionistas se queixam, porque o sistema de cessão de direitos ou adiantamentos do dividendos não se fez sujeito a qualquer prazo, mas em termos de continuidade.

Afirmou o Sr. Vicente de Paula Ribeiro que o sistema de repasse foi criado pela C. B. I., sem autorização ou conhecimento da DOMINIUM ou da Ad Valorem ou dos Ribeiro.

Diz S. S.^a haver perguntado aos diretores da Ad Valorem que ainda lá estão, querendo com isso ressaltar o Sr. Arthur Martins Kós que lá não mais estaria, se tinham conhecimento dessa garantia de repasse, e todos negaram.

As cartas da Ad Valorem para a distribuidora, entregues à Comissão de Economia e as outras entregues a esta Comissão, hoje, fazem prova abundante de que a Ad Valorem determinava o sistema de repasse. Inclusive, numa destas cartas, não me lembro agora qual mas, poderia procurá-la se necessário, se diz:

Poderemos inclusive incentivar o repasse, quando for conveniente mas daremos sempre mantê-lo sob controle, de acordo com a nossa conveniência."

E V. Ex.^a fez referência, agora, a cartas da Ad Valorem remetendo informações para a CBI para fazer face a repasses, e também uma carta da DOMINIUM...

O SR. MEM DE SA — Esta Vossa Excelência não me deu.

O SR. EMERSON DE BARROS — Esta fora para aquele jogo de documentos entregues à Comissão de Economia. Há uma carta da DOMINIUM de 5.1.68 — é o documento nº 10 — em que se diz:

"Por ordem e por conta da Ad Valorem" estamos remetendo com milhões de cruzeiros para Porto Alegre pela ordem bancário tal, e V. S.^a em contrapartida remetam a Ad Valorem as caute-las da DOMINIUM correspondentes".

O SR. MEM DE SA — Exatamente é o documento nº 10.

O SR. EMERSON DE BARROS — Há uma carta da Ad Valorem de 6 de dezembro...

O SR. MEM DE SA — Há uma outra de 5 de janeiro...

O SR. EMERSON DE BARROS — A carta de 5 de janeiro me parece que é da DOMINIUM, estou lendo a relação.

Há uma carta da Ad Valorem de 6 de dezembro remetendo 6 milhões para o mesmo fim, é o Documento nº 9, salvo erro da minha lista.

Note, Sr. Senador, que são cem milhões de cruzeiros para repartir de ações da DOMINIUM, em pleno perigo da crise, quando já não tínhamos capacidade de manter o mercado e a DOMINIUM e a Ad Valorem contribuíram para essa manutenção do mercado com 450 milhões, no Rio de Janeiro — infelizmente as remessas bancárias eram feitas sem carta e,

por isso não pude trazer comprovação a esta Comissão; e 200 milhões para Porto Alegre, que são esses que estão documentados aí.

Permita-me, neste ponto, noite Senado. Mem de Sá, dar um esclarecimento, quanto ao grupo Vicente Ribeiro. V. Exa. demonstrou expectativa ante o comportamento da CBI — Distribuidora lançando, na ocasião, 1 milhão e oitocentos mil de ações da *Domínio* no mercado.

O SR. MEM DE SÁ (Relator) — Continuo com a mesma perplexidade.

O SR. EMERSON DE BARROS — Atente para o seguinte: uma companhia financeira vive da confiança da sua clientela. Isso é o seu patrimônio. Perdida essa confiança, ela dificilmente poderá sobreviver. Em fins de dezembro, princípios de janeiro, tínhamos uma esperança enorme de que a Diretoria da *Domínio*, espontaneamente ou pressionada pelo Banco Central, ao qual fazíamos todos os apelos possíveis, revisse sua posição e restabelecesse a confiança, dos tomadores do seu papel, nosso papel quer restabelecendo o sistema de renda mensal, quer pela emissão, por aquele, emissão de debêntures a que já me referi antes, que teria permitido normalizar o mercado. Para isso era essencial que o mercado se mantivesse num mínimo de cálculo, que o mercado se mantivesse num mínimo de estabilidade. Era preciso evitar o pânico dos acionistas, era preciso evitar que eles oferecessem aqueles padrões por qualquer preço a quem quisesse comprar. Era preciso manter mercado enquanto se procurava uma solução. O preço de um bilhão e oitocentos milhões de cruzeiros foi alto mais teria sido um bom preço se tivessem sido criadas as condições necessárias a que se resolvesse o problema.

Foi com esse objetivo que aconselhei, eu pessoalmente aconselhei firmemente aos proprietários da CBI, a fazerem esse sacrifício, porque continuava com a esperança. Não passava pela minha cabeça que as autoridades competentes não tivessem meios de levar a direção da *Domínio* ao razoável e permitissem que a situação chegasse ao ponto a que chegou.

Convencido de que alguma coisa aconteceria implorei que eles fizessem esse sacrifício e mantivessem o mercado, mantivessem o mercado em condições razoáveis de cálculo, à espera dessa solução. E só quando nos faltaram completamente as forças e também nos faltaram inteiramente as esperanças é que deixamos que o mercado estourasse.

Se V. Exas. ponderarem sob esses aspectos do problema verificarão que não houve da parte da CBI, Distribuidora, nenhuma confissão de culpa nessa atitude, nenhum ato impenhoso de jogar dinheiro pela janela. Houve o cumprimento do que ela considerava o seu papel no problema. A manutenção do mercado era essencial para que se esperasse uma solução e, enquanto se esperou a solução, procurou-se manter o mercado. As duas coisas, porém, vieram juntas; faltaram as forças para continuar mantendo o mercado e faltou, também, esperança, quando ouvimos, afinal da Direção da *Domínio* que nada, absolutamente, seria feito para evitar que o mercado estourasse. E o mercado estourou.

O SR. MEM DE SÁ (Relator) — Um outro ponto curioso do depoimento do Sr. Vicente de Paula Ribeiro refere-se à apuração do lucro por parte do Moimho Inglês e a Fazenda Paranabitinga foram incorporados à *Domínio*.

O SR. EMERSON DE BARROS — V. Exa. Senador Mem de Sá, com uma das numerosas, precisas e perucientes perquirições que fez ao Sr. Vicente de Paula Ribeiro, prestou

esclarecimento geral do problema um grande serviço. Pela primeira vez pudemos tomar conhecimento sobre o acervo por que a Fazenda Buri foi incorporada, pois até então tínhamos apenas incorporado o acervo da Paranabitinga, incorporada por oito bilhões, não sei quantos milhões de cruzeiros, mas não tínhamos maneira de saber que parte, nesse acervo do bem tangível, a Fazenda Buri representava. Com a pergunta de V. Sa. veio a confissão: 4 milhões e qualquer coisa.

Afirmou, porém, S. Sa. que a fazenda fora adquirida por 1 bilhão e duzentos milhões.

O SR. MEM DE SÁ — Mas ele teve que confessar que eram novecentos milhões.

O SR. EMERSON DE BARROS — Diria a V. Exa., hoje, com números precisos, porque só agora conseguimos encontrar a escritura de permuta dos andares da PERVAL com essa fazenda, lavrada num tabelionato de São Paulo, mas registrada em circunscrição de imóveis que nada tem a ver com a localização dos andares da PERVAL, e que nos custou três meses de busca e pesquisas para encontrar. Só no fim da semana passada a encontramos. Ainda não tenho a certidão, que talvez tenha sido remetida ontem à tarde de S. Paulo para o Rio de Janeiro, mas tive que vir a Brasília, na tarde de ontem, e não recebi. Mas o valor foi de 945 milhões, portanto bem mais próximo dos 900 do que dos 1 milhão e duzentos com que começou a jogar o Sr. Vicente de Paula Ribeiro, no seu depoimento. E, comprada por 945, foi incorporada, a seguir, por 4 milhões e qualquer coisa, a caminho dos 5. O número, me parece, não ficou muito preciso no depoimento do Sr. Vicente de Paula Ribeiro, mas já dá para mostrar que aí se foi até um pouco mais longe. Disse, porém, que esse patrimônio foi avaliado e foi avaliado por três peritos. Nas atas da assembleia geral, então oferecidas a esta Comissão. Da sua publicação no *Diário Oficial* se verifica que não houve laudo de avaliação, houve só peritagem, contábil, que reconhece como válidos os valores contábeis de patrimônio. Não se avaliou coisa nenhuma, constatou-se o que dos livros constava e não tinha meios de fazer análise desses livros. Tenho apenas o direito...

O SR. MEM DE SÁ (Relator) — E, aliás era o contador, o subcontador e um terceiro.

O SR. EMERSON DE BARROS — Um terceiro que se diz independente, Sr. Senador, direi a V. Exa. o nome desse terceiro: é Iocanaan Santos Pereira...

O SR. MEM DE SÁ (Relator) — São João Batista.

O SR. EMERSON DE BARROS — Acontece que ele, não precursor, foi seguidor. Um dos Diretores da *Domínio* se chama Sansão Santos Pereira. Direi que não é mera coincidência, são irmãos. O perito independente é irmão de um Diretor da *Domínio*, diretor de outras companhias do grupo, inclusive Companhia Técnica Serra Ribeiro, beneficiária da incorporação do Moimho Inglês.

O Sr. Iocanaan Santos Pereira é, ele próprio, homem que vive de prestar serviços às empresas do grupo, tem escritório de contabilidade, contratado permanentemente para prestar serviços de contabilidade às empresas do grupo. Ribeiro. Esse é o terceiro e mais independente dos peritos, calcula os outros.

Afirmou o Sr. Vicente Ribeiro, contraditando um dos pontos do meu depoimento, que não era essencial mas importante, que as atas das assembleias gerais, realizadas no primeiro semestre do ano passado, nas quais se fizeram as incorporações e aumento

de capital, foram todas publicadas no prazo legal de trinta dias.

Então os documentos que entreguei, hoje, a Comissão, esta uma cópia da petição de um acionista ao Banco Central, anexando certidão oficial da Junta Comercial de São Paulo, dos primeiros dias de novembro de 67, em que a Junta Comercial afirma que a unidade da assembleia geral registrada até aquela data era a assembleia de 3.3.67. A certidão é de novembro. Não vive tempo, entre o depoimento do Dr. Vicente de Paula Ribeiro e hoje, menos de uma semana, de obter nota certidão. Mas trouxe a cópia da petição deste acionista ao Banco Central que anexa certidão e a ela faz referência. Entre as atas das assembleias gerais que foram entregues à Comissão, verifica-se que a assembleia de 3 de maio foi publicada a 16 de agosto; a de 5 de maio, a 16 de agosto; a de 28 de agosto, a 22 de dezembro; a de 9 de setembro a 22 de dezembro; a de 25 de setembro, a 22 de dezembro. Entre agosto e dezembro, 4 meses portanto nestes 4 meses se realizaram assembleias em que se fizeram as incorporações, do modo que não havia como o acionista saber que as incorporações tinham sido feitas, senão em dezembro, quando as atas foram publicadas.

Sr. Presidente, pediria a V. Exa. que me emprestasse a pasta azul com documentos que eu me permitira ler para a Comissão. (Pausa).

Há uma pergunta que não foi objeto do meu depoimento porque o fato me era desconhecido à época. O Sr. Vicente de Paula Ribeiro procurou demonstrar à Comissão que não havia irregularidade de numa falada transferência de bens da *Domínio*, porque teria sido ressaltado, de maneira expressa, no contrato de compra do acordo do Moimho Inglês e na avaliação deste ao acervo que estes bens não faziam parte da transação.

O SR. MEM DE SÁ — Mas o Sr. Vicente de Paula Ribeiro prometeu mandar os documentos.

O SR. EMERSON DE BARROS — V. Exa. possui já estes documentos que entreguei a Comissão de Economia sobre o contrato de cessão entre a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração e o Sr. Vicente de Paula Ribeiro e a firma Martins Costa. Neste documento, o que se compram são as ações do Moimho Inglês, compra-se todas as ações menos sete. Neste documento, Senhores Parlamentares, não há a mais mínima ressalva a coisa nenhuma, e muito menos qualquer referência a que certos bens estariam excluídos da transação.

O SR. MEM DE SÁ — Irei cobrar esses documentos do Sr. Vicente de Paula Ribeiro. Mas V. Exa. se refere à escritura de venda da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração...

O SR. EMERSON DE BARROS — Para os Ribeiro.

O SR. MEM DE SÁ (Relator) — ...para os Ribeiro. Agora, o que ele afirma é que na escritura dele, no contrato dele...

O SR. EMERSON DE BARROS — Não há. Perdoe-me V. Exa., mas se V. Exa. ler o depoimento do Dr. Vicente de Paula Ribeiro verá a afirmação categórica de que no documento entre a Mineração e ele...

O SR. MEM DE SÁ (Relator) — Ele não se referiu à Mineração.

O SR. EMERSON DE BARROS — V. Exa. vai perdoar-me, mas essa foi a afirmação. Estou tranquilo. Pediria a V. Exa. que lesse o depoimento dele, estou tranquilo, porque V. Exa. vai encontrar isso.

O SR. MEM DE SÁ (Relator) — Ele deixou a coisa no ar.

O SR. EMERSON DE BARROS — Não deixou. Neste ponto, minha memória fotografou o depoimento do Dr. Vicente de Paula Ribeiro. Ga-

ranto a V. Exa. que está lá, no depoimento dele, essa minha afirmação, mesmo porque esse é o único documento. Os documentos seguintes foram as atas das Assembleias Gerais das duas Companhias aprovando as incorporações, e o laudo de avaliação; também nos laudos de avaliação S. Exa. disse que foram expressamente excluídos esses bens. Os laudos de avaliação estão transcritos nas atas e não há nenhuma referência à exclusão. E S. Sa. fez mais. S. Sa. afirmou que deu uma promissória em garantia de que esses bens seriam devolvidos à SAN?

O SR. MEM DE SÁ (Relator) — O valor em cruzeiros.

O SR. EMERSON DE BARROS — No valor de um milhão e trezentos cruzeiros.

O contrato de cessão — documento número 33 — diz o seguinte:

"A Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, com sede, representada, etc. ...

O SR. MEM DE SÁ (Relator) — V. Sa. não precisa ler. Realmente não há nada.

O SR. EMERSON DE BARROS — Mas Senador, se V. Exa. me permitisse, queria dar ênfase num ponto.

"...como cedente, o Vicente de Paula Ribeiro, Oto Luis Ribeiro, Arthur Kos e Celso Coud, têm justo e contratado o seguinte: a promissória vendida é promissória de 17 milhões, 440 mil 978 ações ordinárias do Moimho Inglês. Todas as ações do Moimho Inglês, menos sete. Os promitentes compradores contrataram com a DELPEC um empréstimo de... Pelo presente instrumento o promissário vendedor promete render aos compradores, pelo preço de 8 milhões 548 mil, etc., (os quais 7 milhões 179 mil 957 cruzeiros e 77 centavos corresponde ao financiamento da DELPEC).

Portanto, o DELPEC pagaria diretamente a vendedora.

O SR. MEM DE SÁ (Relator) — Portanto, há uma transferência do crédito para a Mineração e, até, procuração para receber.

O SR. EMERSON DE BARROS — E o saldo, Senhores Membros da Subcomissão, de 1 bilhão 368 mil 520, mediante entrega de nota promissória de emissão aos promitentes compradores, com vencimento em 14 de janeiro de 1958.

A promissória não se destinava a garantir a exclusão de bem nenhum, era parte do preço. E o que se está fazendo, agora, Srs. Senadores, é pagar essa promissória, como fez a *Domínio*. Não passou a violação do Código Penal, feita até agora. Precisava ao fazer mais. O que está fazendo, agora, e tirar, do patrimônio da *Domínio*, certos bens para com ele saldar essa promissória, da emissão dos compradores-diretores da *Domínio*. Creio que o fato vale por si mesmo e dispensa comentários.

Por último, Sr. Presidente, Senhores Senadores, o Sr. Vicente de Paula Ribeiro afirmou ser totalmente inverídica a minha afirmação. S. Sa. me declarou que prometera extinguir as duas CBI, para que os acionistas não tivessem a quem se queixar, quando fosse alterado o sistema de remuneração.

Até agora, os cheques entre o meu depoimento e o de S. Sa. puderam ser dirimidos com a apresentação de documentos que mostraram que a verdade estava com o meu depoimento, e a inverdade com o depoimento de S. Sa.

Agora, restam duas palavras: uma contra a outra.

Parece-me que não faria sentido. Ninguém, conhecendo tem psicologia humana, suporia que, dispondo de tantos fatos comprováveis por do-

umentos, eu fosse inventar uma mentira em ponto absolutamente secundário do problema. Restam a palavra de S. Sa. e a minha palavra.

Honro-me, Sr. Presidente, Senhores Senadores, de ter um passado que pode ser investigado em qualquer extensão ou profundidade. Nesta Casa mesmo há Senadores pela Bahia: o Suplente de Senador Eduardo Calafalo, o Suplente de Senador por Sergipe, Dylton Costa. Na Câmara dos Deputados praticamente toda a Bandeira Baiana, meus ex-mestres, meus ex-contemporâneos; conhecem a minha vida e podem dar testemunho dela. De um lado a minha palavra. Do outro lado a palavra do Sr. Vicente de Paula Ribeiro cujo passado não pode ser investigado em nenhuma extensão ou profundidade com tropeços contínuos, com o Código Penal. De um lado a minha palavra. Do outro lado a palavra dele.

Reafirmo, Sr. Presidente e Senhores Senadores, sob a palavra de honra, de que em Nova Iorque, a 14 de novembro de 64, entre meio dia e meio e duas horas da tarde, almoçando no restaurante, ouvi do Sr. Vicente de Paula Ribeiro, esclarecido, que tinha sido projeto de S. Sa., projeto que ele naquele momento revelava, ex-inguir a CBI — Distribuidora e a CBI — Financeira, com o objetivo de evitar que os acionistas, quando mudado o sistema de remuneração das ações, viessem aqui se queixar. Porque a responsabilidade seria lançada sobre a Distribuidora, como culpada única do modo como venderam as ações. A DOMINIUM afirmaria a sua inocência e desenvolvimento sobre esse modo, e o problema morreria por si mesmo.

Disse-me, mais uma vez, S. Sa.: "Esta gente não terá a quem se queixar", o que me levou a ponderar que "essa gente" havia contribuído com os recursos financeiros que permitiram a inegável capacidade empresarial do Grupo Ribeiro construir a fábrica de café-solúvel.

Entende-se que S. Sa. hoje negue, a despeito dessas afirmações, porque essas afirmações o deixaram mal colocado. Não fiz uma delas senão quando a necessidade da luta me disse dos interesses dos acionistas, que, para nós — CBI — Distribuidora de Títulos — é sagrado; e na defesa da nossa própria sobrevivência como empresa, foi necessário trazer a público todos, absolutamente todos os fatos do problema.

Não estou aqui, Senhor Presidente, Senhores Senadores, como advogado da CBI, distribuidora de títulos e valores.

Faz muitos anos deixei de exercer a profissão, nem fui contratado como advogado, fui contratado como administrador. E aqui vim, como fui à Comissão de Economia da Câmara, espontaneamente, fui como administrador, para defender a Administração que ajude a dirigir. Fui e vim não para substituir o Senhor Eduardo Guinle ou para permitir que, atrás de mim, ele se escondesse, mas para dar o testemunho de quem, desde agosto do ano passado, outra coisa não faz se não desvendar todos os aspectos deste problema, para sustentar esta luta.

Advogados os constituímos para as pessoas Miguel Seabra Fagundes, Eduardo Seabra Fagundes, Valdir Freitas Castro que, a esta hora, já requereram no juízo de S. Paulo um protesto contra a alienação das ações, da SERAD, como medida preparatória da ação anulatória dessas incorporações. Entre os documentos que destaquei há uma cópia da petição do processo oferecido, hoje, à Comissão, e esta ação anulatória deverá ser requerida em São Paulo, nos próximos dias. Estamos dependendo apenas da obtenção desta escritura da permuta da PERVAL pela Fazenda Buri,

que constitui a base das incorporações da Companhia de Melhoramentos Paranapitanga.

Pego, Senhor Presidente, Senhores Senadores, que me perdoem se porventura houve alguma veemência um pouco fora dos cânones. Mas há momentos em que a revolta íntima extravasa nas palavras um pouco além do que desejamos.

Estou à disposição dos Senhores para as indagações que desejarem.

O SR. PRESIDENTE (José Ermirio) — Tem a palavra o nobre Senador Mem de Sá.

O SR. MEM DE SÁ (Relator) — Devo declarar que o nobre depoente não tem de que se desculpar, pela veemência que caracterizou todo o seu depoimento. Não tem do que se desculpar por um motivo muito simples: S. Sa. está depondo perante uma das Casas do Congresso Nacional, em que a veemência é moeda corrente e não nos impressiona. Estamos tão acostumados com a veemência, que quando não há veemência até ficamos admirados.

De modo que queria dizer a V. Sa. que não se preocupe, porque é comum, é natural e não nos impressiona a veemência.

Desejaria fazer poucas perguntas a V. Sa., dependendo sobretudo da resposta à primeira.

Gostaria de saber, que V. Sa. me esclarecesse, em que data V. Sa. ingressou na CBI — Distribuidora.

O SR. EMERSON DE BARROS — Ingressei na CBI — Financeira.

O SR. MEM DE SÁ (Relator) — Financeira?

O SR. EMERSON DE BARROS — CBI — Financeira, ingressei como empregado, a 28 de agosto de 1967. Como tive oportunidade de esclarecer ao Senhor Presidente, pouco antes do início da reunião, sou empregado da PETROBRAS desde 1º de julho de 1954, e a ela servi continuamente até 5 de agosto de 1967, quando, por divergência pessoal com o Diretor da empresa, senti-me na posição de requerer uma licença e me afastar da Petrobras por um certo prazo. Nessa oportunidade, fui convidado pelo Dr. Eduardo Guinle Filho para compor a equipe que S. Sa. pretendia formar para dirigir a CBI — Financeira e a CBI — Distribuidora, cujo controle acionário acabara de adquirir, juntamente com o Dr. Francisco Batista. A 28 de agosto de 1967 comecei a trabalhar na CBI — Financeira.

O SR. MEM DE SÁ (Relator) — Investimentos?

O SR. EMERSON DE BARROS — Investimento.

Logo a seguir, em meados de setembro, o Dr. Eduardo Guinle foi informado pelo Dr. Otto Ribeiro, Presidente da Dominiun e Vice-Diretor da Ad-Valorem, de que essas empresas pretendiam alterar o sistema com relação às ações. A gravidade do problema, a gravidade das consequências dessa atitude, para a CBI — Distribuidora e, por via de consequência, para a CBI — Financeira, levou o Dr. Eduardo Guinle a me incumbir de, nas duas companhias, tratar da causa da Dominiun e defender os interesses das empresas e dos acionistas, representando-as perante as autoridades competentes e perante a diretoria da DOMINIUM.

Por essa razão fui eleito Vice-Presidente Executivo das duas companhias, a 20 de novembro de 1967. Assumi as funções da Distribuidora imediatamente, porque independia, a essa ocasião, de aprovação do Banco Central e assumi as funções na CBI — Investimentos num dia de janeiro, ou melhor, de dezembro de 1968, que não me recordo, depois de aprovada pelo Banco Central a investidura, na forma da legislação em vigor.

O SR. MEM DE SÁ (Relator) — Era precisamente essa a impressão que me tinha deixado o seu depoimento o que, com a franqueza e a lisura de

sua posição, torna bem claro um ponto: que V. Sa. ingressou nesse conjunto de companhias, de empresas, nesse emaranhado organizado pelos Ribeiro e pelo Dr. Guinle, somente em agosto ou em setembro de 1967, e que depois disso, nesse novembro, como Vice-Presidente, e acrescento, com muita certeza, que a sua posição era defender essas empresas perante as assembleias da DOMINIUM e perante as autoridades federais.

O SR. EMERSON DE BARROS — Representar as Companhias como administrador perante as autoridades.

O SR. MEM DE SÁ (Relator) — Mas era uma representação como administrador que exigia um advogado da habilidade e da capacidade cultural e intelectual que V. Sa. acaba de dar demonstração cabal.

O SR. EMERSON DE BARROS — Eu acabava de ser, durante 14 anos, administrador e não advogado.

O SR. MEM DE SÁ (Relator) — V. Sa. foi, como disse, sobretudo, o administrador para representar — e, aqui neste depoimento, V. Sa. mostrou que é muito mais advogado que administrador; sobretudo, aqui, mostrou que os fatos todos de que V. Sa. trouxe a conhecimento, V. Sa. não participou e nem pertencia às empresas.

O SR. EMERSON DE BARROS — Não todos.

O SR. MEM DE SÁ (Relator) — O que ocorreu depois, praticamente, são as sequelas dos fatos graves ocorridos antes. O que ocorreu de grave foi antes. Foi primeiro o problema da captação de recursos populares e, depois, aquela manobra de captação, pela maioria, do controle acionário da DOMINIUM.

De modo que, como eu digo, o depoimento de V. Sa. com o devido respeito, é muito valioso, seu depoimento é muito valioso como denúncia. V. Sa. trouxe ao nosso conhecimento fatos de que teve conhecimento depois de eles haverem acontecido; mas, para mim, tem muito mais significação o que o depoimento do Dr. Guinle, como teve já o depoimento do Dr. Vicente Ribeiro.

V. Sa. esclareceu, por exemplo, graças a isso, uma das perguntas que eu tinha aqui escrito sobre essa revelação que só hoje se esclarece. Eu pensava que havia duas CBIs e havia três, sendo que havia uma CBI que era apenas uma entidade, sem nenhuma atividade específica, que controlava a CBI — Investimentos e CBI — Distribuidora.

De modo que a cessão de direitos, a cessão de ações foi feita pela Administradora, em que a DOMINIUM tinha a total controle.

O SR. EMERSON DE BARROS — A DOMINIUM e a AD-VALOREM.

O SR. MEM DE SÁ (Relator) — Mas, por outro lado, há nos documentos que V. Ex. apresentou, um documento em que a CBI — Administradora cede as ações que tinha sobre a CBI — Investimentos e a CBI — Distribuidora ao Senhor Guinle e Senhor Francisco Augusto.

V. Sa. afirmou, e eu não posso pôr em dúvida a sua palavra. Seria, além de descortez, desconfiado. V. Sa. afirmou que o Senhor Ribeiro lhe havia declarado reiteradamente em Nova Iorque que iria extinguir as duas empresas para que ninguém se pudesse queixar de manobras realizadas dentro da DOMINIUM e da AD-VALOREM e isto apesar dos apelos que V. Sa. lhe dirigiu em sentido contrário.

O SR. EMERSON DE BARROS — Perdão, o Sr. Vicente Ribeiro me declarou que havia sido sua intenção à época, extinguir as duas companhias.

O SR. MEM DE SÁ (Relator) — Qual era a época?

O SR. EMERSON DE BARROS — Era maio, junho de 1967, quando o Banco Central exigia a regularização da CBI — Financeira e era pre-

ciso ou fechá-la ou entrar com o dinheiro novo, de um bilhão, com milhões e tanto.

O SR. MEM DE SÁ (Relator) — E isso não foi feito?

O SR. EMERSON DE BARROS — O que não foi feito? Essa extinção. A entrada do dinheiro, sim. Esta foi feita pelo Dr. Eduardo Guinle e Francisco Batista teve parte do preço em dinheiro entregue à Administradora. E a Administradora, com esse dinheiro expungiu da CBI — Financeira aquelas operações irregulares, de que o Banco Central havia exigido a regularização.

O SR. MEM DE SÁ (Relator) — Mas, há, então, uma contradição da parte do Sr. Ribeiro. Em maio, estaria disposto a extinguir, naturalmente pagando o que fosse preciso para obter o seu *desistatutum*, pelo que V. Sa. diz, de extinguir a companhia para que essa não tivesse a quem se queixar. Entretanto, meses depois...

O SR. EMERSON DE BARROS — Completou ele: "A Administradora fez questão de comprar e manter a companhia aberta, para a sorte as consequências, não vou mover uma palha para evitar que isso aconteça".

O SR. MEM DE SÁ (Relator) — Quer dizer, ele evitou ou andou, porque depois de haver dito, isso em maio de 1967,...

O SR. EMERSON DE BARROS — Em maio ele não disse Senador; ele me contou, em novembro de 67, fatos posteriores. Quando, em maio, o Banco Central exigia aquela regularização, era minha intenção, meu objetivo, extinguir as duas CPIS.

O SR. MEM DE SÁ (Relator) — Mas, em maio de 1967, o sistema de pagamento dos dois por cento estava regular.

O SR. EMERSON DE BARROS — Mas, me disse ele estava envolvido em 2, 3, 5 ou 6%, em setembro ou outubro.

O SR. MEM DE SÁ (Relator) — Há, sem dúvida alguma, neste ponto, uma obscuridade.

Se V. Ex. me disser qual a obscuridade, eu tentarei esclarecer.

O SR. MEM DE SÁ (Relator) — A obscuridade é essa: em novembro, fazendo confidências ao senhor, ele não podia ter nenhuma confiança, ele só podia ter suspeitas...

O SR. EMERSON DE BARROS — Direi a V. Ex. que ele me conhecia de antes, de quando eu era representante em Nova York, e tratava-me na época, com a consideração devida.

O SR. MEM DE SÁ (Relator) — Consideração é uma coisa, confiança é outra.

O SR. EMERSON DE BARROS — Creio que ele me conhecia e confiava.

O SR. MEM DE SÁ (Relator) — Mas a nenhum adversário se faz segredos que comprometem.

O SR. EMERSON DE BARROS — V. Ex. tem todo o direito de por dúvidas à minha palavra.

O SR. MEM DE SÁ (Relator) — Não estou pondo em dúvida a sua palavra. Estou querendo salientar essa obscuridade entre o que Vossa Excelência afirmou — e que eu não posso duvidar, primeiro porque seria uma descortezia, em segundo lugar, porque não tenho fundamento algum — entre sua palavra e este documento. Pelo que V. Ex. disse, em novembro de 67, depois portanto da assembleia de novembro de 67, depois portanto do golpe dado aos acionistas, depois portanto dos acionistas já estarem em pânico, vendendo as ações, ou querendo vendê-las a quem quer, depois de tudo isto, declarou V. Sa. que o Dr. Vicente de Paula Ribeiro, em Nova Iorque, lhe fez confidências, dizendo que em maio...

O SR. EMERSON DE BARROS — Não chamaria de confidências —

me dizia, porque a sua posição era de não mexer uma palha na matéria.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Ainda mais, dizia, segundo suas palavras, que ia extinguir...

O SR. EMERSON DE BARROS — Tinha querido extinguir. Não ia extinguir porque a época não tinha mais controle de coisa nenhuma.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Essa declaração há mais outro sentido.

O SR. EMERSON DE BARROS — Gostaria que V. Exa. dissesse onde está a obscuridade para que eu esclareça.

O SR. MEM DE SA (Relator) — V. Ex. disse tinha querido, tinha dedido... No entanto em maio a situação era perfeitamente normal, o sistema de captação de ações estava funcionando a todo vapor, os colonistas estavam recebendo e então se ele tinha a intenção, que ele disse, de extinguir, ele podia ter extinguido.

O SR. EMERSON DE BARROS — Ele disse: O Eduardo fez questão de comprar. Comprou e já está soltando as consequências.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Eu tenho documento a respeito.

O SR. EMERSON DE BARROS — Eu conheço um documento de maio de 1965, em que o Banco Central aponta operações irregulares e, logo a seguir, exige esclarecimentos da CBI levantamentos, etc., que foram apresentados, e impôs a condição de, em trinta dias, regularizar a situação.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Mas eu lhe posso informar que, em julho de 1965, houve mais uma inspeção da CBI — Investimentos, e o Inspetor que a realizou reportou-se, ainda, a investigações anteriores, e disse que a situação tinha melhorado.

O SR. EMERSON DE BARROS — As inspeções nas empresas financeiras se fazem periodicamente.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Antes de julho de 1965, havia inúmeras irregularidades na CBI — Investimentos.

O SR. EMERSON DE BARROS — Não duvido. Refiro-me a que o Banco Central deu trinta dias para que regularizasse a situação. Esta foi a inspeção que deflagrou o projeto de compra.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Não quero afastar-me, apenas estou fazendo meu depoimento sobre fatos e não sobre juízo.

Do modo que meu juízo está em suspensão.

Verifico que há uma colisão entre as afirmações do Dr. Ribeiro a Vossa Senhoria, em novembro de 1967, em Nova Iorque, e o documento de 4 de setembro.

O SR. EMERSON DE BARROS — Paro-me V. Exa., mas não há colisão.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Realmente, V. Sa. tem todo direito, mas temos de fazer o depoimento sobre documentos. O nosso será baseado em documentos e não em juramento de pessoas envolvidas no negócio.

Outra pergunta de interesse: as ações da DOMINIUM — e V. Sa. o encontrou — eram vendidas na Bolsa durante 31 meses, mas também eram vendidas no balcão.

O SR. EMERSON DE BARROS — Certo. Eram também vendidas no balcão. Principalmente eram vendidas no balcão.

O SR. MEM DE SA (Relator) — É ilícito, é regular?

O SR. EMERSON DE BARROS — Ações novas, lançadas ao público, podem ser vendidas no balcão. A venda de ações de um acionista para outro é que, pela legislação em vigor, é obrigatoriamente feita em Bolsa.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Por que, então, o Banco Central, já

muito tardiamente, fez a notificação de que V. Sa. não podia mais vender no balcão?

O SR. EMERSON DE BARROS — Porque o que estamos fazendo não é porque o Banco Central reclamasse. Aliás, o Banco Central nunca reclamou. Quem reclamou foi a Bolsa, com cópia do Banco Central. Do Banco Central não ouvimos uma palavra a respeito. Pelo contrário...

O SR. MEM DE SA (Relator) — E' da Bolsa, de acordo com a Resolução nº 33 de 66, do Banco Central.

O SR. EMERSON DE BARROS — Essa resolução é normativa e não um caso específico. Mas, o que nós estávamos fazendo, nesta época, era o repasse no maior número de escala possível, tomando dos acionistas que desejavam sair a ação com mensal e vendendo a terceiros a mesma ação como ação. Esta é uma operação típica de Bolsa e nós não devíamos fazer no balcão. Mas nas circunstâncias, o próprio Banco Central nos disse que reconhecia que era útil ao mercado essa venda no Banco Central e V. Exa. tem, entre os documentos entregues à Comissão de Economia, diversos memoriais, um memorando, redigido e datilografado na grãcia do mercado de capitais, em que a CBI fica com o compromisso de revender as ações que lhe sejam entregues pela DOMINIUM no balcão.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Seria interessante fazer o levantamento da bolsa para verificar qual a percentagem das ações da DOMINIUM que foi vendida na bolsa.

O SR. EMERSON DE BARROS — Posso adiantar a V. Exa. que foi muito pouco. Essas ações na bolsa não eram vendidas pela DOMINIUM. Essas ações eram revendidas pelos acionistas aos novos acionistas.

O SR. MEM DE SA — Quer dizer: a bolsa vendeu muito pouco. A grande massa era vendida no balcão.

O SR. EMERSON DE BARROS — Sem sombra de dúvida.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Outra pergunta que eu formulei a V. Sa. e quero saber. Pelo que pude apreender, e lembro dessa documentação, é que houve três períodos, ou três fases, ou vamos dizer, três sistemas diferentes a respeito das ações.

Houve um primeiro período em que o compromisso da "DOMINIUM" com a "AD VALOREM" ou a CBI, uma delas ou as três pagavam, emitiam uma guia-recibo que dava direito a 3% ao mês durante 11 meses, e 9% no décimo-segundo mês, formando 42%.

É certo?

O SR. EMERSON DE BARROS — É certo. E o Dr. Vicente de Paula Ribeiro, no seu depoimento, fez referência a essa taxa mais alta.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Mas depois encontrei os dados exatos.

Encontrei os dados — e isso depois muito contra o Banco Central — e na cópia da inspeção realizada em julho de 1965.

Quer dizer, o Banco Central, em julho de 65 já sabia que as ações eram vendidas através de uma guia-recibo nesse tempo.

E mais: V. Sa. viu essas guias-recibos, ou nunca as viu?

O SR. EMERSON DE BARROS — Não. Nunca. Nunca as tive em mãos.

O SR. MEM DE SA (Relator) — V. Sa. conhece um meio para nós obtermos um exemplar?

O SR. EMERSON DE BARROS — Creio que será possível e farei, de minha parte, o possível para obter e remeter a esta Comissão.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Será preciso porque, pelo que eu sei essas guias-recibo induziam o tomador a supor que estava comprando uma letra de câmbio, ou nota promissória, e não uma ação. Porque, pelo que sei a "DISTRIBUI-

DORA" vendia ação e assegurava ao comprador a rentabilidade de 3% ao mês o 11%.

Agora, a configuração das guias-recibos: tinham a data de vencimento no lugar clássico utilizado nas promissórias e duplicatas, e depois duas emendas distintas — que eram a DOMINIUM AD VALOREM e a CBI. — autenticavam o documento, com assinaturas apostas igual a uma letra de câmbio, em que um saca ou emitente ou outoro, e a guardada, avalisa. Seria interessante se tivéssemos esses documentos.

O SR. EMERSON DE BARROS — Comprometo-me perante V. Exa. a fazer o possível para remeti-los.

O SR. MEM DE SA — Sobre tudo, outro esclarecimento: em que período prevaleceu esse sistema? Esse foi o primeiro sistema, foi o sistema da guia recibo com 42%. Depois, segundo me parece, houve um segundo período — segundo período em que um tomador vendia a AD VALOREM os seus direitos sobre dividendos, bonificações, etc., e já aí por uma quantia menor, de 2% ao mês.

O SR. EMERSON DE BARROS — Não, 3%.

O SR. MEM DE SA — Quer dizer, 36% ao ano. Já varia, de 42 para 36.

O SR. EMERSON DE BARROS — Houve uma fase, que não poderia precisar quantos meses levou, mas a correspondência da AD VALOREM faz referência a isto — do que duas parcelas extras de 1%, no curso do ano, em dois meses do ano...

O SR. MEM DE SA — ...para manter os 42%.

O SR. EMERSON DE BARROS — Para manter os 42%.

... O V. Exa. encontrou, nesta carta, a explicação da perplexidade que me ocorreu, ao encontrar, numa mesma cautela, referência a sessenta e a trinta cruzeiros.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Fiz referência a isto. V. Sa. deve-se lembrar. Interpeli da seguinte forma. E' que a ação tivesse sido repassada, e já por preço menor.

O SR. EMERSON DE BARROS — Não. E' que o normal são 30 cruzeiros. Nos dois meses do ano haveria os 3% extras, e então, naquele mês, deu 60 cruzeiros, e no mês em que V. Exa. teve a impressão de ver 50, também é falho.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Houve duas fases: a primeira fase, em que há uma guia recibo, e V. Sa. nos promete mandar o período em que vigorou a mesma, e uma cópia. Porque as informações que tenho são de que essas guias-recibos tinham aspecto externo de letra de câmbio ou de título do crédito.

O SR. EMERSON DE BARROS — Dessa guia-recibo, conheço apenas o parecer do Dr. José Nabuco, a respeito delas, que estou entregando à Comissão.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Não interessa o parecer do Sr. Dr. Nabuco; tenho o documento.

O SR. EMERSON DE BARROS — Estou tentando apenas esclarecer a V. Exa. a respeito do Dr. José Nabuco.

O SR. MEM DE SA (Relator) — O Dr. José Nabuco deve ter dado parecer a vista da guia.

Depois, houve esta modificação para a venda do direito. E depois, eu lhe pergunto agora, não tenho certeza, houve uma terceira fase em que não havia mais adiantamento e dividendos, e aí, baixou para 2%.

O SR. EMERSON DE BARROS — A correspondência da Ad Valorem, oferecida à Comissão, esclarece esses pontos perfeitamente.

O SR. MEM DE SA (Relator) — E as atas?

O SR. EMERSON DE BARROS — Inclusive as datas.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Eu quero saber as atas.

O SR. EMERSON DE BARROS — As datas em que prevaleceu um sistema que foi depois substituído pelo outro. E a correspondência que temos mostra que esse sistema foi de 3 para 2%, e ocorreu nos últimos dias de 1965 ou princípios de 1967, quando houve assembleia geral resolvendo essas modificações, mas, pela Diretoria, não estaria em condições de responder a V. Exa.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Mas é importante porque se trata da remuneração dos pseudos acionistas...

O SR. EMERSON DE BARROS — Dos acionistas de onde?

O SR. MEM DE SA (Relator) — Da DOMINIUM.

O SR. EMERSON DE BARROS — Mas a DOMINIUM não contava com acionistas.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Para haver esta modificação era preciso que a empresa tivesse deliberado pelo órgão competente.

O SR. EMERSON DE BARROS — Foi a Ad Valorem que deliberou. A CBI não tinha voz nesta matéria, era mera mandatária.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Outra pergunta que eu desejaria saber de V. Sa.: o Dr. Eduardo Guinle era acionista da DOMINIUM até o fim de 67?

O SR. EMERSON DE BARROS — O Dr. Eduardo Guinle, ao que sei, possuía ações da DOMINIUM e com essas ações integralizou a sua conta na Ad Valorem em 31 de dezembro de 1965.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Minha pergunta é outra.

O SR. EMERSON DE BARROS — Deixou de ser acionista da DOMINIUM porque todas as suas ações ele as utilizou para subscrever o capital da Ad Valorem.

O SR. MEM DE SA (Relator) — E da CBI?

O SR. EMERSON DE BARROS — Da CBI nunca foi acionista.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Mas o Dr. Guinle, mesmo sem ser acionista, foi Diretor da DOMINIUM até maio de 1966.

O SR. EMERSON DE BARROS — Até maio de 67.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Até maio de 67 — tenho aqui os documentos. Quer dizer até maio de 1967, o Dr. Eduardo Guinle, sem ser acionista, era Diretor da Dominiun, e foi neste período que se verificou o sistema de mecanismo das ações. De modo que ele participou, pactuou, compartilhou.

O SR. EMERSON DE BARROS — Sobre este ponto, o Dr. Eduardo Guinle poderá esclarecer qualquer dúvida.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Perfeitamente.

O SR. EMERSON DE BARROS — O Dr. Eduardo Guinle certamente esclarecerá melhor. Mas, no último exercício ele foi Diretor ativo em 66, Diretor em certas divergências e, por isso, inativo, no exercício de 66. Ele não tomou parte em qualquer deliberação da Dominiun em 1967, quando foram modificados os estatutos. Houve uma renúncia coletiva da Diretoria, foi eleita nova diretoria e eleito o Conselho Consultivo que também nunca se reuniu, e foi extinto em agosto seguinte.

O SR. MEM DE SA (Relator) — E depois de Diretor ele passou a membro do Conselho a Presidente. De modo que ele continuava pessoa grata.

O SR. EMERSON DE BARROS — Eu só posso depor por informações, e acho que essa pergunta melhor seria respondida pelo Dr. Eduardo Guinle. Até onde estou informado, por ter ouvido do Dr. Vicente Ribeiro e do Dr. Eduardo Guinle, e num dos documentos que entrego hoje à Comissão. É uma carta do Dr. Oto Ribeiro ao Dr. Eduardo Guinle, em que se diz que ele deixou de ser Diretor porque há

muito tempo se havia desinteressado dos negócios sociais.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Então ele não era mais acionista.

O SR. EMERSON DE BARROS — Não era mais acionista e já estava em divergência com a direção da Dominium.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Há uma carta dele em que se torna claro o rompimento, em que ele diz mesmo que, num determinado momento, o Conselho de Administração foi extinto e não deram conhecimento dessa extinção, e que em fins ou no decorrer de 1967, houve um rompimento entre os amigos íntimos de até então.

O SR. EMERSON DE BARROS — Entre os Ribeiro. Creio, segundo estou informado, que esse rompimento teve por base exatamente o problema da incorporação do molinho, não na forma em que ele ocorreu mas como uma operação normal. Até onde estou informado, o Dr. Guinle foi contrário a qualquer diversificação das atividades da Dominium.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Há uma carta do Dr. Guinle aos diretores da Dominium, em que ele diz que, segundo as informações do Dr. Otto Ribeiro, aquele Conselho Consultivo foi contrário a extinção mas que foi dele signatário.

Mas há um outro ponto um pouco obscuro ou confuso. V. Sa tem afirmado, e eu até corroborei com V. Sa dizendo que o repasse era sustentado pela Ad Valorem e pela Dominium. Eu vi as cartas de dezembro e janeiro. Entretanto, há uma carta de 12 de abril de 1967, da Ad Valorem para a CBI-Distribuidora, em que se diz exatamente:

"O encargo do repasse é totalmente de V. Sas. E a revenda deve ser orientada de forma a serem transferidos todos os bens inerentes ao aplicador.

E, depois, em outro texto da carta ainda confirma:

"Subentende-se que o encargo do repasse pertence-lhes e uma vez esse não se extinguindo, obrigando-os a recompra, o seu montante será creditado à sua comissão de venda nova."

O SR. EMERSON DE BARROS — Explico a V. Exa. O encargo, aí, significa comissão de venda.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Ah! Não.

O SR. EMERSON DE BARROS — Inclusive está dito — "obrigando-os a recompra", e obrigando-se a recompra está-se obrigando a comissão de venda.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Não, só a comissão; não o valor da recompra. Vou tornar a ler:

"O encargo do repasse é totalmente de V. Sas. E a revenda deve ser orientada de forma a serem transferidos todos os bens inerentes ao aplicador. Subentende-se que o encargo do repasse pertence-lhes e, uma vez esse não se efetuando, obriga-os a recompra."

Se V. Sa. não efetuar a Dominium está obrigada a recompra e o montante da recompra será creditado à sua comissão de venda nova.

O SR. EMERSON DE BARROS — A carta, se não me engano, é o documento nº 5, de 12 de abril de 1967.

Se V. Exa me permitir uma pequena introdução, diria a V. Exa o que é o repasse. O repasse é o recebimento de um papel entregue pelo seu atual possuidor para revenda a terceiro. Não é necessariamente a recompra.

O SR. MEM DE SA (Relator) — Eles é que compravam e V. Sas. é que pagavam.

O SR. EMERSON DE BARROS — É o compromisso de vender. Isto é que é o repasse.

O SR. MEM DE SA (Relator) — E recompra o que é?

O SR. EMERSON DE BARROS — Recompra é o resgate do papel.

O SR. MEM DE SA — E quando o montante da recompra é debitado o que significa?

O SR. EMERSON DE BARROS — Na combinação entre a Ad Valorem e a distribuidora a Ad Valorem não contribuía com qualquer comissão para o repasse. Descontava-se do acionista que desejava sair na parcela de 4% e esses 4% representavam a remuneração da companhia e do corretor que trabalhava por comissão nessa operação de revenda.

O que essa carta da Ad Valorem diz é que a revenda se faz às custas da Distribuidora.

Quando a Ad Valorem era forçada a recomprar, porque a velocidade do repasse não era suficiente a atender o interesse dos acionistas que queriam sair, a Ad Valorem recomprava o título, mas a comissão de vendas, que seria devida à distribuidora, pela venda feita desse papel, seria descontada, desde logo, das comissões de venda e receber pela distribuidora.

Tanto é assim, Sr. Senador, que os últimos parágrafos dessa carta, dizem o seguinte:

"Subentende-se que o encargo de repasse é o custo de repasse."

O SR. MEM DE SA (Relator) — Apenas o importante para o nosso depoimento, aqui, não é juízo, é isso; é que há esta carta.

"Desejamos salientar a conveniência de orientar a venda no sentido de não serem aceitos investimentos com risco de devolução imediata, desde que V. Sas. não têm capacidade de repasse imediato.

Temos assegurado que o repasse se processará a qualquer momento, isso porém não quer dizer que se o faça com prazo tão curto.

A Comissão seria cabível nessa observação e continuar com sua atenção. Não precisamos travar o movimento de repasse, porém presentemente temos disciplinado. Quando oportuno, estimularemos esse movimento, mas é indispensável que ele se torne interessante — A distribuidora não teria jamais capacidade financeira para recomprar."

O SR. MEM DE SA (Relator) — Nada disso destrói esse texto: "subentende-se que o encargo do repasse pertence-lhes.

O SR. EMERSON DE BARROS — Do repasse, não de recompra.

O SR. MEM DE SA (Relator) — "E uma vez que isso não se efetuando, obrigando-nos a recompra, no seu montante, da recompra será publicada a sua condição de venda."

O SR. MEM DE SA — Passemos adiante porque não vamos debater. Estamos tomando um depoimento. Há um outro ponto que também tem obscuridade: V. Sa. tinha afirmado, sobretudo na Câmara, que o sistema de captação de poupança popular através de ações, por vários processos usados, processo de guia-recibo, de venda de letras, era perfeitamente legal, legítimo, moral e que tem pareceres de juristas e juristas. A 13-11-67, V. Sa. era diretor da CBI.

O SR. EMERSON DE BARROS — Ainda não era, mas estava em vias de sê-lo.

O SR. MEM DE SA — Há uma carta de 13-11-67 — V. Sa. conhece porque nos deu — ao Banco Central e essa pretende dar a essa ação, qualificação extremamente comprometedor para as ações e para ele, porque ele disse que a "Dominium", com o

objetivo de levantar fundos, montou um esquema de vendas ao público, num papel limpo, com o nome e aspecto de ações ao portador. O papel foi vendido com características incompatíveis com as ações, o que teve uma grande influência no espírito do investidor, pois oferecia uma renda mensal fixa, pré-determinada e promissa escrita de repasse a qualquer momento. Continua dizendo que a Dominium conseguiu colocar no mercado tantas milhões de cruzados novos. Vale frisar que a operação era realizada pela CBI Distribuidora de Valores, envolvendo a Dominium e a Ad Valorem 10 das pertencentes ao mesmo grupo e sob comando unificado. Tinha êxito, permitindo o milagre de conseguir milhões de cruzados novos em poupanças populares. Naturalmente rofiu a ação sancionada de V. Sa. e do Banco Central, e foi necessário, para a sobrevivência da CBI Investimentos, que o conhecimento desta e da Distribuidora de Títulos fossem alienados pelo grupo da Dominium, o que se realizou.

Vou continuar a ler a carta que é um libelo contra as ações consideradas ilícitas.

Logo a seguir, a Dominium fez realizar Assembleia Geral Ordinária, de cuja agenda, candidamente — o verbete é do Dr. Guinle — constava um item sobre a forma de distribuição de lucros.

Depois, ele continua e diz:

(Lendo) "... do que foi esse esforço de convencimento ... até: "os seguintes dados ... (lendo)

"... os seguintes dados e fatos que me parecem óbvios?

a) os tomadores ... bilateral, uma obrigação com a qual não pode ... E por aí vai. (le)

"Assim, somente um completo e cuidadoso esquema, em que me incluiu a opção do acionista de tomar debentures, "o aplicador" em aspes — "uma intenção ..."

A vista disso, resolveu a Distribuidora de Valores entregar o problema a V. Sa., do Banco Central, para quem apelou rogando por decisões e orientação. Isso em novembro. Em novembro é que a CBI se dirigiu ao Banco Central, pedindo licenças e orientação. Fato ao qual em que se sente envolvida, ou a DOMINIUM assume o comando da situação e encontra os meios necessários a contorná-la, ou a CBI — Distribuidora de Títulos e Valores, num último esforço para sobreviver, passa a publicar, na imprensa falada, escrita, e telegráfica, avisos de que, de agora por diante, deixa de ser acionista DOMINIUM e portanto os acionistas deviam a ela dirigir-se, imediatamente. Quer dizer que esse papel mastoi, e mais ver, que em novembro de 1967, a CBI não considerava a ação uma ação, considerava uma forma de capital por meio inclusive da parte do tomador, levando-o a falso conceito daquilo que estava comprando.

O SR. EMERSON DE BARROS — O Senador me permite um esclarecimento?

O SR. MEM DE SA (Relator) — Perfeitamente.

O SR. EMERSON DE BARROS — Esta carta é de minha lavra.

O SR. MEM DE SA — Melhor ainda.

O SR. EMERSON DE BARROS — E não tenho o que retirar e retificar, salvo num ponto que salientarei no correr dessa explicação. Sempre entendi que a colocação das ações com o público era feita sob a forma de um contrato, embora não escrito, pelo qual a vendedora se obrigava ao pagamento de uma renda mensal certa. Omiti nesta carta, porque ainda não estava totalmente conhecedor do complexo de fatos. O equívoco de me referir à DOMINIUM, quando devia me

referir à Ad Valorem, como responsável por esse compromisso.

Considero perfeitamente legal o legítimo que uma companhia possuidora de ações de outras, revendo essas ações ao público mediante certas cláusulas e condições, inclusive o pagamento de uma renda mensal sob a forma de compra antecipada de direitos. Não há na Lei nada que o proíba, e o que essa carta faz é salientar, perante o Banco Central, que o compromisso do pagamento de renda mensal deixou de ser cumprido e, retificando, pela "Ad Valorem", não pela "DOMINIUM", e que era preciso tomar providências para obrigá-lo a cumprir a cumprir a promessa. A orientação que se pedia ao Banco Central não era sobre como vender as ações, era sobre como comprar — por facilidade, se deveria dizer "Ad Valorem" — e "Ad Valorem" a continuar cumprindo compromisso que havia assumido.

Não me parece que haja controvérsia entre o que essa carta diz e as outras afirmações que tenho feito perante a Comissão de Economia ou nesta Casa.

O SR. MEM DE SA — Perfeitamente. A carta, para mim, eu melhor, a redação da carta é para mim uma negação de tudo que se havia dito antes — mas é uma questão de ponto de vista.

Há um outro ponto que V. Sa. salientou, creio que por omissão involuntária, ao dispor a constituição do Conselho de "Ad Valorem". Disse, inicialmente, V. Sa., que eram 12 milhões distribuídos por aqueles seis pessoas. Depois passou de seis para sete. Mas, aí, V. Sa., não disse qual foi a participação acionária.

O SR. EMERSON DE BARROS — A mesma que ficou depois de transformada em sociedade anônima.

O SR. MEM DE SA — A mesma?

O SR. EMERSON DE BARROS — A mesma.

O SR. MEM DE SA — Quer dizer: cada um tinha, eu melhor, eram acionistas. Não, eram cinco.

O SR. EMERSON DE BARROS — Foram um e cinco ...

O SR. MEM DE SA — Passaram a cinco.

O SR. EMERSON DE BARROS — ... vieram a três novos.

O SR. MEM DE SA — Então foram três: Guinle Filho e Eduardo Guinle Neto.

A Arthur Martins Kós.

O SR. MEM DE SA — Arthur Martins Kós.

Falou, entraram três.

O SR. EMERSON DE BARROS — Mas não um.

O SR. MEM DE SA — E só um.

O SR. EMERSON DE BARROS — ... três. São um, ficaram cinco.

Restaram três e ficaram cinco.

O SR. MEM DE SA — E, cada um, pontos legais?

O SR. EMERSON DE BARROS — A participação que dei no quadro a V. Sa.

O SR. MEM DE SA — Realmente foi aqui a participação.

Por último, ainda só uma pergunta mais. Se V. Sa. insiste em dizer, e o faz com a eloquência de um brilhante advogado, que a CBI se obrigou a comprar as ações, depois, em 1º de setembro, depois já na barca fazendo água até acima da linha de segurança. Porque, diz V. Sa., o capital a porta principal para uma companhia de investimentos é a confiança do público. Então, é preciso ter a nova tentativa V. Sas. meteram os dedos puseram nela janelas um bilhão e trezentos milhões. V. Sa. explicou que estavam tentando salvar a confiança na CBI e esperavam providências do Banco Central. Agora, nesta altura dos acontecimentos, o montante das ações distribuídas ao público ia a mais de cinquenta bilhões.

Então, V. Sa. tinha na direção da empresa, homens ilustres, esclarecidos, traquejados como, por exemplo,

Eduardo Guinle, homem de imensa experiência, que quando se dispõe a uma ação, a uma decisão, avalia as consequências, até onde podem ir e o que aí pode acontecer.

Para esse sustentar preciso seria que fosse até 50 bilhões, se houvesse base muito forte, de falta de confiança na ação do Banco Central. Mas não encontrei nenhuma demonstração de que o Banco se omitiu, de forma simples, clamorosa. Não vejo como V. Sas. pode ter confiança no Banco Central que, até então, nada havia feito. Então, na fase da confiança, do Banco Central, se é um bilhão ou nada é a mesma coisa. Porque esse gesto romântico de por fora um bilhão e 800?

O SR. EMERSON DE BARROS — Esclareço mais. Não como advogado, que não sou, no momento, e muito menos brilhante, mas como administrador da CBI, co-responsável dessa empresa, deliberação esta, embora, ainda não fosse diretor quando ela foi tomada. Há o seguinte: — primeiro não considerávamos aquela época, que o banco estivesse na situação. Considerávamos a Dominium um empreendimento seguro, altamente rentável, capaz de dar aos acionistas uma remuneração adequada do seu capital.

A Dominium não arrentável, a Dominium deficitária foi surpresa dos primeiros dias de maio de 1958.

Comprar ações da Dominium não era jogar dinheiro pela janela, era um investimento.

Em segundo lugar, 1 bilhão e 800 mil não permitiam manter o mercado indefinidamente, mas permitiram manter o mercado por três meses, e durante esses três meses a experiência permitiu se chegar a uma solução e a solução era simples, não se desejava mais do que manter o sistema de renda mensal dentro de um plano e que esse sistema fosse alterado à proporção que esse balanço mostrasse aos acionistas que tinham recebido mais e a emissão de debêntures que permitisse aqueles acionistas que precisassem da renda mensal para sua manutenção continuar vinculados ao empreendimento.

No meu depoimento na Comissão de Economia, a carta feita ao Ban-

co Central — e V. Exa. tem cópia — nos primeiros dias de abril, se não me lembro a data, esse ano, estão variando todas as demarques que foram sucessivas, junto a Diretoria da Dominium e junto ao Banco Central para que se chegasse a essas conclusões. Não houve uma alegativa inicial e peremptória da Dominium para adotar essa linha de conduta. Nem houve do Banco Central a afirmação de que seria omissa; pelo contrário, não poderíamos supor, inclusive, que o Banco Central continuaria omissa até o fim. Porque, dos nossos entendimentos com o Banco Central ressaltava um interesse do Banco Central em resolver o problema. Apenas, ficava nesse interesse. De modo que, no período em que compramos as ações, estávamos seguros, primeiro, de que estávamos fazendo investimento bom, embora inoportuno para nós, segundo, de que estávamos fazendo esse investimento para obter um resultado que o compensava, isto é, manter o mercado durante o tempo necessário a se chegar a fórmula definitiva. Quando perdemos a esperança e perdemos, também as forças para essa solução definitiva é que suspendemos a venda no mercado.

O SR. PRESIDENTE (José Ermirio) — O Sr. Senador Carlos Lindenberg tem pergunta a fazer? Indago porque tenho que falar às 14 horas e 30 minutos no Senado.

O SR. CARLOS LINDBERBERG — O Sr. Eduardo Guinle não era diretor da Ad Valorem?

O SR. EMERSON DE BARROS — Não, nunca foi. Foi acionista.

O SR. CARLOS LINDBERBERG — Mas não era da C.B.I.?

O SR. EMERSON DE BARROS — Era presidente da C.B.I., embora tivesse apenas quatorze mil e poucas ações, num total de quinhentas mil ações.

O SR. CARLOS LINDBERBERG — O próprio Sr. Eduardo Guinle não prometia aos acionistas a recompra das ações?

O SR. EMERSON DE BARROS — Prometi o repasse das ações porque a revenda funcionou durante três anos magnificamente, porque, sendo um papel de renda mensal,

vendido pela C.B.I., era facilmente revendido. Então em 1958, oportunidade, todavia, houve acúmulo de pedidos de repasses, que pode ter sido a causa de levar a Ad Valorem para recomprar. Tudo funcionava assim: chegava um portador do papel, na C.B.I., e dizia que o queria vender. Então o vendia no mesmo dia, voltando daí a uma semana para receber o dinheiro, e nessa semana se revendia o papel.

O SR. CARLOS LINDBERBERG — Quer dizer que ele mesmo assinava esse documento dizendo que o portador voltasse dentro de tantos dias.

O SR. EMERSON DE BARROS — O documento era assinado por empregados mas com conhecimento e aprovação da diretoria.

O SR. CARLOS LINDBERBERG — Mas então ele tinha conhecimento do que esses papéis não eram vendidos como ações, mas sim como títulos...

O SR. EMERSON DE BARROS — Esses papéis eram vendidos como ações, que eram revendidos pela AD-VALOREM. Eram ações que a AD-VALOREM adquiria e que revendia sob certas condições especiais.

O SR. CARLOS LINDBERBERG — Depois a AD VALOREM modificou esse sistema sob pressão da DOMINIUM ou porque quis modificar?

O SR. EMERSON DE BARROS — Sob pressão da DOMINIUM.

O SR. CARLOS LINDBERBERG — Não eram mais ações, nem tinham renda fixa.

O SR. EMERSON DE BARROS — Eram ações e passavam a ser ações e tinham dividendos, quer dizer passavam a ser ações. Deixaram de gozar daquele sistema especial pelo qual a AD VALOREM as revendeu ao público.

O SR. CARLOS LINDBERBERG — E essas promessas de recompra ou de repasse acabariam não sendo cumpridas?

O SR. EMERSON DE BARROS — Não posso dizer quanto ficou. Ficaram, se não me engano, 300 e tantos milhões de cruzeiros de ações que haviam sido entregues para repasse. Não foi possível repassar nem recomprar.

O SR. MEM DE SA — Se fossem compradas surgidas outras...

O SR. EMERSON DE BARROS — A AD VALOREM, por determinação do Banco Central, abriu seu Departamento de Acidentes e passou — ela a DOMINIUM — a receber os pedidos de repasse.

O SR. MEM DE SA — Mas aí só fazemos como ação normal.

O SR. CARLOS LINDBERBERG — Depois de setembro, só foram revendidas como ação normal. Muitas dessas promessas não foram cumpridas?

O SR. EMERSON DE BARROS — Cerca de 350 milhões de cruzeiros, pelo próprio Senhor Guinle e pela CBI.

O SR. PRESIDENTE JOSE ERMIRO — Senhor Senadores, ouvimos o relatório do Senhor Emerson César de Barros. De fato, dele apreendemos muitas coisas que não conhecíamos. Verificamos, realmente, que o Senhor Vicente Ribeiro não disse tudo quanto devia dizer aqui. E a mesma coisa gostaríamos de ouvir do Senhor Eduardo Guinle Filho, que não pôde comparecer hoje, porque foi chamado a depor, se não me engano, na Polícia de São Paulo ou da Guanabara.

O SR. EMERSON DE BARROS — O inquérito está aberto na Polícia Federal a respeito do caso do Molambo. Portanto era necessário convocar mais duas pessoas se V. Exas. estiverem de acordo: um o Sr. Eduardo Guinle e o outro o irmão do Sr. Vicente Ribeiro, que fez parte de muitas das ações do grupo do Sr. Otto Ribeiro. Se V. Exas. estiverem de acordo nós vamos convocá-los o mais breve possível.

O SR. MEM DE SA (Relator) Eu sugeriria a V. Sa., se me permitir, outra que poderá nos trazer informações muito importantes, porque independentes e alheias a todo o grupo.

O SR. PRESIDENTE (José Ermirio) É um grande auxílio o que V. Exa. está prestando.

Outro assunto; até o presente momento a Comissão não recebeu o documento prometido pelo Sr. Vicente de Paula Ribeiro, na quarta-feira passada.

Ficando devidamente esclarecido todos esses assuntos, agradeço a presença dos Srs. Senadores e do Sr. Emerson de Barros, a esta reunião.

Está encerrada a sessão. Levanta-se a sessão às 12,50 horas.

M E S A

Presidente — Gilberto Marinho (ARENA — GB)
 1º Vice-Presidente — Pedro Ludovico (MDB — GO)
 2º Vice-Presidente — Rui Palmeira (ARENA — AL)
 1º Secretário — Dinarte Mariz (ARENA — RN)
 2º Secretário — Victório Freire (ARENA — MA)
 3º Secretário — Aarão Steinbruch (MDB — RJ)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (ARENA — PA)
 1º Suplente — Guido Mondim (ARENA — RS)
 2º Suplente — Vasconcelos Torres (ARENA — RJ)
 3º Suplente — Lino de Mattos (MDB — SP)
 4º Suplente — Rauí Giuberti (ARENA — ES)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger (ARENA — RS)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller (MT)

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE)

Petrônio Portia (PI)

Manoel Villaga (RN)

Antônio Carlos SC)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna (GB)

Vice-Líderes

Arthur Vurgilio (AM)

Adalberto Sena (ACRE)

COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA
TITULARES

Arnon de Mello
 Domicio Gondim
 Paulo Torres
 João Cleofas
 Teotônio Vilela

SUPLENTE

José Leite
 José Guimard
 Adolpho Franco
 Leandro Maciel
 Aloysio de Carvalho

MDB

Nogueira da Gama
 Josephat Marinho

José Ermirio
 Vário Martins

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermirio

Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA
TITULARES

José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleofas
 Teotônio Vilela
 Milton Trincade

SUPLENTE

Atílio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedicto Valladares
 Adolpho Franco
 Sebastião Pacheco

MDB

José Ermirio
 Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna
 Mario Martins

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: Terças-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA
TITULARES

Ney Braga
 Antônio Carlos
 Melo Braga
 Arnon de Mello
 Atílio Fontana

SUPLENTE

José Leite
 Eurico Rezende
 Benedicto Valladares
 Carvalho Pinto
 Filinto Müller

MDB

Aurélio Vianna
 Mario Martins

Pessoa de Queiroz
 mundo Levi

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.

Reuniões: Quinta-feira, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

18 Membros

Presidente: Milton Campos
 Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

ARENA
SUPLENTE

Milton Campos
 Antonio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petrônio Portela
 Carlos Lindenberg
 Paulo Sarasale
 Clodomir Muet

Alvaro Maia
 Lobato da Silveira
 Benedicto Valladares
 Arnon de Mello
 João Leite
 Menezes Pimentel
 Adolfo Franco
 Filinto Müller
 Daniel Krieger

MDB

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josephat Marinho
 Edmundo Levi

Arthur Vurgilio
 Argemiro de Figueiredo
 Nogueira da Gama
 Aurélio Vianna

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Joac Aorahao

Vice-Presidente: Julio Leite

ARENA
SUPLENTE

José Feliciano
 Eurico Rezende
 Petrônio Portela
 Atílio Fontana
 Julio Leite
 Clodomir Muet
 Manoel Viaga
 Wilson Gonçalves

Benedicto Valladares
 Melo Braga
 Teotônio Vilela
 José Leite
 Mem de Sá
 Filinto Müller
 Fernando Corrêa
 Adolfo Franco

MDB

João Aorahao
 Aurélio Vianna
 Adalberto Sena

Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Sebastião Archer

Secretário: Afânio Cavalcanti Melo Junior — Ramal 245.

Reuniões: Quintras-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Edmundo Levi

ARENA
SUPLENTE

Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 Julio Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel
 Atílio Fontana
 Ney Braga

José Leite
 João Cleofas
 Duarte Filho
 Sebastião Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres
 Adolpho Franco
 Antônio Carlos

MDB

Bezerra Neto
 Edmundo Levi
 Sebastião Archer

José Ermirio
 Josephat Marinho
 Pessoa de Queirós

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Mem de Sá

ARENA
SUPLENTE

Menezes Pimentel
 Mem de Sá
 Alvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

Benedicto Valladares
 Antônio Carlos
 Sebastião Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petrônio Portela

MDB

Adalberto Sena
 Antônio Balbino

ay Carneiro
 Edmundo Levi

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO DE CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO

(11 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: Antonio Carlos
Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULARES

Antonio Carlos
Moura Andrade
Paulo Sarasate
Milton Trindade
Alvaro Maia
José Feliciano
João Cleofas
Paulo Torres

SUPLENTE

José Guimard
Eurico Rezende
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Petrônio Portela
Manoel Villaga

MDB

Arthur Virgílio
Ruy Carneiro
João Abrahão

Adalberto Senna
Antônio Balbino
José Ermírio

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.
Reuniões: Quartas-feiras, a tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo
Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

TITULARES

Paulo Sarasate
João Cleofas
Mem de Sá
José Leite
Leandro Maciel
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Aquilino Franco
Sigefredo Pacheco
Carvalho Pinto
Fernando Corrêa
Júlio Leite

SUPLENTE

Lobão da Silveira
José Guimard
Teotônio Vilela
Carlos Lindenberg
Daniel Krieger
Filinto Müller
Celso Ramos
Milton Trindade
Antônio Carlos
Benedicto Valladares
Mello Braga
Paulo Torres

MDB

Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Arthur Virgílio
José Ermírio

Oscar Passos
Josaphat Marinho
João Abrahão
Aurélio Vianna
Nogueira da Gama

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: Atílio Fontana
Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULARES

Atílio Fontana
Aquilino Franco
Domício Gondim
João Cleofas
Teotônio Vilela

SUPLENTE

Júlio Leite
José Cândido
Arnon de Mello
Leandro Maciel
Melo Braga

MDB

Antônio Balbino
Nogueira da Gama

Ruy Carneiro
Bezerra Neto

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(7 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: Petrônio Portela
Vice-Presidente: Mello Braga

ARENA

TITULARES

Petrônio Portela
Domício Gondim
Atílio Fontana
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

Celso Ramos
Milton Trindade
José Leite
Adolpho Franco
Duarte Filho

MDB

Arthur Virgílio
Josaphat Marinho

João Abrahão
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Terças-feiras às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: Domício Gondim

ARENA

TITULARES

Domício Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guimard
Benedicto Valladares
Teotônio Vilela

MDB

Josaphat Marinho
José Ermírio

Sebastião Archon
Oscar Passos

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SECAS

(7 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho

ARENA

TITULARES

Clodomir Millet
Manoel Villaga
Arnon de Mello
Duarte Filho
Menezes Pimentel

SUPLENTE

Teotônio Vilela
José Leite
Domício Gondim
Paulo Sarasate
Leandro Maciel

MDB

Rui Carneiro
Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna
Adalberto Senna

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.
Reuniões: Quintas-feiras, a tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

ARENA

TITULARES

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antonio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende
Paulo Sarasate
Carvalho Pinto

SUPLENTE

José Feliciano
João Cleofas
Aquilino Franco
Petrônio Portela
José Leite
Mello Braga
Milton Campos
Daniel Krieger

MDB

José Ermírio
Aurélio Vianna
Mar Martins

Antônio Balbino
Arthur Virgílio
Romando Levi

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Junior — Ramal 245.
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano
Vice-Presidente: Leandro Maciel

ARENA

TITULARES

José Feliciano
Leandro Maciel
Antonio Carlos
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Filinto Müller
Mem de Sá
Aquilino Franco
Clodomir Millet

MDB

Nogueira da Gama

Romando Levi

Secretária: Beatriz Brandão Guerra.
Reuniões: Quintas-feiras, a tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedito Valladares
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Benedicto Valladares
Filinto Müller
Aloysio de Carvalho
Antonio Carlos
Mem de Sa
Ney Braga
Milton Campos
Moura Andrade
Fernando de
Arnon de Mello
José Cândido

Wilson Gonçalves
Jose Guimard
Carlos Lindenberg
Adolpho Franco
Petr do Portela
José Leite
Teotônio Villela
Mello Braga
Jose Feliciano
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

MDB

Pessoa de Queiroz
Mario Martins
Auréli Vianna
Oscar Passos

Bezerra Neto
João Abrahão
Josaphat Marinh
Antônio Balbino

Secretário: J. B. Castejon Branco.
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissões de Relações Exteriores

COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco
Vice-Presidente: Manoel Villaga

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga
Clodomir Millet

Júlio Leite
Milton Trindade
Ney Braga
José Cândido
Lobão da Silveira

MDB

Adalberto Senna
Sebastião Archer

Nogueira da Gama
Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 241.
Reuniões: Terças-feiras às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tórres
Vice-Presidente: Oscar Passos

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Paulo Tórres
José Guimard
Lobão da Silveira
Ney Braga
José Cândido

Filinto Müller
Atílio Fontana
Domício Gondim
Manoel Villaga
Mello Braga

MDB

Oscar Passos
Mário Martins

Argemiro de Figueiredo
Sebastião Archer

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende
Vice-Presidente: Arnon de Mello

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Eurico Rezende
Carlos Lindenberg
Arnon de Mello
Paulo Tórres
José Guimard

José Feliciano
Menezes Pimentel
Celso Ramos
Petronio Portela
Leandro Maciel

MDB

Ruy Carneiro
João Abrahão

Adalberto Senna
Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite
Vice-Presidente: Sebastião Archer

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

José Leite
Celso Ramos
Arnon de Mello
Domício Gondim
João Cleofas

Paulo Tórres
Atílio Fontana
Eurico Rezende
José Guimard
Carlos Lindenberg

MDB

Sebastião Archer
Pessoa de Queiroz

Mário Martins
Ruy C

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard
Vice-Presidente: Clodomir Millet

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

José Guimard
Fernando Corêa
Clodomir Millet
Alvaro Maia
Milton Trindade

Lobão da Silveira
Jose Feliciano
Filinto Müller
Sigefredo Pacheco
Manoel Villaga

MDB

Edmundo Levi
Oscar Passos

Adalberto Senna
Arthur Virgílio

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: Quartas-feiras, às 15:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores